

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

JÉSSICA GRADIN

**O ENSINO DE TEORIAS DO JORNALISMO NO BRASIL: UMA
ANÁLISE DE PROGRAMAS DA DISCIPLINA NA GRADUAÇÃO**

PONTA GROSSA
2023

JÉSSICA GRADIN

**O ENSINO DE TEORIAS DO JORNALISMO NO BRASIL: UMA
ANÁLISE DE PROGRAMAS DA DISCIPLINA NA GRADUAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa como parte dos requisitos exigidos para a obtenção título de Mestre em Jornalismo.

Área de Concentração: Processos Jornalísticos e Práticas Sociais

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Carvalho

PONTA GROSSA


2023

JÉSSICA GRADIN

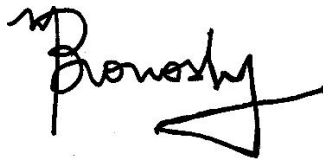
O ENSINO DE TEORIAS DO JORNALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE PROGRAMAS DA DISCIPLINA NA GRADUAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa como parte dos requisitos exigidos para a obtenção título de Mestre em Jornalismo.

Ponta Grossa, 09 de agosto de 2023.

Banca examinadora
Documento assinado digitalmente
 GUILHERME GONCALVES DE CARVALHO
Data: 29/11/2023 11:42:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Guilherme Carvalho – Orientador
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Prof. Marcelo Bronosky
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Prof. Maria Elisabete Antonioli
ESPM São Paulo

G732 Gradin, Jéssica
O ensino de Teorias do Jornalismo no Brasil uma análise de programas da disciplina na graduação. / Jéssica Gradin. Ponta Grossa, 2023.
114 f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Carvalho.

1. Jornalismo. 2. Teorias do jornalismo. 3. Ensino do jornalismo. 4. Campo. 5. Disciplina. I. Carvalho, Guilherme. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Processos Jornalísticos. III.T.

CDD: 070.4

À minha mãe Vera,
Com amor.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

Ao professor Guilherme Carvalho, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

“E pela lei natural dos encontros,
eu deixo e recebo um tanto.”

Novos Baianos

RESUMO

A pesquisa que se apresenta propõe como questão central analisar quais saberes e conteúdos tem sido mobilizados nas disciplinas de Teorias do Jornalismo de 25 instituições do território nacional, através de uma análise da caráter documental das ementas, bibliografias e matrizes curriculares destas disciplinas. Neste sentido, interessa conhecer melhor a oferta das unidades curriculares que tratam de Teorias do Jornalismo, a fim de entender se a disciplina reflete o que é teoria do jornalismo e se ela está adequada ao que propõe a bibliografia. Para isso, recorre-se à Análise de Conteúdo sobre os documentos selecionados. Como resultados, pôde-se aferir que há tendências de se valorizar estudos específicos sobre o Jornalismo por meio da oferta das disciplinas de Teorias de Jornalismo nos curso de graduação, e não apenas apresentá-los junto aos estudos teóricos da Comunicação, apesar da carga horária pouco representativa das disciplinas. As ementas se apresentam de forma genérica, mas aponta predominância de estudos de Teorias do Agenda-Setting e *Newsmaking*, já as bibliografias correspondem ao que é abordado nas ementas, mas são marcadas pela ausência de obras originais.

Palavras-chave: Jornalismo, Teorias do Jornalismo, Ensino do Jornalismo, Campo, Disciplina.

ABSTRACT

The present research proposes as a central question to analyze which knowledge and contents have been mobilized in the Theories of Journalism disciplines of 25 institutions in the national territory, through an analysis of the documental nature of the menus, bibliographies and curricular matrices of these disciplines. In this sense, it is interesting to know better the offer of the curricular units that deal with Theories of Journalism, in order to understand if the discipline reflects what journalism theory is and if it is adequate to what the bibliography proposes. For this, resort to Content Analysis on the selected documents. As a result, it could be seen that there are tendencies to defend specific studies on Journalism through the offer of Theories of Journalism disciplines in undergraduate courses, and not just present them together with theoretical studies of Communication, despite the burden timetable not very representative of the disciplines. The menus are presented in a generic way, but point to a predominance of studies on Agenda-Setting and Newsmaking Theories, while the bibliographies correspond to what is appropriate in the menus, but are marked by the absence of original works.

Keywords: Journalism, Theories of Journalism, Teaching of Journalism, field, discipline.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1- Criação de Cursos de Jornalismo no Brasil.....	28
GRÁFICO 2- Localização das instituições selecionadas.....	49
GRÁFICO 3- Categoria Administrativa do corpus selecionado.....	49
GRÁFICO 4- Modalidade dos Cursos do corpus selecionado.....	50
GRÁFICO 5- Nomenclatura dos cursos selecionados.....	63
QUADRO 1- Comparação quantitativo geral e corpus.....	51
QUADRO 2- Relação das instituições que citam ou não teorias nas ementas.....	61
QUADRO 3- Teorias citadas.....	62
GRÁFICO 6 - Teorias mais citadas nas ementas.....	63
QUADRO 4 – Contexto histórico.....	67
QUADRO 5- Conceitos.....	68
GRÁFICO 7- Conceitos mais citados nas ementas.....	69
IMAGEM 1 – Análise de termos citados nas ementas.....	71
GRÁFICO 8 – Autores mais citados nas bibliografias.....	81
GRÁFICO 9- Obras mais citadas nas bibliografias.....	82
QUADRO 6- Teorias e principais agentes de Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são por Nelson Traquina.....	91
QUADRO 7- Teorias e principais agentes de As Teorias do Jornalismo no Brasil por Mauro Wolf.....	93
QUADRO 8- Teorias e principais agentes de Teoria do Jornalismo por Felipe Pena.....	95
QUADRO 9- Teorias e principais agentes de “Teorias da notícia e do jornalismo” por Jorge Pedro Sousa	98
QUADRO 10- Teorias e principais agentes Teorias do Jornalismo por Roberto Nicolato.....	99
GRÁFICO 10- Teorias mais citadas entre os livros da análise.....	100
QUADRO 11- Obras mais citadas entre os livros da análise.....	101

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 – Carga horária total dos cursos.....	72
TABELA 2- Disciplinas de Teoria do jornalismo.....	74
TABELA 3- País de Origem dos autores mais citados.....	83

LISTA DE SIGLAS

ABEJ	Associação Brasileira de Ensino em Jornalismo
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
CIESPAL	Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina
FBNCTSB	Faculdade Boas Novas
Fenaj	Federação Nacional dos Jornalistas
FIFE	Faculdades Integradas de Fernandópolis
FNPJ	Fórum Nacional de Professores em Jornalismo
FURB	Universidade Regional de Blumenau
IAMCR	International Association for Media and Communication Research
ICA	International Communication Association
IES	Instituições de Ensino Superior
Intercom	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
LDB	Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
SBPJor	Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas
UNIBRA	Centro Universitário Brasileiro
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
Univale	Universidade Vale do Rio Doce
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DO JORNALISMO NO BRASIL	17
2.1 CAMPO, CAMPO ACADÊMICO, CAMPO PROFISSIONAL	17
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO DO JORNALISMO NO BRASIL	21
3 A INSERÇÃO DA DISCIPLINA DE TEORIA DO JORNALISMO NO BRASIL 31	
4 CONCEITUAÇÃO DOS COMPONENTES DO PROJETO PEDAGÓGICO	36
4.1 CONCEITUAÇÃO REFERENTE AO PROJETO PEDAGÓGICO	36
4.2 CURRICULARES, PROGRAMA DE DISCIPLINA, DISCIPLINA, MATRIZ CURRICULAR E EMENTA	38
4.2.1 Currículo	38
4.2.2 Conteúdos curriculares ou eixos	39
4.2.3 Programa de disciplina	39
4.2.4 Disciplina ou unidades curriculares	39
4.2.5 Matriz curricular.....	40
4.2.6 Ementa da disciplina ou atividade acadêmica.....	40
4.2.7 Conteúdo programático	41
4.2.8 Bibliografia	41
5. METODOLOGIA	42
5.1 SELEÇÃO DO CORPUS	45
5.2 CURSOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE	48
6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	53
6.1 CONTEXTOS E CENÁRIOS DOS CURSOS DE JORNALISMO	53
6.2 AS EMENTAS DE TEORIA DO JORNALISMO PARA OS CURSOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL -JORNALISMO/JORNALISMO.....	60
6.3 AS MATRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE JORNALISMO E COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO DO BRASIL.....	72
6.4 AS BIBLIOGRAFIAS DE TEORIAS DO JORNALISMO PARA OS CURSOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HABILITAÇÃO EM JORNALISMO/JORNALISMO	79
6.5 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS TEÓRICOS SOBRE TEORIAS DO JORNALISMO DE ACORDO COM AS BIBLIOGRAFIAS	87
6.5.1 “Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são” por Nelson Traquina	89
6.5.2 “Teorias da Comunicação” por Mauro Wolf	91
6.5.4 “Teoria do Jornalismo” por Felipe Pena.....	93
6.5.5 “Teorias da notícia e do jornalismo” por Jorge Pedro Sousa.....	95
6.5.6 “Teorias do Jornalismo” por Roberto Nicolato.....	98
6.5.7 Principais teorias e referenciais para os clássicos	100
7.CONCLUSÕES	104
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A – CURSOS SELECIONADOS PELA PESQUISA	114

1 INTRODUÇÃO

Há pouco mais de 70 anos, o Jornalismo se institucionalizava no campo universitário brasileiro com a criação do primeiro curso superior em 1947¹, na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo. O reconhecimento do Jornalismo como curso superior nas instituições de ensino brasileiras é considerado uma conquista tardia se comparado ao processo de criação dos primeiros cursos superiores em Jornalismo na Europa e nos Estados Unidos, no século XIX (MELO, 2009).

É importante registrar que teoria nem sempre foi matéria nos cursos de Jornalismo no Brasil. Assim como o início tardio desses cursos, em comparação com países como Estados Unidos¹ e França². A estruturação e desenvolvimento do ensino sobre teorias do Jornalismo demorou a se estabelecer no Brasil. Esse desenvolvimento teve início na década de 1990 e, principalmente, no início dos anos 2000. Segundo Pontes (2015), a origem da incorporação da disciplina tem forte relação com regiões específicas do país, como o estado de Santa Catarina, por meio de iniciativas da Universidade Federal de Santa Catarina, e por professores de graduação e pós-graduação de universidades como a UFRGS, PUC-RS e Unisinos (PONTES, 2015).

Historicamente como uma “disciplina acidental,” que surgiu mais de 10 anos depois da institucionalização do primeiro curso de Jornalismo no país, sem uma articulação didático-pedagógica e de referências para a sua consolidação (PONTES, 2015, p.246), além da falta de bibliografia específica para a estruturação da disciplina de Teorias do Jornalismo, que se caracterizou com literatura estrangeira (PONTES, 2015).

Para completar o cenário de complexidades, existe a carência de trabalhos acadêmicos que se concentrem sobre o ensino de teorias do jornalismo no Brasil. Uma rápida pesquisa em bases de dados científicas nacionais torna mais aguda a carência de trabalhos com esse escopo, embora seja perceptível, nos últimos anos, um intenso processo de institucionalização do ensino e da pesquisa em jornalismo no país, com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) em 2013, o I Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo em 1994, a criação da Associação Brasileira de Ensino em Jornalismo (ABEJ) em 1995³, a criação do

¹ As primeiras experiências nesta área foram realizadas nos Estados Unidos da América, em 1869. Na França, em 1899 já surgia a primeira Escola Superior de Jornalismo (Ferenczi, 1996 apud SOBREIRA, 2003).

² Traquina (2005), identifica as origens do campo científico do jornalismo anterior ao surgimento a cursos de pós-graduação na área, a partir da década de 1930, nos Estados Unidos.

³ Disponível em: <https://abejor.org.br/institucional/> Acesso em: 16.jun.2023.

Fórum Nacional de Professores em Jornalismo (FNPJ) em 1994, a criação da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) em 2003⁴, a adoção de linhas e grupos de pesquisa específicos nos programas de pós-graduação em Comunicação Social e nos de Jornalismo, e de fóruns de pesquisa específicos de discussão, são raras ainda as obras brasileiras especializadas em Teorias do Jornalismo.

Nesse contexto, a pesquisa que se apresenta propõe como questão central analisar quais saberes e conteúdos têm sido mobilizados nas disciplinas de Teorias do Jornalismo de 25 instituições do território nacional, a partir de uma análise de caráter documental das ementas, bibliografias e matrizes curriculares destas disciplinas. Neste sentido, interessa conhecer melhor a oferta das unidades curriculares que tratam de Teorias do Jornalismo, a fim de entender se a disciplina reflete o que é teoria do jornalismo e se ela está adequada ao que propõe a bibliografia. A partir deste problema busca-se perceber qual Jornalismo emerge de um conjunto de cunho mais acadêmico considerado “oficialmente” basilar para as instituições.

A hipótese levantada é que ainda existe muita influência de outras teorias, como as da Comunicação na disciplina, priorizando conceitos pertinentes a este outro campo de conhecimento. Outra hipótese é que os programas das disciplinas ainda não são suficientes para tratar de teorias do jornalismo. Com uma carga horária pouco representativa, ementas genéricas e uma bibliografia que apresenta obras não originais.

O objetivo é identificar quais as principais teorias citadas nas ementas das disciplinas e verificar se elas atendem ao que é teoria do jornalismo. Outro objetivo é identificar quais as obras e autores mais citados nas bibliografias das disciplinas de Teorias do Jornalismo a fim de perceber se ela está adequada ao que é trazido nas ementas.

Para atingir esses objetivos e responder a nossa pergunta de pesquisa, realizamos um percurso metodológico com base na Análise de Conteúdo sobre o objeto empírico selecionado. Serão observadas as ementas, as bibliografias da disciplina de Teorias do Jornalismo e as matrizes curriculares do recorte de 25 cursos de Jornalismo ao nível de graduação no Brasil, de modo a compreender como as instituições constroem e planejam a disciplina e se ela reflete o que é a teoria do jornalismo a partir dos conteúdos disponíveis nesses documentos institucionais que, apesar de não representar todo o universo do ensino, são documentos oficiais que representam um referencial impossível de ser ignorado e que supera especificidades locais e regionais dos cursos representados em uma dimensão nacional nesse recorte.

⁴ Disponível em: <https://site.sbpjor.org.br/institucional/> Acesso em: 16.jun.2023.

A escolha da disciplina de Teorias da Jornalismo como um parâmetro se justifica, pois ela diz respeito a formação teórica, e com o foco nas bibliografias básica e complementar, pois “dizem respeito ao conteúdo programático da disciplina ministrada pelo professor na sala de aula, já as complementares servem como material adicional para complementar a abordagem do tema” (MACHADO; BLATTMANN, 2011, p. 17).

Tendo em vista que as matrizes curriculares, as ementas e as bibliografias das disciplinas são instrumentos de planejamento, podem, muitas vezes, se descolar das realidades em sala de aula, porém, esses documentos são sinalizadores de estratégias de ensino, de práticas educacionais e de políticas formativas. Por isso, mesmo que haja distância entre o previsto nesses documentos e o que acontece na rotina escolar, as matrizes curriculares dos cursos e os planos de ensino da disciplina de Teorias do Jornalismo serão fontes dos dados que permitirão uma compreensão melhor do tema.

De modo geral, essa investigação aponta tendências de se valorizar estudos específicos sobre o jornalismo por meio da oferta das disciplinas de Teorias de Jornalismo nos curso de graduação, e não apenas apresentá-los junto aos estudos teóricos da Comunicação, apesar da disciplina representar pouco em relação a carga horária total dos cursos, cerca de de 2 a 3%.

Mesmo que não se objetiva, aqui, a identificação de discussões sobre teorias do jornalismo transversais à disciplina, as condições evidenciadas nesta pesquisa apontam para um ensino de teorias do jornalismo pouco aparente dentro das matrizes curriculares e com uma carga horária pouco representativa.

Como resultados encontrados, verificamos também que das 25 instituições, 48% delas não citam ou fazem referências genéricas sobre as teorias abordadas. Isso pode ser resultado de fatores referentes ao processo de criação das ementas, que faz com que professores optem por frases mais genéricas sobre o conteúdo proposto, já que são muitas teorias e conceitos que envolvem as teorias do jornalismo.

Etimologicamente, ementa significa “apontamento”, “resumo”. A ementa é como um breve resumo ou sinopse em que se faz de determinado tema ou área em que se apresenta de forma clara, concisa e objetiva o que se vai estudar (BRASIL,2013). Essa indicação no momento de criação das ementas pode ser um indicativo do resultado encontrado, onde as ementas se apresentam de forma genérica em 48% das instituições.

Em um olhar mais atento sob as bibliografias das disciplinas, nota-se que o que se entende por teoria do jornalismo corresponde ao que se é encontrado nas ementas e nas bibliografias, porém, os estudos das teorias são baseados em obras que fazem um apanhado geral das Teorias do Jornalismo, ou seja, obras não originais.

A ausência de originais pode ser um problema como a contínua sobreposição de correntes de pensamento oriundas de outras realidades, esquecendo das especificidades do jornalismo no Brasil. Porém, não se pode esquecer da importância dessas obras que fazem um copilado de teorias e traduções já que permitem o conhecimento das origens da reflexão sobre imprensa e como o seu campo acadêmico se desenvolveu nos países ocidentais, assim como movimenta mais reflexões e desenvolvimento da campo acadêmico no Brasil.

Além disso, a pesquisa apontou o nome do jornalista e renomado autor dos estudos de jornalismo em Portugal, Nelson Traquina com a obra “Teorias do Jornalismo” Vol.1, como sendo a grande referência dentre as bibliografias. Traquina tem o mérito de apresentar aos estudantes brasileiros um mapeamento dos diferentes olhares teóricos sobre o Jornalismo industrial, e de forma didática, o que é bastante conveniente em uma graduação. Além do impacto predominante de Nelson Traquina, observou-se também uma relevante presença de autores como Felipe Pena, Jorge Pedro Sousa e Mauro Wolf, com as obras “Teoria do Jornalismo”, “Teorias da notícia e do jornalismo” e “Teorias da Comunicação”, respectivamente.

Pode-se justificar parte dessa predominância das obras de Traquina, e dos autores mais citados nessa pesquisa, nas referências bibliográficas devido ao aspecto linguístico, visto que, se trata de um autor da língua portuguesa. Além de se tratar de obras que fazem uma revisão das principais teorias do jornalismo, deixando mais acessível e fácil para a escolha como uma referência bibliográfica de uma disciplina, já que existem vários fatores que permeiam as escolhas de tais obras - como a disponibilidade dessas obras, a língua e quantidade de referenciais - o que seria mais difícil trazer as obras originais de cada teoria estudada, por exemplo.

A organização da resposta ao problema é apresentada em cinco capítulos. Com o intuito de fazer um resgate histórico do surgimento do ensino do Jornalismo no Brasil, o primeiro capítulo denominado “A história do ensino de Jornalismo no Brasil” debaterá, de forma sucinta, a institucionalização deste a partir de uma pesquisa bibliográfica. Com base no conceito de campo de Pierre Bourdieu (1997, 2005, 2013) e o conceito de “conflito de faculdades” proposto por Kant (2008).

A fim de apresentar aspectos histórico-institucionais que circundam o objeto de estudo, no segundo capítulo faz-se uma contextualização sobre a institucionalização da disciplina de Teorias do Jornalismo no Brasil. Em seguida, o terceiro capítulo abordará a conceituação aos componentes do Projeto Pedagógico de Curso após a Constituição Federal de 1988, sendo intensificado e determinado pelo artigo 12, inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional – LDB, publicada em 1996⁵ .

O quarto capítulo corresponde ao percurso metodológico adotado para a construção do objeto empírico: a seleção do *corpus* da pesquisa, dos 25 curso de Comunicação Social/Jornalismo e a descrição das metodologias adotadas.

No quinto e último capítulo é apresentado as análises das ementas, das matrizes curriculares e das bibliografias das disciplinas de Teorias do Jornalismo das instituições, assim como a Análise Bibliográfica das obras mais citadas nas bibliografias das disciplinas.

⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 23 jan.2023.

2 PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DO JORNALISMO NO BRASIL

A prática nas redações de jornais, revistas, rádios e televisão e o convívio entre jornalistas, inaugurou um processo, ainda que informal, de formação que ainda hoje reverbera em ambientes profissionais. Como definiu Gabriel García Márquez (2011, p. 88/90) no discurso “Jornalismo: o melhor ofício do mundo”, “o ofício era aprendido nas salas de redação, nas oficinas de impressão, no café em frente, nas farras das sextas-feiras [...] Um lema dizia tudo: o jornalismo se faz aprendendo”. Porém, a partir do século XX, essa forma de ensinar foi conquistando espaço a partir da estruturação de um campo acadêmico do Jornalismo (FRIGUETTO, 2016).

Neste capítulo, abordamos os primórdios do pensamento a respeito da teoria dos campos sociais (BOURDIEU, 1997, 2005, 2013), apontando as principais propriedades destas estruturas e as particularidades do campo acadêmico e do campo profissional do jornalismo. Em seguida, no subcapítulo 1.2, descreve-se a trajetória do ensino do Jornalismo no Brasil no campo acadêmico.

2.1 CAMPO, CAMPO ACADÊMICO, CAMPO PROFISSIONAL

Campo é um “instrumento teórico” (BOURDIEU, 2005, p. 30) que pode ser usado para analisar fenômenos sociais e culturais. Nesta perspectiva, pode-se observar que a sociedade se divide em campos parcialmente autônomos, como o campo político, o econômico, o científico ou o acadêmico. Há certa correlação entre estas estruturas invisíveis, sendo a luta pela conservação ou transformação desses espaços.

A noção de campo do jornalismo será trabalhada, nesta pesquisa, a partir da compreensão de campo social de Pierre Bourdieu (1997, p. 57):

Campo é um espaço social estruturado, um campo de forças (há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço) que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. (BOURDIEU, 1997)

O conceito de campo foi apresentado por Bourdieu na segunda metade dos anos 1960. Foi, porém, no artigo “Une intepretétation de la sociologie religieuse” de Max Weber, publicado na revista científica “Archives Européenes de Sociologie”, em 1971, que ele apresentou as bases que fundamentariam sua tese (DOS SANTOS DE CARVALHO, 2017).

A partir disso, é preciso pensar nas propriedades do campo Jornalístico, como um microcosmo com leis próprias, que exerce atração e repulsa de outros campos. “Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não possa ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos”. (BOURDIEU, 1997, p. 55).

O sociólogo discute a autonomia ambígua e a dupla dependência do campo jornalístico em relação aos campos econômico e político e destaca a influência “incessantemente ampliada” do jornalismo, continuamente sujeito à pressão da lógica comercial, sobre os cidadãos comuns, sobre os próprios jornalistas e também sobre os demais campos sociais (SILVA, 2009).

Para Bourdieu (1997, p. 65-66), uma das principais características do campo do Jornalismo, que explica, sua importância, é que ele “detém um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação”. Com estes instrumentos, os agentes obtêm acesso aos cidadãos e aos outros produtores culturais, como cientistas, artistas, escritores, atingindo assim o chamado “espaço público” ou o “campo da grande produção”. Contra este monopólio, aponta o sociólogo, chocam-se indivíduos, membros de associação ou qualquer agrupamento que pretenda difundir amplamente a informação (BOURDIEU, 1997).

Nas análises sobre o campo jornalístico, Bourdieu (2005) enxerga o campo cada vez mais heterônomo, ou seja, influenciado por forças externas, principalmente as econômicas, sobretudo por conta do poder que a televisão adquiriu neste microcosmo. Essa heteronomia, então, é imposta aos outros campos

Penso então que atualmente todos os campos de produção cultural estão sujeitos às limitações estruturais do campo jornalístico, e não deste ou daquele jornalista, deste ou daquele diretor de emissora, eles próprios vencidos pelas forças do campo. E essas limitações exercem efeitos sistemáticos muito equivalentes em todos os campos. O campo jornalístico age, enquanto campo, sobre os outros campos. Em outras palavras, um campo, ele próprio cada vez mais dominado pela lógica comercial, impõe cada vez mais suas limitações a outros universos. (BOURDIEU, 2005, p. 81 – tradução nossa⁶)

⁶I think, then, that today all fields of cultural production are subject to the structural limitations of the journalistic field and not of this or that journalist, of this or that director of a broadcaster, themselves defeated by the forces of the countryside. And these limitations exert very equivalent systematic effects in all fields. The journalistic field

Silva (2009), professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), discute quanto ao conceito de campo científico e campo acadêmico, campos que também sofrem disputas, mas que apresentam diferenças entre si:

Enquanto campo científico engloba o conhecimento derivado das diferentes lógicas produtivas de diversas instituições que fazem pesquisa científica, tanto governamentais como empresariais, campo acadêmico diz respeito à produção de conhecimento dentro das universidades, no contexto da pós-graduação, do ensino. (SILVA, 2009, p.199)

O que Kant (2008) observou em 1978 como “conflito de faculdades”, Bourdieu (2013) reconheceu no livro “Homo Academicus” (2013), onde detectou dois princípios de organização e hierarquização semelhantes, porém concorrentes: uma hierarquia social, segundo o capital herdado e o capital econômico e político, que se opõe à hierarquia específica, segundo o capital de autoridade científica e intelectual (FIGHETTO, 2019).

Na análise de Bourdieu (2013), o campo acadêmico tem dois polos com princípios de legitimação e organização concorrentes. De um lado está o “polo do saber” ou “polo científico”, que é caracterizado pela liberdade acadêmica, onde os agentes possuem mais capital intelectual e científico, dominam cientificamente, mas são dominados socialmente. De outro lado, está o “polo do poder” ou o “polo mundano”, que exige responsabilidade social da universidade, cujos agentes possuem mais capital social, são dominantes socialmente, mas dominados cientificamente (BOURDIEU, 2013; KANT, 2008, VALLE, 2013).

E mesmo as faculdades mais próximas do “polo mundano” ou do “polo do poder” “nunca estão totalmente livres das exigências específicas de um campo oficialmente orientado para a produção e reprodução do saber”, assim como as faculdades mais próximas do “polo do saber” ou do “polo científico” “nunca estão isentas das necessidades externas de reprodução social” (BOURDIEU, 2013, p. 83).

Outra constatação de Bourdieu é o “conflito das faculdades”, que divide não só o campo acadêmico na totalidade, mas cada uma das faculdades e cada uma das disciplinas (BOURDIEU, 2013, p. 91):

[...] A oposição entre as duas faculdades, entre as competências científicas e a competência social, encontra-se também no centro de cada uma das faculdades

temporalmente dominantes (e mesmo no centro da faculdade de letras e ciências humanas, que, desse ponto de vista, ocupa uma posição intermediária).

O “conflito das faculdades” também estrutura o campo acadêmico da Comunicação e o subcampo acadêmico do Jornalismo. Essa aproximação foi feita por Meditsch (2015) na discussão em torno da posição que a área da Comunicação deveria ocupar dentro do campo acadêmico. Atualmente, a Comunicação é classificada como uma Ciência Social Aplicada.

Para Adighirni (2006, p.51), o campo da comunicação “se move em terreno instável, sem contornos nítidos”, pois muitos estudiosos têm dificuldades para delimitar a área da comunicação a partir de uma pesquisa teórica, e de um objeto de estudo. E, dentro dessa área, os estudos específicos sobre o jornalismo ainda são vistos com uma certa desconfiança. As Teorias das Comunicações também foram contestadas por Adelmo Genro Filho. O teórico criticava a defasagem entre a atividade jornalística e as teorizações realizadas sobre ela (Genro Filho, 2012). Genro Filho introduziu o debate sobre jornalismo como forma de conhecimento na segunda metade dos anos 1980, e sua vinculação com uma “epistemologia do jornalismo”, constituindo-o como um campo científico próprio com uma teoria própria, sublinhando uma autonomia do jornalismo em relação ao campo da comunicação. Para Aunciação (2019), essa nova configuração institucional e teórica não se deu inadvertidamente. Ela é resultado de disposições de agentes e instituições no interior do campo.

É evidente, o crescimento do campo científico com o aumento da produção científica sobre o Jornalismo, campo conhecido como Estudos em Jornalismo. A criação da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em 2003, a criação do Fórum Nacional de Professores em Jornalismo (FNPJ), em 1994⁷. Como também o surgimento de novas revistas acadêmicas em língua inglesa como *Journalism: Theory, Practice and Criticism* e *Journalism Studies* e *Journalism Practice*, a criação de sessões para debater o Jornalismo nas principais associações internacionais de pesquisadores da Comunicação, como a *International Communication Association* (ICA) e a *International Association for Media and Communication Research* (IAMCR) (BRASIL, 2009).

Na análise de Silva (2009), o visível fortalecimento do Jornalismo como campo científico-institucional acontece ao mesmo tempo que, paradoxalmente, há um afastamento da abordagem epistemológica, fundamental para pensar uma teoria do jornalismo.

⁷ Disponível em: <https://site.sbpjor.org.br/institucional/> Acesso em: 16.jun.2023.

Há muito a ser feito para responder ao vazio da Teoria do Jornalismo, à sua precariedade conceitual e fragilidade teórica, à dificuldade de tratar uma relação de extrema intimidade da prática jornalística com o senso comum – antes mesmo de se pensar na “segunda ruptura epistemológica” de que fala Boaventura S. Santos para uma ciência pós-moderna – aquela que concebe o reencontro da ciência com o sensocomum, dentro de uma nova “configuração cognitiva”, em que tanto uma quanto o outro se superem a si mesmos para dar lugar a outra forma de conhecimento (B. S. Santos, 1989: 34-45). (SILVA, 2009, p. 208)

Para pensar o campo do jornalismo como possuidor ou não de um estatuto científico próprio, dependente ou não de outros campos do conhecimento, não se pode ignorar as reflexões epistemológicas sobre o campo mais abrangente, o da Comunicação. Neste sentido, é imprescindível pensar o conceito de campo e as inter-relações, para que se possa identificar o lugar do estudo das teorias do jornalismo e entender ela como disciplina dentro de uma área de conhecimento.

Com base nas características e propriedades do campo acadêmico e do campo do Jornalismo, passamos a descrever o percurso histórico do Jornalismo dentro do campo acadêmico.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO DO JORNALISMO NO BRASIL

Para entender a necessidade e pertinência das teorias do jornalismo e se ter um debate produtivo sobre o problema de pesquisa proposto, é oportuno situar o surgimento e a consolidação do ensino universitário na área. Dito isso, vê-se que o percurso do jornalismo no campo acadêmico, iniciou como um objeto de estudo de outra disciplina. Em 1690, na Universidade de Leipzig, na Alemanha, Tobias Peucer defendeu tese *De Relationibus Novellis* (Os Relatos Jornalísticos) e, nos seus 29 parágrafos, apontou semelhanças e diferenças do Jornalismo em relação à História (PEUCER, 2004).

Como ensino institucionalizado, a entrada no campo acadêmico do jornalismo é bem mais recente. Ao longo do século XIX, ocorreram experiências em diversos países, como Alemanha, França e Estados Unidos. Países que já haviam vivenciado um certo nível de profissionalização da imprensa. Posteriormente, no Brasil, esse processo levou à necessidade de criação de cursos superiores que formassem os profissionais da imprensa (GONÇALVES, 2022).

No Brasil, a profissão se estabeleceu formalmente no século XX. Lopes (2012), registra que, ao longo da história dos cursos de Jornalismo no País, as manifestações mais proeminentes em defesa da qualidade da formação tiveram origem no meio acadêmico e no meio sindical.

Esses agentes do campo acadêmico do jornalismo (pesquisadores, professores e jornalistas profissionais) foram responsáveis por diferentes estágios da questão educacional: os esforços iniciais pela criação dos primeiros cursos, as discussões curriculares, a questão da obrigatoriedade do diploma para exercício profissional até a preocupação mais atual com a explosão do ensino superior e o aumento do número de cursos em atividade.

Inicialmente, as empresas jornalísticas buscavam intelectuais das faculdades de Direito para exercerem o papel de “comunicadores”. Segundo Melo (2004), eram tantos profissionais da área no curso que “cria-se uma espécie de casta dentro das nascentes empresas jornalísticas. Cria-se uma divergência latente entre os redatores e os repórteres, figurando este último como segmento subalterno, recrutado nas camadas médias da sociedade, mais carente de formação superior” (MELO, 2004, p.79).

O então fundador da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (1908) Gustavo Lacerda, que percebe tais disputas dentro das empresas, busca, com a entidade, que se pense nos interesses dos profissionais da imprensa, com uma atenção especial para o segmento dos repórteres, grupo do qual ele fazia parte. Embora não tenha sido bem recebido por vários colegas de profissão, o jornalista foi um idealista que se propôs a discutir o avanço da categoria. Ele acreditava que, uma vez organizada a ABI, seria possível ter uma escola profissional própria, o que viria de fato a acontecer (Melo, 2004).

No mesmo ano, surgiu a primeira proposta para implantação de um curso de Jornalismo no Brasil. Na fundação da ABI, foi apresentada uma ata de iniciação que expunha seis finalidades para a instituição. Entre elas, encontrava-se a iniciativa de criar um curso de Jornalismo ou a Escola de Jornalismo. Contudo, inexistem registros desse documento ou da iniciativa (Melo, 2004).

Segundo Oliveira (2011), o movimento em defesa de uma formação profissional perde força com a morte precoce de Lacerda, em 1909. Naquele momento, as escolas de Jornalismo eram identificadas como as próprias redações que deviam ensinar a profissão, na atuação do dia a dia, revelando uma dualidade que demarcava a disputa entre mercado e ensino. Só em 1917 a proposta foi retomada por Raul Pederneiras, integrante da nova gestão da ABI, e foi apresentado um documento com a proposta de uma Escola de Jornalismo, defendendo a formação profissionalizante para os recém-chegados nas redações.

Em setembro de 1918 o projeto para a Escola de Jornalismo foi finalmente consolidado, prevendo a duração de cinco anos para a formação dos jornalistas, sendo dois anos de curso vestibular e três de curso geral, segundo Dias (2018). Além disso, o curso também contava com um jornal escolar para que os estudantes exercitassem a prática da profissão.

Tratava o curso vestibular de um ciclo básico, uma espécie de nivelamento das deficiências do ensino médio da época. O curso geral, por sua vez, desenvolvia outros temas no quadro geral dos saberes, mas com profundidade adequada ao ensino superior. E o Jornal Escolar cuidaria da aplicação desses saberes e técnicas ao fazer jornalístico. (DIAS, 2018, p.43)

De acordo com Meditsch (1992), a primeira proposta de criação de um curso, elaborada no Congresso Brasileiro de Jornalistas de 1918, descrevia um programa predominantemente prática, montado a partir de jornal-laboratório, conforme o modelo que surgia na mesma época nos Estados Unidos. Entretanto, mesmo com o projeto definido, ainda foi preciso alguns anos para que a proposta se consolidasse.

Os cursos de comunicação, reivindicados desde o início do século, foram postergados até a eclosão do surto urbano-fabril das décadas de 20- 30, que acabou por reformar as empresas jornalísticas, impondo-lhes uma adequação aos modernos padrões do capitalismo industrial. (MELO, 1979, p.32)

Fonseca (2008) aponta que os anos 1930 contribuíram muito para esse avanço do jornalismo. A partir dessa década, o país inicia um período de crescimento econômico e aumento da renda da população. “A consequência foi a expansão das atividades comerciais, do mercado interno e do número de leitores” (FONSECA, 2008, p. 149), o que tornou o público mais exigente e as empresas do ramo mais competitivas, estabelecendo um ambiente propício para o desenvolvimento profissional de jornalistas.

Alguns autores apontam uma tentativa de criar “o primeiro curso de jornalismo do país, experiência que se frustrou com o fechamento da Universidade do Distrito Federal (UDF) pela truculência do Estado Novo”, pelas mãos de Anísio Teixeira, em 1935 (MELO, 2009, p. 8). Durante o processo de fundação, a Universidade já apresentava forte oposição de vereadores da capital, na época Rio de Janeiro, e, mais tarde, do próprio Ministério da Educação (Dias, 2018). A tentativa não vingou e foi desativada no ano de 1939. Melo (1979) entende como uma das justificativas do seu fracasso o fato de a formação dos cursos da UDF ser mais voltada para um ensino reflexivo e filosófico, sem maior ênfase na técnica, como seria proposto, em seguida, pelo empresário Cásper Líbero (Melo, 1979).

Finalmente, o primeiro curso de ensino superior de jornalismo foi estabelecido na Escola de Jornalismo Cásper Líbero⁸, de São Paulo, no ano de 1947, por meio de um convênio entre a

⁸ Conforme o Decreto nº 22.245, de 1946, que instituiu o currículo.

Fundação Cásper Líbero e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

As escolas de comunicação surgem no Brasil na década de 60. As primeiras instituições do gênero, criadas como unidades autônomas dentro de uma estrutura universitária, aparecem em Brasília e em São Paulo. Em 1963, a Universidade de Brasília cria a sua Faculdade de Comunicação de Massa. Em 1966, a Universidade de São Paulo implanta sua Escola de Comunicações Culturais. Mas o ensino de comunicação está presente na nossa universidade desde o fim da década de 40, quando se inicia em São Paulo o Curso de Jornalismo idealizado por Cásper Líbero, cuja concretização, depois de sua morte, ocorreu mediante convênio assinado entre a Fundação Cásper Líbero e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (MELO, 1991, p. 12)

Alguns anos mais tarde, em 1951, surgiu a primeira escola de Jornalismo⁹ da região Sul do Brasil, que passou a funcionar no ano seguinte. O curso de jornalismo se torna a base da Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Já em 1961, após contribuição de Luiz Beltrão¹⁰, a Universidade Católica de Pernambuco criou o primeiro curso de Jornalismo no Norte e Nordeste do País (GADINI, 2016).

Em um levantamento feito por Danton Jobim (1992), em 1957, existiam nove cursos de jornalismo, dois na cidade do Rio de Janeiro e os demais distribuídos por estados: dois em São Paulo, dois no Rio Grande do Sul, um na Bahia, um em Minas Gerais e um no Paraná¹¹. As ementas dos cursos continham disciplinas de técnica de jornal e disciplinas associadas a outros cursos, como economia, psicologia e história (Jobim, 1992).

A criação dos cursos de jornalismo aconteceu por meio de um movimento de pressão promovido por redatores do serviço público, que tinham como objetivo, acima de tudo, um acréscimo no salário. Segundo Meditsch (1992, p.59), os cursos foram criados inicialmente para “servir de degraus à ascensão desses profissionais, num tempo em que as empresas jornalísticas davam mais valor a suas conquistas políticas do que às econômicas”, em que a ênfase se voltaria para a formação humanista, em detrimento do “aprimoramento técnico da profissão. Essa tendência dominaria o ensino do jornalismo no Brasil até a década de 60”.

Nesta época, entre os anos 1940 e 1960, os cursos de jornalismo estavam subordinados

⁹ Criado pelo Decreto-lei 29.831, de 1951, do Governo Federal.

¹⁰ Luiz Beltrão de Almeida Lima (1918-1986) foi jornalista e professor de comunicação formulador de uma pedagogia própria voltada ao ensino do jornalismo (Gurgel, 2012).

¹¹ Havia 426 estudantes matriculados nesses cursos, dos quais mais de um terço, ou seja, 159 eram mulheres. Três deles eram custeados pelo Estado e seis por instituições particulares. No ano de 1956, havia 187 alunos matriculados em instituições públicas e 239 em entidades privadas (JOBIM, 1992).

a faculdades de outras áreas, sendo elas principalmente as de Filosofia, conforme era previsto em lei. Esse modelo apresentava uma formação profissional (com matérias “específicas” em jornalismo, buscando o ensino da prática e ética da profissão) e uma formação extraprofissional (humanística, ligada a diversas outras áreas). No caso brasileiro, segundo Melo (1979, p. 102):

A ausência de uma estrutura universitária [...] reduziu as opções de formação extraprofissional, limitando-se às disciplinas pseudo-eruditas das faculdades de filosofia; por outro lado, a retração do setor empresarial, rejeitando os novos jornalistas, seja por preconceito social, seja por inabilitação técnico-cultural, condicionou a orientação pedagógica, que privilegiou os conhecimentos teóricos operacionais da profissão.

A educação orientada por esse padrão instituído desenvolveria nas faculdades de Jornalismo e, mais tarde, de Comunicação, segundo Melo (1979), uma formação desvinculada da realidade nacional, com conteúdos importados, que não condiziam com as vivências brasileiras. Celso Cunha, paraninfo da primeira turma que se formou na Escola do Rio, fez uma observação sobre a situação das faculdades serem vinculadas a Filosofia:

Há três anos, o Curso de Jornalismo vem funcionando na Universidade do Brasil, mas não é ainda um curso da Universidade; há três anos existe de fato, agregado à Faculdade Nacional de Filosofia, sem autonomia departamental e numa subordinação humilhante e danosa a órgãos com os quais apresenta, quando muito, relações remotas. (CUNHA, apud MEDITSCH, 2012, p. 136)

A luta contra a subordinação em relação à Filosofia e em nome da identidade profissional, portanto, seria uma das primeiras batalhas pela autonomia da Pedagogia do Jornalismo no campo acadêmico brasileiro. No entanto, em 1958, por meio do decreto-lei 43.839, os cursos de Jornalismo conquistaram autonomia didática em relação àquela faculdade.

Um marco na história do ensino de Jornalismo do país foi a influência exercida pelo Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina (CIESPAL), sediado na Universidade Central de Quito, Equador. O Centro, formado pela criação de Centros de Formação de Professores de Jornalismo no Terceiro Mundo, da Organização das Nações Unidas (UNESCO), tinha como objetivo direcionar a formação dos jornalistas.

A influência do Ciespal seria exercida principalmente a partir de 1969, com o currículo mínimo elaborado novamente por Celso Kell, o Jornalismo passou a ser uma habilitação do Curso de Comunicação Social.

O jornalismo perde o monopólio como área de formação para se tornar parte das escolas de comunicação, que passam a abarcar novas habilitações: relações

públicas, editoração, publicidade e propaganda e a formação “polivalente”. Alargam-se os contornos da área da comunicação, cuja problemática deixa de vincular-se estritamente ao projeto de formação de jornalistas. Ou seja, essa mudança reposiciona o jornalismo como subárea da comunicação e estabelece uma espécie de pasteurização das identidades ocupacionais, agora reunidas sob a classificação “comunicador social” – processo de redefinição de fronteiras que encontrou expressão, sobretudo, na controversa figura da “habilitação polivalente”. (OLIVEIRA, 2011, p. 61)

Os currículos dos cursos de Comunicação Social passaram a ser divididos em um ciclo básico (Tronco Comum), ministrado a todas habilitações nos dois primeiros anos, e um ciclo específico (Tronco Específico ou Parte Específica), com as disciplinas relacionadas a cada atividade profissional e ministradas nos dois últimos anos (Oliveira, 2011).

Pode-se dizer, sem dúvida, que a formação dos docentes que buscavam referência bibliográfica, ou mesmo cursos em países latinos, tenha registrado influência, uma vez que o CIESPAL se tornou, em poucos anos, uma referência irradiadora junto aos emergentes cursos de Jornalismo no Brasil (De Melo, 2006). Na avaliação de Marques de Melo (2006), registra-se, ao longo deste período de mais de duas décadas, uma espécie de ‘crise’ conceitual no campo da formação profissional e acadêmica em Jornalismo.

O campo do Jornalismo enfrenta múltiplas turbulências nesta passagem de século. Mudanças tecnológicas, trabalhistas e geopolíticas atropelam os processos de produção noticiosa, impondo ajustes aos novos tempos. Profissionais, empresários e educadores procuram soluções consensuais para corresponder às novas demandas do mercado e da sociedade. (MELO, 2006, p.9)

No caso do ensino de Jornalismo, esta modernização resultou numa ruptura da orientação teórica dos cursos, que até então eram centrados numa formação clássico-humanística, com ênfase nos estudos éticos, jurídicos, filosóficos e literários. Segundo Daros (2005), essa nova orientação da CIESPAL foi a substituição de disciplinas valorizadas pelo funcionalismo norte-americano.

A teoria estudada e desenvolvida nas escolas, longe de atender às necessidades de formação dos profissionais das diversas habilitações, continuou voltada às supostas necessidades de um comunicador alternativo que vive à margem da mídia e a despreza. Esta crescente autonomia da produção teórica em relação às práticas sociais que deram origem ao campo acadêmico também foi incentivada pelo CIESPAL (DAROS, 2005).

Uma vez que seu objetivo não era entender nem aperfeiçoar estas práticas existentes, mas substituí-las por uma outra forma de prática mais produtiva do ponto de vista de seus objetivos políticos, o Centro passou a convencer as escolas

que sua teoria deveria orientar as práticas, e jamais poderia acontecer o contrário. (DAROS, 2005, p.17)

Para Frighetto (2016), que também faz uma comparação do “conflito de faculdades”, a partir dessa influência do campo do poder, ganhou força o campo acadêmico da Comunicação no Brasil, e o Jornalismo tornou-se um subcampo deste microcosmo (FRIGHETTO, 2016). Neste mesmo ano, enquanto as fronteiras do campo acadêmico se alargavam, com diversas práticas profissionais dentro do campo da Comunicação – além da figura do “comunicador social” ou “polivalente” – ocorreu um movimento de delimitação das fronteiras da atividade profissional por meio da exigência de formação superior para o exercício do Jornalismo (OLIVEIRA, 2011, p. 62).

No final dos anos 1980 os cursos de Jornalismo tiveram uma expansão crescente em todo o país. Porém, segundo Gadini (2016, p. 150), a onda de urbanização, crise econômica e tentativa de superação do período ditatorial não resolveram alguns dos dilemas do Jornalismo:

O país chegou ao final dos anos 1980 com um registro de 100 cursos de graduação em Comunicação Social, entre as várias habilitações profissionalizantes, onde Jornalismo se mostra a mais procurada. Exceto São Paulo e Rio de Janeiro, que contavam com cerca de 20 e 15 instituições com cursos na área, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Paraná registravam cerca de 5 cursos por estado. As demais unidades da federação contavam com um, dois ou no máximo três cursos de Comunicação Social. Assim, com algumas exceções, até a virada dos anos 1980/90, o número de faculdades de Jornalismo no Brasil parece estar associado ao crescimento urbano populacional do país no mesmo período.

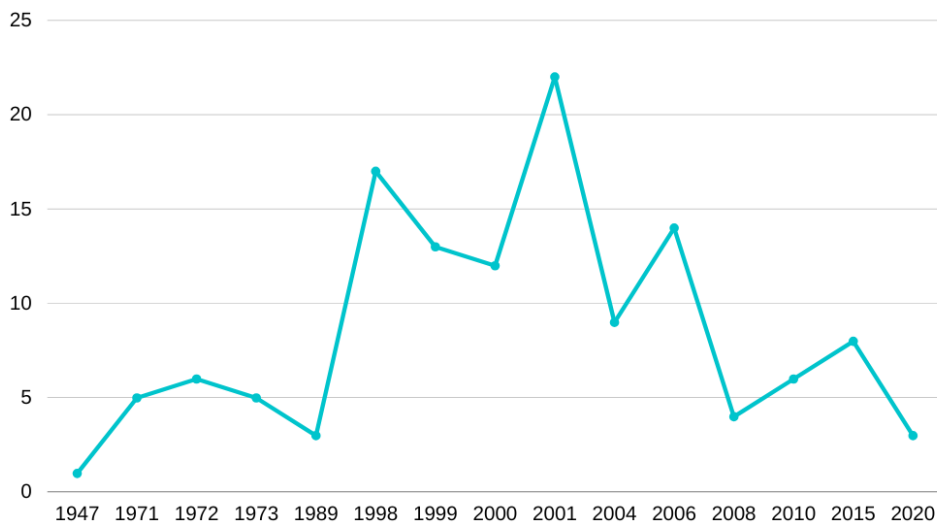
Pela projeção da época, a universidade pública não ofertava vagas suficientes, por isso, o ensino privado avançou rápido com abertura de novos cursos na área. “Foi a década de 1990 que registrou o maior crescimento da oferta de cursos universitários em Jornalismo, com mais de 250 cursos em cerca de 10 anos” (GADINI, 2016, p. 151).

Segundo Melo (2006), a ampliação da oferta de vagas na área também pode ser relacionada ao surgimento de novos cursos de pós-graduação em Comunicação Social no país que, a partir do início dos anos 1990, também deixa de ser exclusividade do eixo Rio/São Paulo/Brasília, registrados até então, com novos programas (PPGCom) que passam a funcionar na região metropolitana de Porto Alegre, Salvador e depois Belo Horizonte. O pesquisador observa que até início de 2000, poucas escolas possuíam disciplinas de fundamentação conceitual e, em consequência, inibiam ou desestimulavam a reflexão sobre os fenômenos jornalísticos. Com a criação de pós-graduações, a partir do início dos anos 1990, cresceram as constatações em torno da necessidade de criar disciplinas e atividades em torno das teorias do

Jornalismo (MELO, 2006).

Segundo o levantamento feito pela presente pesquisa baseado nos dados disponíveis no site do e-MEC¹² é possível observar o surgimento de novos cursos de Comunicação Social/Jornalismo a partir de dos anos 2000, principalmente no ano de 2001¹³, com a criação de 22 cursos de Jornalismo.

GRÁFICO 1- Criação de Cursos de Jornalismo no Brasil



Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do e-ME.C

Mesmo com cursos universitários criados em 1947 e 1948, visto anteriormente, o Brasil só vai registrar reconhecimento público (com produções editoriais, pesquisas) e o reconhecimento de cursos de pós-graduação na área e, por consequência, interesse concreto em teorias do Jornalismo, a partir do início do século XXI (TRAQUINA, 2004).

Somente na virada do século XX/XXI é que a Teoria do Jornalismo começou a ser reconhecida e adotada por parte significativa dos cursos de Jornalismo do Brasil. E isso que a ‘explosão’ de cursos universitários é registrada a partir do início dos anos 1990, quando o País passa de pouco mais de 100 para cerca de 300 cursos em apenas uma década. (TRAQUINA, 2004, p. 12)

¹² Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/> Acesso em 10.Ago.2021

¹³ O levantamento considerou os dados da plataforma do e-MEC e as datas de início de funcionamento dos cursos e não as datas de fundação dos mesmos.

Porém, a pós-graduação se desenvolveu com foco na comunicação desde a década de 1970, quando foram criados os primeiros programas como o da Universidade de São Paulo (USP) onde não eram trabalhadas disciplinas de Teorias do Jornalismo (LOPES; ROMANCINI, 2018). Entretanto, há exceções, como o programa de doutorado em jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que inseriu a disciplina de Teoria do Jornalismo no ano de 2007 ¹⁴(MOREIRA; LAGO, 2017). Além da UFSC, existem atualmente outras duas universidades que oferecem mestrado em jornalismo: a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que oferece a disciplina de Teoria do Jornalismo e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que esta com curso profissional e também oferece a disciplina de Teoria do Jornalismo.

A partir dos anos 2000, ocorre um aumento de programas de pós-graduação em Comunicação. Neste período, de acordo com Anunciação (2019), começaram a surgir linhas de pesquisa em jornalismo, e, mais precisamente na segunda metade da década, os primeiros programas com área de concentração neste ramo de estudos¹⁵.

Em função deste e outros aspectos, o crescimento da pós-graduação em Comunicação Social no Brasil é apontado por Marques de Melo (2006), como uma variável a ser considerada neste cenário em que se pensa e situa a presença ou emergência das teorias do jornalismo.

A lenta inserção de disciplinas ou de tópicos sobre teorias do jornalismo em outras disciplinas – “em geral, isso ocorria em Teorias da Comunicação ou mesmo Estudos Culturais ou mesmo Semiótica, quando tais disciplinas possuíam uma carga horária” – foi possibilitando o reconhecimento de que a necessidade de teorias específicas em torno do eixo conceitual do curso ofertava passa a ganhar adesão de docentes e pesquisadores das mais diversas disciplinas afins (GADINI, 2016, p.250).

A reprodução de textos de livros de autores que publicavam em língua portuguesa sobre teorias do jornalismo – em alguns casos, traduções de obras norte-americanas – ganha, a partir de meados dos anos 1990, segundo Gadini (2016), um impulso de diálogos conceituais, que passam a ver em tais autores um reconhecimento que parecia ignorado ou negado em inúmeros cursos de jornalismo do Brasil.

¹⁴ De acordo com Pontes (2015), a UFSC lança uma especialização em “Estudos de Jornalismo e Mídia” que se realizavam discussões sobre Teorias do Jornalismo.

¹⁵ Atualmente, são seis os PPGs com linhas em jornalismo. Algumas destas linhas oferecem, como optativa, a disciplina Teoria do jornalismo, reproduzindo o que já se dava no âmbito da graduação e, agora, munidas de uma bibliografia mais extensa.

É nessa época que Nelson Traquina se torna, em menos de três anos, um dos autores mais lidos nas escolas de Jornalismo, quando o assunto é conceitos, teorias e inclusive métodos de investigação jornalística. A rápida expansão comercial da internet, a partir de 1995 no Brasil, se torna logo outro fator que impulsiona o acesso e divulgação de autores que passam a influenciar a latente necessidade de se falar, pensar e reconhecer a urgência de teorias do jornalismo nos cursos de jornalismo no Brasil.

De acordo com Gonçalves (2022), desde 2020, a maior parte dos cursos de jornalismo do país formam bacharéis em Jornalismo ao invés de bacharéis em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, como ocorria desde 1969 (GONÇALVES, 2022). A mudança reflete uma resolução de 2013 da Câmara de Educação Superior e do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação – as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo – e preconiza uma formação que proporcione clareza sobre a função social específica, bem como a identidade profissional singular e diferenciada dos jornalistas em relação ao campo maior da Comunicação Social (BRASIL, 2013).

Hoje, o país conta com 371 cursos ativos e já iniciados de graduação em Jornalismo e Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, como mostra levantamento realizado na presente pesquisa¹⁶.

Ao avaliar as discussões da comunidade acadêmica brasileira relacionada com a formação de futuros jornalistas no contexto da instituição das primeiras diretrizes curriculares específicas para o curso de jornalismo no país, Lopes (2014) sublinha que a mais recente questão tem sido o reconhecimento do jornalismo como campo específico de conhecimento, construção também política e não apenas epistemológica, uma vez que há indivíduos ou grupos que apresentam antagonismos, competições e embates em função da implantação de diretrizes para as instituições de ensino superior (LOPES, 2014).

A especificidade dos estudos sobre o jornalismo está certamente conectada ao momento histórico e às influências de pensamentos de estudo. Não é possível pensar a disciplina de Teorias do Jornalismo sem ter em mente a influência do contexto histórico que ela se insere.

¹⁶ Os dados foram retirados do banco de dados do e-MEC, hoje, segundo a plataforma existem 384 cursos em atividade, porém muitos destes cursos se repetem, são de Comunicação Social em outras habilitações.

3 A INSERÇÃO DA DISCIPLINA DE TEORIA DO JORNALISMO NO BRASIL

A expansão das teorias do jornalismo no Brasil, de acordo com Pontes (2015), teve início nos anos 1990 e nos anos 2000. O pesquisador afirma, ainda, que a origem da inserção da cadeira no currículo acadêmico, seu aperfeiçoamento e acréscimo no quantitativo bibliográfico tiveram forte relação com regiões específicas do país, como Santa Catarina (UFSC) e Rio Grande do Sul (UFRGS, PUC-RS e Unisinos).

Interessante observar que, a criação da disciplina nos anos 1980, sobretudo na UFRGS e da UFSC, está embasada nas teorias da comunicação, que já integravam a estrutura curricular dos cursos de comunicação há alguns anos. Esse desenvolvimento, aponta Pontes (2015), perpassa a recepção do livro “O segredo da pirâmide”, de Adelmo Genro Filho, especificamente na discussão do jornalismo como forma de conhecimento.

Há registros de iniciativas em 1983 através da professora Rosa Nívea Pedroso, do curso de Comunicação/Jornalismo da UFRGS, onde foi criada, em caráter obrigatório, a disciplina Teoria do Jornalismo, até então inexistente na matriz curricular. A docente havia acabado de defender sua dissertação de mestrado em Comunicação na UFRJ, orientada por Muniz Sodré, com o título “A produção do discurso de informação no jornalismo sensacionalista”.

A disciplina de Teoria do Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi criada pela Comissão de Graduação do Curso de Comunicação Social, quando da mudança de currículo, em 1983. Neste mesmo momento, também foram criadas as disciplinas de Teoria das Relações Públicas e Teoria da Publicidade e da Propaganda. Pelo que pude aferir, na época, as três disciplinas foram criadas para trazer um pouco de teoria para o currículo de Comunicação. Tanto que as três disciplinas eram obrigatórias para os três cursos. (PEDROSO apud PONTES, 2015, p. 246)

Como analisa Pontes (2015), a incorporação da unidade Teoria do Jornalismo na grade da UFRGS procedeu-se sem uma articulação didático-pedagógica e, mesmo, de referências bibliográficas. Segundo o relato de Pedroso (apud PONTES, 2015), foi preciso buscar bibliografia estrangeira para estruturar a disciplina com autores como Gaye Tuchman, Mar de Fontcuberta e Robert Park. Pois, de acordo com a professora, não havia bibliografia teórica brasileira sobre o assunto, citando como “único livro da época” Ideologia e técnica da notícia (1979), de Nilson Lage.

No entanto, para Anunciação (2019), naquele momento, havia alguns livros publicados no país que poderiam compor a nova matéria, como “Iniciação à filosofia do jornalismo” (1960), de Luiz Beltrão, “O papel do jornal” (1974), de Alberto Dines, “Notícia, um produto à

venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial” (1978), de Cremilda Medina, e o lançamento de “O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza” (1986), de Ciro Marcondes Filho.

Ao mesmo tempo, o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UFSC também dava os primeiros passos para a Teoria do Jornalismo como disciplina. Um programa de teoria do jornalismo foi ministrado por Adelmo Genro Filho, professor da casa entre 1983 e 1986, sob o nome de Teoria da comunicação II (MEDITSCH, 2004; PONTES, 2015), porém Genro Filho já chamava atenção para a necessidade de uma teoria do jornalismo desde os anos 1970. Em 1991 foi implementada a disciplina Teoria do Jornalismo em caráter obrigatório, com base no trabalho de Genro Filho, no curso da UFSC. As recentes Teorias do Jornalismo sustentaram-se no desenho teórico-conceitual da Teoria da Comunicação, matéria já existente nos cursos. Como observa Frighetto (UFSC, 1990, p. 10 apud FRIGHETTO, 2016, p. 146), apontando que a ementa da Teoria do jornalismo manteve-se o mesmo texto de Teoria da comunicação, trocando apenas a expressão “teoria da comunicação” por “teoria do jornalismo”.

Segundo Pontes (2015), na década de 1990 a PUC-RS promoveu uma especialização em “Teoria do Jornalismo e Comunicação de Massa”. Porém, Pontes (2015) acredita que houve um avanço tímido na publicação sobre o assunto nos anos 1990, mesmo na UFSC e na PUC-RS, com publicações de Meditsch, Nilson Lage. Essa lacuna de bibliografia foi sendo preenchida com a chegada de livros e artigos estrangeiros, como “*La Construcción de la Notícia*”, de Miquel Rodrigo Alsina, “*La producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad*”, de Gaye Tuchman.

Ainda nos anos 1980, a disciplina de Teoria do Jornalismo também foi incorporada nas grades do curso de Comunicação com Habilitação em Jornalismo na graduação da USP. Um intermédio dos professores Ciro Marcondes Filho e José Marques de Melo, e da UFRJ, sob o comando dos docentes Alberto Dines e Nilson Lage (Meditsch, 2004).

A disciplina Teoria do jornalismo só passou a ser incorporada pela maior parte dos cursos de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo após a inclusão da matéria como questão específica a partir de 1998 na avaliação do Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, realizado pelo MEC (Meditsch, 2004).

Para Anunciação (2019), este fato, aliado a outras ações – como o aumento no número de pesquisas sobre o jornalismo nos programas de pós-graduação em Comunicação e o funcionamento de GTs em jornalismo nos congressos de associações científicas, como Intercom e Compós – intensificou a produção de bibliografias que buscavam teorizar o

jornalismo, já que a bibliografia específica ainda era uma lacuna, que aos poucos era incorporava literatura estrangeira.

A primeira década do século passado, marca uma preocupação em organizar e compilar quais seriam as teorias do jornalismo, tal como se faz já alguns anos em relação às teorias da comunicação. A partir daí, vê-se alguns lançamentos como o livro “Teorias da comunicação” (1987), de Mauro Wolf, “Jornalismo: teoria, questões e estórias” (1993), organizada por Nelson Traquina.

A editora da Unisinos (RS) lançou, em 2001, “O estudo do jornalismo no século XX”, de Nelson Traquina. Um ano depois, uma parceria entre a editora Argos, de Chapecó (SC), e Letras Contemporâneas, de Florianópolis (SC), editou “Teoria da notícia e do jornalismo”, do também português Jorge Pedro Sousa. A terminologia “teorias do jornalismo” somente foi empregada no título dos dois volumes de Nelson Traquina: o primeiro, de 2004, tem como subtítulo “Porque as notícias são como são”; já o segundo, de 2005, desdobra-se em “A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional”. Também em 2005, Felipe Pena lança *Teoria do jornalismo* pela editora Contexto. Ao contrário do que fizeram esses autores (sínteses das principais teorias do jornalismo), Marques de Melo publica a obra “Teoria do Jornalismo: Identidades brasileiras” (2006), com uma antologia que reflete sua experiência na pesquisa nacional.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Jornalismo, estabelecidas em 2013, a disciplina de Teoria do Jornalismo é recomendada e consta como parte dos conteúdos que devem ser abordados nos cursos, cujo parecer do CNE foi homologado pelo MEC em 2013 (com prazo final de implementação pelas instituições de ensino superior até 2015). A discussão acerca da norma que modifica o modelo político-pedagógico da graduação em jornalismo (ante às diretrizes curriculares em comunicação social e suas referidas habilitações, em 2002) começou a ser efetivamente pautada em 2008, embora, desde antes, representantes da Fenaj, do FNPJ e da SBPJor já fizessem articulações políticas para dar autonomia aos cursos de jornalismo em relação à comunicação (LOPES, 2014).

A lenta inserção de disciplinas ou, em alguns casos, de tópicos sobre Teorias do Jornalismo em disciplinas afins, foi, aos poucos, em diferentes situações, possibilitando o reconhecimento da necessidade de teorias específicas em torno do eixo conceitual que o curso ofertava. A disciplina passou a ganhar adesão de docentes e pesquisadores de todo o país.

A reprodução de textos de livros sobre Teorias do Jornalismo ganha, a partir dos anos 1990, um impulso de diálogos conceituais, que passam a ver, em tais autores, um reconhecimento que, até aquele momento, parecia ignorado ou mesmo negado em inúmeros

cursos de Jornalismo de diferentes IES brasileiras (DAROS, 2005).

Segundo Adghirni (2016), a inserção institucional das teorias do jornalismo e a consolidação do campo acadêmico do jornalismo ocorreu a partir do surgimento da FNPJ e a criação da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) em 2003, que reuniu uma centena de pesquisadores na Universidade de Brasília. (ADGHIRNI, 2016). De acordo com Pontes (2009, p.250):

Os encontros realizados por cada entidade, as revistas acadêmicas vinculadas a elas e a institucionalização da pesquisa exerceram influência na organização dos estudiosos de jornalismo e sistematizaram a manifestação da necessidade e da existência de teorias do jornalismo. A própria Intercom, em seu Congresso Nacional já possui, desde 2009, o Grupo de Pesquisa Teoria do Jornalismo, dentro do Grupo de Pesquisa em Jornalismo.

O interesse pelo jornalismo na área acadêmica pode ser comprovado pelo número de organizações científicas reconhecidas pelos órgãos de fomento à pesquisa. Além da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)¹⁷, a mais antiga, que abriga um núcleo de estudos sobre jornalismo (um dos mais concorridos para apresentação de trabalhos no congresso anual), existe ainda o GT de Jornalismo da Compós, o Labjor (Laboratório Avançado de Estudos de Mídia, da Unicamp), o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, - atualmente Associação Brasileira de Ensino em Jornalismo (ABEJ)¹⁸- e, finalmente, a SBPJor (ADGHIRNI, 2016).

Em 2008, a Fenaj publicou um documento a respeito da qualidade do ensino de jornalismo. Segundo Pontes (2015), há relatos de diferentes fontes de que Daniel Herz foi o responsável por sugerir à diretoria da FENAJ (Américo Antunes era o presidente) a elaboração de um conjunto de recomendações para melhorar a formação dos jornalistas brasileiro. Além disso, a influência e a história de Herz junto ao curso de Jornalismo da UFSC, do FNDC e da FENAJ serviram para, indiretamente, amalgamar a presença da teoria entre alguns professores e lideranças dessas entidades.

A consolidação do campo acadêmico torna-se importante para o avanço da teoria do

¹⁷ Na Intercom de 1994 foi levada a proposta de reunir professores dos cursos de Jornalismo surgida do grupo que participou do Seminário de Atualização para Professores de Jornalismo (Labjor/Unicamp), também em 1994. Assim foi marcado o I Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. Em ambas as ocasiões foram feitas avaliações gerais sobre a realidade dos cursos de Jornalismo e a necessidade de realizar discussões sistemáticas visando a busca de novos caminhos a partir da experiência que vem sendo desenvolvida pelos próprios docentes. O I Encontro Nacional de Professores de Jornalismo ocorreu no ano seguinte (ABEJ, 2023).

¹⁸ Disponível em: <https://abejor.org.br/institucional/> Acesso em: 19.out.2022.

jornalismo, na medida que traz reflexões, debates importantes para a área, assim como a formulação de uma teoria específica do campo científico do jornalismo, ajuda na sua consolidação nomeio acadêmico.

A questão que pode ser feita, no entanto, é se esse crescimento do subcampo acadêmico do jornalismo tem produzido conhecimento sobre o jornalismo. Silva (2009, p. 199), a partir da análise de Fuentes Navarro, aponta que a legitimidade científica está na imbricação entre a “institucionalização cognoscitiva – conceitos, métodos, teorias – e a institucionalização político-social – programas, publicações, associações, fomentos etc”. Na análise da pesquisadora, o visível fortalecimento do Jornalismo como campo científico-institucional acontece ao mesmo tempo que, paradoxalmente, há um afastamento da abordagem epistemológica, fundamental para pensar uma teoria do jornalismo.

Há muito a ser feito para responder ao vazio da Teoria do Jornalismo, à sua precariedade conceitual e fragilidade teórica, à dificuldade de tratar uma relação de extrema intimidade da prática jornalística com o senso comum – antes mesmo de se pensar na “segunda ruptura epistemológica” de que fala Boaventura S. Santos para uma ciência pós-moderna – aquela que concebe o reencontro da ciência com o sensocomum, dentro de uma nova “configuração cognitiva”, em que tanto uma quanto o outro se superem a si mesmos para dar lugar a outra forma de conhecimento (B. S. Santos, 1989: 34-45). (SILVA, 2009, p. 208).

Segundo Karam (2004), a consolidação de valores podem ser atingidos através da ampliação e de manutenção de campos específicos de estudos, de pesquisas e de processos de formação profissional. A formulação de uma teoria específica do jornalismo também ajuda a pensar o fazer jornalístico e suas implicações na sociedade e o conseqüente fortalecimento do campo científico como da própria profissão, a medida que traz o debate, reflexões e autonomia do campo. O percurso histórico do campo acadêmico do jornalismo, mais tarde transformado em campo acadêmico da Comunicação Social pelos objetivos políticos do CIESPAL, obriga a uma reflexão sobre o caminho adotado.

Como visto neste tópico, a lenta inserção da disciplina de Teorias do Jornalismo nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior e questões referentes a instituição do campo científico do jornalismo como um campo próprio de estudos, são algumas das características que demonstram a fragilidade do estudo de teorias do jornalismo, apesar do crescente aumento de estudos sobre o tema dentro do campo acadêmico. A partir disso, pode-se discutir sobre a inserção desses estudos nas disciplinas de Teorias do Jornalismo e entender se essas fragilidades ainda permanecem.

4 CONCEITUAÇÃO DOS COMPONENTES DO PROJETO PEDAGÓGICO

Neste capítulo, pretende-se abordar a conceituação aos componentes do Projeto Pedagógico de Curso após a Constituição Federal de 1988, sendo intensificado e determinado pelo artigo 12, inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, publicada em 1996, a fim de esclarecer a estrutura dos documentos que serão analisados, que fazem parte dos Projetos Pedagógicos dos cursos.

Essa conceituação é importante para entender onde se localizam os documentos analisados e como se inserem dentro de documentos oficiais das instituições de ensino superior. A seguir, é descrito a conceituação referente ao projeto pedagógico, currículo, conteúdos curriculares, disciplina, ementa, bibliografia, matriz curricular, conteúdo programático e matriz curricular.

4.1 CONCEITUAÇÃO REFERENTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um importante instrumento de planejamento para o desenvolvimento das atividades pedagógicas dos cursos de graduação das instituições. Historicamente, o PPC surge da estrutura do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Devido à necessidade de avaliação dos cursos e de sua organização didático-pedagógica, no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Nesse sentido, a construção do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) surgiu após a Constituição Federal de 1988, sendo intensificado e determinado pelo artigo 12, inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, publicada em 1996¹⁹, que diz: “Os estabelecimentos de ensino superior, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

A partir de então, as universidades brasileiras receberam a atribuição de elaboração do Projeto Pedagógico de Curso aceito como instrumento de planejamento para o desenvolvimento das atividades pedagógicas dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES). Este documento fundamenta e sistematiza a organização do conhecimento no currículo. Resultante das Diretrizes Curriculares Nacionais, a obrigatoriedade do projeto pedagógico

¹⁹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=139531-pces146-02&category_slug=fevereiro-2020-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 06.mar.2023.

surge na perspectiva de organização curricular. Como está previsto no Parecer CES/CNE 146/2002²⁰, aprovado em abril de 2002.

Segundo Anastasiou (2007), o documento reflete as escolhas e tomadas de decisões quanto à organização curricular e que, a partir de uma exigência legal, se definem os quadros-práticos dos cursos, como forma de organização do conhecimento referente à herança social, considerando as necessidades sociais do país, da região e de sua situação histórica. O documento representa a proposta da instituição universitária em relação ao que ela pretende, em relação às suas funções. É construído coletivamente e ao longo do processo de realização, avaliação das atividades, replanejamento e redefinição de rumos (processo de planejamento).

Há itens obrigatórios que devem ser apresentados no documento junto ao MEC para que o curso de graduação possa ser iniciado e receba autorização de funcionamento. Dentro do PPC, são obrigatórios alguns aspectos como: objetivos do curso, matriz curricular, o egresso e suas competências, estágio, TCC, atividades complementares e deve listar os componentes curriculares (em ordem alfabética) com ementas, referências bibliográficas básicas (com três títulos), e complementares (cinco títulos). Por isso, na elaboração do Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação, deve-se distinguir alguns conceitos importantes para o planejamento e realização das atividades. A elaboração do PPC é uma responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Para apresentar a proposta junto ao MEC, a IES deve contar com este comitê, selecionado para qualificar e criar o curso. O núcleo foi estabelecido pelo Parecer n 4 da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES)²¹, em 2010, e define um conjunto de cinco docentes, incluindo obrigatoriamente o coordenador do curso. De acordo com a resolução, esses docentes devem ser escolhidos de forma que:

Pelo menos 60% dos membros possuam titulação acadêmica em pós graduação stricto sensu; II- Todos sejam contratados de forma integral ou parcial pela IES e ao menos 20% sejam em regime integral; III- Esteja prevista a renovação parcial deste comitê, para assegurar continuidade do acompanhamento do curso. (BRASIL, 2010)

²⁰ A autorização de curso superior é o ato autorizativo do MEC que, após protocolado e aceito, permite que as IES ofereçam seus cursos, sejam de graduação ou pós-graduação. Dessa forma, uma faculdade só pode ministrar seus cursos se ele for autorizado pelo Ministério da Educação.

²¹ Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192#:~:text=O%20N%C3%BAcleo%20Docente%20Estruturante%20\(NDE,do%20projeto%20pedag%C3%B3gico%20do%20curso](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192#:~:text=O%20N%C3%BAcleo%20Docente%20Estruturante%20(NDE,do%20projeto%20pedag%C3%B3gico%20do%20curso). Acesso em: 17.jun.2023

O objetivo é encontrar um comitê qualificado para determinar e atender às demandas sociais do curso, docentes qualificados que saibam quais diretrizes educacionais devem ser aplicadas no contexto de criação e possam funcionar como guia na ocorrência do curso.

A elaboração de um PPC é parte fundamental do processo de autorização do curso. Vale lembrar que apenas faculdades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia são obrigados a autorizar seus cursos no MEC. Então, se a IES é um centro universitário ou universidade, a autorização de curso superior não é obrigatória, visto que essas instituições têm autonomia no oferecimento de curso.

Porém, esse não é o único passo necessário para que um curso seja validado pelo MEC. Para que seus cursos superiores estejam devidamente protocolados no Ministério da Educação, eles também precisam passar pelo processo de reconhecimento de curso, esse processo precisa ser realizado por todas as instituições de ensino.

Esse segundo ato autorizativo é previsto no Decreto nº 9.235, de 2017 e determina que, para que um curso superior seja ofertado e tenha um diploma válido no território nacional, não basta que ele seja autorizado. Também é preciso que ele seja reconhecido pelo Ministério da Educação. Assim, o reconhecimento de curso do MEC é um mecanismo de controle e fiscalização da qualidade dos cursos superiores no país.

4.2 CURRICULARES, PROGRAMA DE DISCIPLINA, DISCIPLINA, MATRIZ CURRICULAR E EMENTA

4.2.1 Currículo

Etimologicamente, currículo significa ato de correr, corrida, percurso. Na educação superior, pode-se afirmar que é o conjunto das atividades “nucleares” essenciais distribuídas no espaço e tempo da Universidade (SAVIANI, 2005, p. 18), a ser percorrido e realizado durante um curso, tendo em vista a produção e transmissão do conhecimento relativo a esse curso. Por exemplo, matriz curricular composta de conteúdos curriculares, disciplinas e atividades distribuídas no tempo e espaço da universidade, e caracteriza a essência do curso a ser realizado a partir do perfil do profissional esperado.

Ou seja, currículo é a totalidade das vivências educacionais de um curso. Na universidade, essas vivências envolvem o trabalho a ser realizado em sala de aula, laboratórios, oficinas, estágios e outras situações de ensino-aprendizagem sob a orientação de um professor ou grupo de professores, tendo em vista o projeto do egresso. Por isso, a organização curricular é um dos momentos do projeto pedagógico do curso e não o seu determinante inicial.

Segundo Sacristán (2000), o currículo pode ser visto como um objeto que cria em torno de si campos de ação diversos, nos quais múltiplos agentes de forças se expressam em sua configuração incidindo sobre aspectos diferentes.

4.2.2 Conteúdos curriculares ou eixos

São campos de estudos, também chamados áreas ou eixos, ou núcleos temáticos referentes ao conhecimento necessário para um curso. Segundo Anastasiou (2010), eixo é uma reta que passa pelo centro de um objeto, que atua em rotação sobre esta reta e o eixo curricular é o elemento central, sobre o qual se definem e articulam-se conceitos, princípios, leis, quadros teórico-práticos, visando superar a forma estanque presente nas grades curriculares.

São identificados como essenciais para a realização do egresso, considerando três grandes dimensões de sua formação: cidadania, formação geral e formação específica para o exercício da profissão. Os conteúdos curriculares indicam a temática por onde deve caminhar a produção e transmissão de determinada área do conhecimento em determinado curso de graduação. Articulam-se, obrigatoriamente, aos conteúdos curriculares as atividades de: a) Estágio curricular supervisionado; b) Atividades complementares; c) Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação, sob orientação docente (ANASTASIOU, 2010).

4.2.3 Programa de disciplina

Os programas de disciplinas²² são os conteúdos trabalhados Os programas de disciplinas são os conteúdos trabalhados nas disciplinas, onde são apresentados de forma sistematizada e pormenorizada. Neste documento estão contidos informações gerais das disciplinas do curso, o ementário, bem como o conteúdo programático que foi ministrado e a bibliografia utilizada.

4.2.4 Disciplina ou unidades curriculares

Etimologicamente, disciplina relaciona-se com a palavra “discípulo” - aquele que segue. No ambiente acadêmico, disciplina diz respeito a uma faceta subderivada da Ciência, da Arte ou da Tecnologia. É um conteúdo curricular em menor escala, indica o que o aluno deve seguir para compreender o que se tem a realizar no curso. Em cada conteúdo curricular essencial (núcleos, ou eixos temáticos), há a subdivisão em disciplinas ou atividades (PINHO, 2008).

²² Disponível em: <https://www2.uepg.br/prograd/programas-de-disciplinas/> Acesso em:20.jun.2023

4.2.5 Matriz curricular

A matriz curricular de um curso é entendida como o rol de disciplinas e carga horária, distribuídas por semestres e anos do curso. É um documento norteador da escola, é a partir da matriz que se define que componentes curriculares serão ensinados na escola. A matriz curricular é parte integrante do Regimento e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e sua organização deve ser realizada a partir das disposições dos artigos 26, 27, 35 e 36 LDB 9394/96 e da Resolução 02 de janeiro de 2012 (CNE).

A matriz curricular deverá ser coerente com os objetivos do curso e com o perfil profissiográfico. Em sua arquitetura, devem constar também todos os componentes curriculares previstos nos pareceres e nas resoluções específicas que tratam sobre as diretrizes curriculares do curso.

A matriz curricular substitui a grade curricular. Grade curricular é apenas a “soma das partes”, enquanto que matriz curricular constituiu-se na “articulação das antigas disciplinas em componentes curriculares, áreas ou módulos, em torno de eixos [...]”. (ANASTASIOU, 2007, p. 56). Com isso, a matriz curricular, na perspectiva da sinergia, é maior do que a soma das partes.

A matriz curricular do curso de graduação deve conter: componentes curriculares obrigatórios: componentes curriculares integrantes do currículo pleno/matriz de um curso, como no caso os conteúdos curriculares, as práticas profissionais, os estágios e o trabalho de conclusão de curso (TCC); componentes curriculares complementares: eletivos com o objetivo de complementar a formação profissional do aluno (BRASIL, 2013).

4.2.6 Ementa da disciplina ou atividade acadêmica

Etimologicamente, ementa significa “apontamento”, “resumo”. Em uma disciplina acadêmica, ementa é um breve resumo, onde se faz a apresentação clara, concisa e objetiva do que se vai estudar e os procedimentos a serem realizados em uma determinada disciplina ou atividade. Nesse resumo se coloca, também, a articulação com a grande área do conhecimento teórico-prático envolvida no curso.

A ementa traz os pontos essenciais sobre o conteúdo estabelecido no Projeto Político-Pedagógico do curso. Ou seja, ela deve seguir a linha pedagógica adotada pela IES, indicando o escopo e foco da matéria ofertada. Portanto, a ementa não pode ser alterada pelo professor sem antes passar pela aprovação da coordenação do curso de graduação (BRASIL, 2013). A ementa não deve ser confundida com rol de assuntos constantes no item “Conteúdo Programático” do Plano de Ensino. As ementas das disciplinas são conteúdos curriculares e

devem constar do Projeto Pedagógico do curso, como parte obrigatória. Não obstante, o Plano de Ensino articula-se ao Projeto Político-Pedagógico por meio da ementa da disciplina.

4.2.7 Conteúdo programático

É o detalhamento de conhecimentos, habilidades e atividades da disciplina, ordenados em sequência lógica, os quais possibilitam o alcance dos objetivos preestabelecidos em um processo ensino-aprendizagem, a fim de se chegar ao que se pretende naquela determinada disciplina/campo de estudo de cada curso (BRASIL, 2013).

4.2.8 Bibliografia

Segundo a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017²³, do MEC, os polos EaD (educação a distância) têm a possibilidade de optar entre o acervo digital ou totalmente físico, tanto para a bibliografia básica quanto para a complementar. Deste modo, as instituições de educação podem escolher o modelo que julgarem mais adequado. Mas vale lembrar que, ao disponibilizar os títulos importantes em versão online e facilitar o seu acesso, a universidade tem chance de aumentar a sua nota na avaliação do MEC.

Porém, não são apenas as instituições que oferecem educação a distância que podem adotar o acervo digital. Em cursos presenciais, a biblioteca online é também uma possibilidade para complementar a biblioteca física.

Até 2021, não há nenhuma regra específica para a composição das bibliografias de acordo com os documentos do Ministério da Educação (MEC). No entanto as instituições de ensino superior geralmente diretrizes acadêmicas para elaborar as bibliografias, que costuma ser responsabilidade dos professores e coordenadores dos cursos, levando em consideração os objetivos educacionais, os conteúdos abordados e as necessidades de aprendizado dos estudantes.

Algumas recomendações geral incluem a variedade de fontes, a relevância dos materiais selecionados, a atualização, a acessibilidade – garantir que os materiais estejam acessíveis aos estudantes, seja por meio de exemplares nas bibliotecas, online ou outras formas- e variedade de autores.

²³ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66431-portaria-normativa-11-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 17.jun.2023

5. METODOLOGIA

Nas próximas linhas detalhamos os procedimentos que norteiam as formas da pesquisa desenvolvidas nesta pesquisa. Nesta parte descreve-se o tipo de pesquisa realizada, a abordagem escolhida e o método de interpretação definido para analisar as informações levantadas.

Entende-se percurso metodológico como o resultado de um processo de construção da pesquisa científica, a partir de idas e vindas a campo e na própria delimitação do objeto entre vários outros procedimentos de ordem científica. Bourdieu (2011, p.27) acredita que a construção de um objeto de pesquisa não acontece em um só momento.

[...] é um trabalho de grande fôlego que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por uma série de correções, de emendas sugeridos por o que as chama de ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo, minúsculas e decisivas.

É esse conjunto de princípios que determina os procedimentos de pesquisa desde a forma de apresentar, descrever os objetivos da pesquisa, inserir no ambiente de observação e encontrar bons informantes (BOURDIEU, 2011). Detalhes que podem parecer insignificantes, mas que previnem o pesquisador de considerar os instrumentos teóricos em si mesmos em vez de “os por em ação” (BOURDIEU, 2011, p.27).

Bonin (2011, p.40) também aponta os procedimentos como arranjos metodológicos sensíveis às demandas das problemáticas e das lógicas dos objetos empíricos. Lago (2006, p.1), compara a metodologia a uma “infraestrutura sobre a qual se constrói todo o trabalho” e está longe do que a autora chama “receituário desconexo” como se apresentam em muitos casos.

Partindo-se dessa crítica, neste capítulo, pretende-se sublinhar os caminhos utilizados para responder o problema de pesquisa proposto. De modo geral, o procedimento de pesquisa adotado foi a pesquisa bibliográfica, para a leitura e identificação das teorias mais citadas nas obras dos autores mais referenciados nas bibliografias dos 25 cursos analisados. Outro procedimento adotado foi a Análise de Conteúdo sistematizada por Bardin (1977) para a análise das ementas e bibliografias da disciplina de Teoria do Jornalismo do recorte de 25 cursos de Jornalismo/Comunicação Social Habilitação em Jornalismo ao nível de Graduação no Brasil.

O levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica baseia-se no estudo da teoria já publicada, encontrada em livros, periódicos, artigo de jornais e sites da Internet. Conforme esclarece Boccato (2006, p.266):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio

de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

De acordo com Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa. Com a temática definida e delimitada, o pesquisador terá que trilhar caminhos para desenvolvê-la. Para Amaral (2007, p.01):

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa.

Segundo Macedo (1994, p. 13), pesquisa bibliográfica “trata(-se) do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação”. Desta forma, para Lakatos e Marconi (2003, p. 183): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Pretendeu-se também adotar, em parte, o método da análise de conteúdo, uma análise descritiva de conteúdo, originado na área da Psicologia e posteriormente sistematizado pela pesquisadora Laurence Bardin (1977). Conforme a autora (2011), esta técnica é caracterizada pela relação entre métodos estatísticos e a observação de materiais, valorizando ora a análise qualitativa (deduções específicas), ora a quantitativa (frequência de aparição). A Análise de Conteúdo se justifica por permitir compreender e comparar diferentes documentos entre as diversas universidades.

De acordo com Bardin (1977), trata-se de um método empírico dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. “A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 34).

Algumas regras são descritas para a seleção do objeto empírico de análise, como a regra da exaustividade, que neste caso, cumpre-se pela seleção do maior número possível de documentos selecionados ao nível nacional, considerando a dificuldade de encontrar esses

documentos, foram analisados 25 documentos. Quanto à representatividade, por se tratar de um intento ao nível nacional, os cursos localizam-se nas regiões norte, sul, sudoeste, centro-oeste, norte e nordeste, cada qual com suas especificidades socioeconômicas. Ainda, a escolha dos objetos empíricos é homogênea, pois diz respeito aos projetos pedagógicos de curso do Brasil. As unidades de registro ou segmentos de conteúdo para análise, foram definidos nesta pesquisa por um recorte semântico ao nível do tema e assunto.

Para responder à questão central da presente pesquisa, que é analisar quais saberes e conteúdos tem sido mobilizados nas disciplinas de Teorias do Jornalismo das 25 instituições analisadas, foram formulados dois grupos de análise. O grupo 1, que corresponde a Análise de Conteúdo das ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo que pretende identificar quais os principais conceitos estudados nas disciplinas, quais as principais teorias que aparecem nas ementas e se o que está no texto das ementas corresponde ao que se é entendido por teoria. E a Análise de Conteúdo das bibliografias das disciplinas, que pretende identificar quais os autores aparecem nessas disciplinas e se a biografia é predominantemente estrangeira ou nacional e se as obras têm correlação com a proposta apresentada pelas ementas e com o que é entendido por teorias do jornalismo.

E o Grupo 2, que compreende o conjunto de matrizes curriculares do *corpus* de 25 cursos. Em que pretende-se realizar uma análise descritiva de conteúdo, a fim de identificar de que forma a disciplina de Teorias do Jornalismo é apresentada pelo curso, observando em quais períodos ela aparece na graduação, o tempo dedicado ao estudo da disciplina e se existe mais de uma disciplina de Teorias do Jornalismo.

O procedimento metodológico de análise bibliográfica aplicado as obras que fazem um copilado das teorias do jornalismo e que foram as mais referenciadas pelas bibliografias das disciplinas de Teorias do Jornalismo do *corpus* selecionado, irá permitir, com algum grau de segurança, identificar se o que consta nas ementas e bibliografias dos programas das disciplinas de Teorias do Jornalismo dos cursos selecionados está de acordo com aquilo que se entende por teorias do jornalismo para estes autores.

Para dar seguimento neste processo metodológico, é preciso também estabelecer a abordagem da pesquisa. Neste sentido, optou-se pela utilização de ambas a qualitativa e a quantitativa para a realização da presente pesquisa. A pesquisa também será descritiva, porque “estudos deste tipo visam primordialmente a descrição das características de determinado [...] fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28). Após estabelecer o tipo de pesquisa e as abordagens adotadas, torna-se pertinente definir os devidos encaminhamentos de compreensão do conteúdo levantado, como o método de interpretação das

informações.

5.1 SELEÇÃO DO CORPUS

De primeiro momento, foi realizado o procedimento de coleta de informações e seleção do recorte para a análise dos dados quantitativos. Para a presente pesquisa, foram selecionados 25 cursos de Jornalismo/Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo das Universidades de todo território nacional. Portanto, para compreender melhor como se chegou nesse recorte, discorre-se a seguir sobre os procedimentos realizados.

A seleção do *corpus* ocorreu no primeiro semestre de 2021 e se deu por meio da busca dos cursos de Ensino Superior em Jornalismo fornecidos pelo banco de dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior²⁴, sendo a base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior-IES, reconhecidos pelo Ministério da Educação. Restringiu-se a análise aos cursos ali mencionados, e eventuais omissões devem ser atribuídas ao sistema do ministério.

Os dados do Cadastro do e-MEC guardam conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições, nos limites do exercício de sua autonomia, respeitando as normas previstas para a oferta de cursos superiores, como no caso das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Por isso, a regularidade dos cursos e instituições depende da validade dos respectivos atos autorizativos.

Para ter uma dimensão nacional do ensino da área, optou-se pela formulação de uma tabela com as informações de todos os cursos de Jornalismo em atividade, conforme as informações fornecidas pelo Cadastro do e-MEC. Foram utilizados os recursos de busca fornecidos pela plataforma, por meio da aba “Consulta Avançada”, considerando o Curso de Graduação em Jornalismo do País e o filtro “em atividade”. Como palavras-chave no campo “cursos”, foram considerados os cursos de Jornalismo.

A pesquisa de busca avançada do e-MEC apresenta 439 cursos de Jornalismo, Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, Jornalismo Digital (2), Jornalismo Multimeios (2) e Gestão em Jornalismo (1) localizados através do filtro “em atividade” que a plataforma oferece. Os últimos são cursos pertencentes a Universidade Católica de Brasília,

²⁴ Cadastro e-MEC é regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017.

Centro Universitário Leonardo Da Vinci, Universidade do Estado da Bahia e Faculdade de Colider, respectivamente.

Porém, é possível perceber que esse “filtro” não é totalmente correto, pois é perceptível, ainda nas primeiras páginas da planilha, cursos que estão extintos ou em processo de extinção e um curso de Comunicação Social de Publicidade e Propaganda da Faculdade Promove de Sete Lagoas. Por isso, a planilha fornecida pelo e-MEC foi baixada e manuseada pelo computador da autora, que aplicou o filtro de “em atividade” novamente e chegou a 411 cursos ativos.

Outro ponto percebido na coleta de informações sobre os cursos é que há muitos cursos ainda não iniciados. Ou seja, eles têm uma data de criação, mas ainda não iniciaram as aulas do curso. Por isso, foi aplicado um filtro na “data de funcionamento” – uma coluna já fornecida pelo banco de dados- e desconsideramos os cursos que ainda não foram iniciados para esta pesquisa. Por fim, chegou-se a um resultado de 371 cursos ativos e já iniciados de Jornalismo e Comunicação Social – Jornalismo no Brasil.

Durante o processo de levantamento de dados, percebeu-se também algumas inconsistências entre as informações fornecidas pelo e-MEC e as reais datas de funcionamento dos cursos. As datas que constavam na plataforma eram de cadastro, ou seja, quando os cursos migraram de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, a data de início do curso de Bacharelado em Jornalismo era “recente” comparada a data de início do mesmo curso quando era considerado Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Porém, não encontramos uma forma segura de encontrar as reais datas de início dos cursos, a não ser se fossem coletadas de forma manual através de pesquisas. A escolha para essa pesquisa foi manter os dados fornecidos pelo e-MEC, já que não irá influenciar nos resultados finais de análise.

A coleta das matrizes curriculares, e dos projetos pedagógicos dos cursos se deu junto às páginas eletrônicas de cada curso e, quando necessário, mediante o contato via e-mail junto aos endereços oficiais de cada curso. Nos casos em que as informações de contato necessárias não estavam disponíveis nos sites oficiais, recorreu-se ao contato de coordenadores dos cursos ou professores para a solicitação dos documentos para análise. A escolha de buscar pelos PPCs dos cursos considerou que os ementários e as bibliografias são parte obrigatória destes documentos.

Assim, foi solicitado pela pesquisadora para cada uma das instituições, o referido documento, utilizando as regras estabelecidas pela Lei de Acesso à Informação (nº

12.527/2011)²⁵ via e-SIC²⁶. Foram enviados 51 e-mails para as instituições que não disponibilizaram os documentos nos sites. A solicitação e dos PPCs e das matrizes curriculares realizada por meio oficial é uma forma de garantir a veracidade dos documentos que serão analisados.

A seleção do *corpus* se deu a partir da disponibilidade dos documentos via e-mail ou os que estavam disponíveis nos sites oficiais dos cursos, ou seja, foram analisados todas as instituições que estivessem com os documentos disponibilizados para a análise. De 371 instituições em atividade no país, de primeiro momento 40 delas tinham seus documentos ou disponíveis nos sites, ou via e-mail. Porém, apenas 25 continham as informações mínimas necessárias para a presente análise, como a disponibilização das ementas e bibliografias da disciplina. Compilados, os documentos foram lidos e deles extraídos dados que pudessem compor tabelas para melhor interpretação da presença e da natureza da disciplina em questão.

As informações extraídas dos documentos institucionais sinalizam alguns elementos que podem ajudar a compor dados que podem sinalizar pistas que servirão de ponto de análise para entender que jornalismo emerge desses documentos. Note-se que isso não é o mesmo que dizer que teremos adiante um perfil de como as disciplinas de Teorias do Jornalismo são ensinadas nos cursos de graduação, pois, para fazê-lo, seria ainda necessário adicionar informações de estratégias de ensino, metodologias, tecnologias e pedagogias adotadas. No entanto, os resultados a seguir apontam como esses conteúdos são visíveis em matrizes curriculares, quando são ofertados, com que duração e quais são as principais teorias abordadas nas disciplinas, assim como as principais referências bibliográficas delas.

Os documentos compõem uma fonte importante de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam, ainda, uma fonte “natural” de informação, segundo Lüdke e André (1986, p. 38). Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. Uma vantagem adicional dos documentos é o seu custo, em geral baixo. Seu uso requer apenas investimento de tempo e atenção por parte do pesquisador para selecionar e analisar os mais relevantes (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Com a consciência de que o que se diz nos textos normativos não representa

²⁵ A Lei de Acesso à Informação abrange toda a administração pública (BRASIL, 2011).

²⁶ Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/Principal.aspx> Acesso em: 05.mai.2022 O e-Sic permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal.

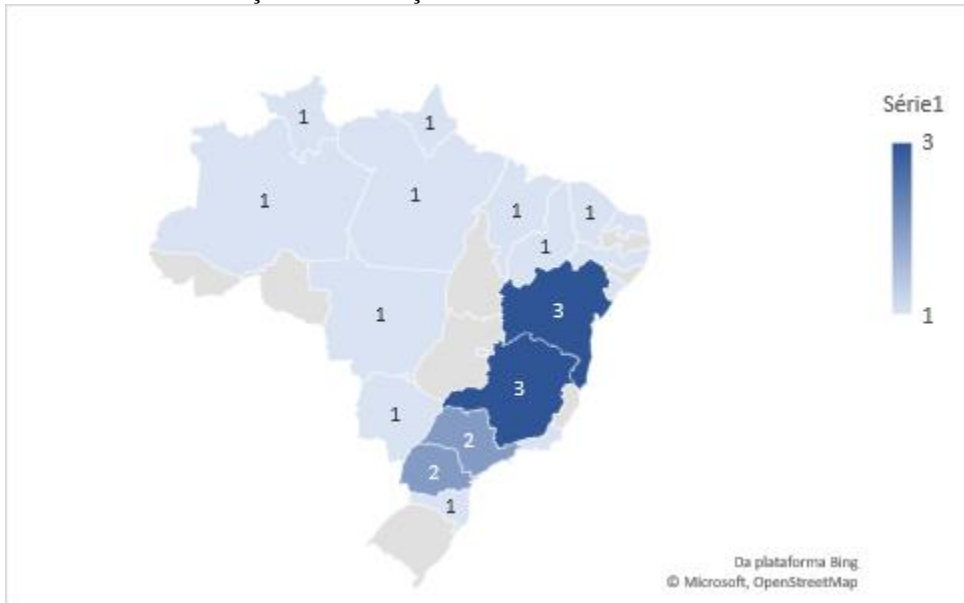
necessariamente o que empiricamente se ensina, se discute e se compartilha nas instituições de ensino ou no meio acadêmico. Significa dizer que as bibliografias indicadas não são necessariamente utilizadas em sala de aula e que o percurso do aluno não é necessariamente progressivo ou que não haja adaptações em relação ao texto normativo do Ministério da Educação em função de outros parâmetros. Essas diferenças apontadas não são importantes para nossa investigação, pois o foco que estabelecemos está recortado.

5.2 CURSOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE

No próximo capítulo, serão analisados as Matrizes Curriculares dos cursos de graduação da Universidade Vale do Rio Doce (Univale); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Faculdades Integradas de Fernandópolis (FIFE); Uninter, Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade de Brasília (UnB); Faculdade Boas Novas (FBNCTSB); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Nove de Julho (UNINOVE); Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA); Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Regional de Blumenau (FURB); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

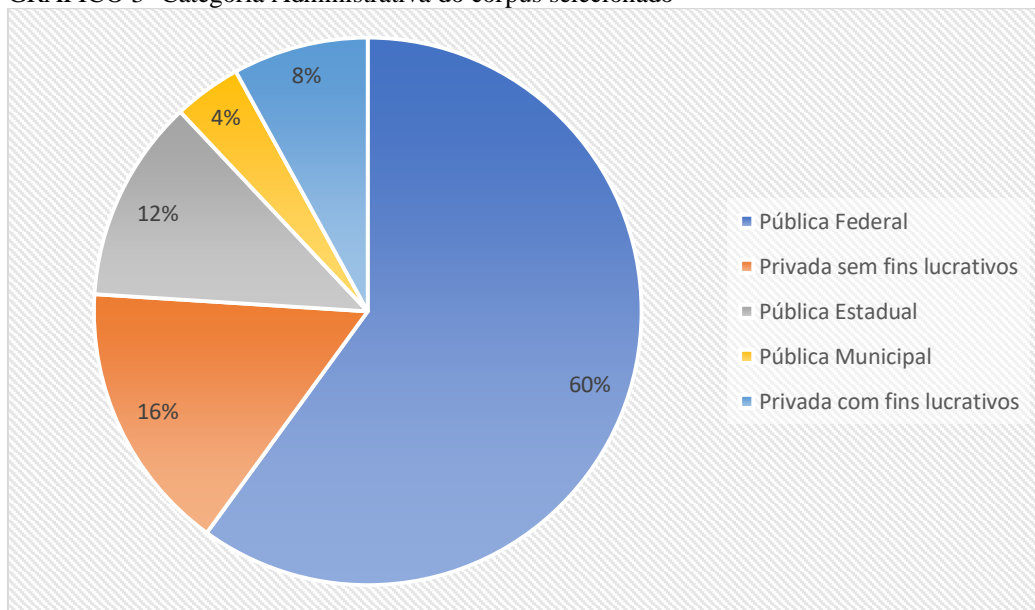
A amostra é composta por cursos em 16 estados, de todas as regiões. Trata-se de cursos instalados em faculdades públicas federais, estadual e municipal, privadas sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos como mostra o Gráfico 3 da Categoria Administrativa do *corpus* selecionado.

GRÁFICO 2- Localização das instituições selecionadas



Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do e-MEC.

GRÁFICO 3- Categoria Administrativa do corpus selecionado



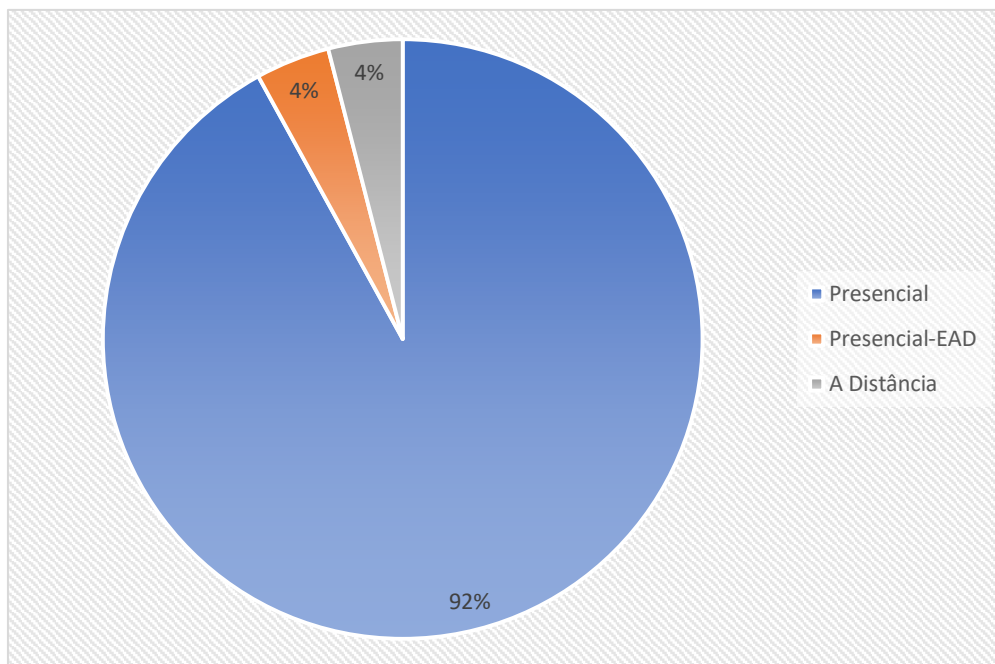
Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do e-MEC.

Das 25 instituições, 15 delas são públicas federais, 4 são privadas com fins lucrativos, 3 públicas estaduais, 2 privadas com fins lucrativos e uma municipal. Dentre elas, 23 são presenciais, uma híbrida e uma a distância, segundo os registros do E-mec (Gráfico 4). Vê-se uma maioria de instituições públicas (76%) e presenciais (92%).

A fim de reconhecer as especificidades de cada documento analisado, identificou-se a nomenclatura dos cursos, se eles são considerados Comunicação Social com habilitação em

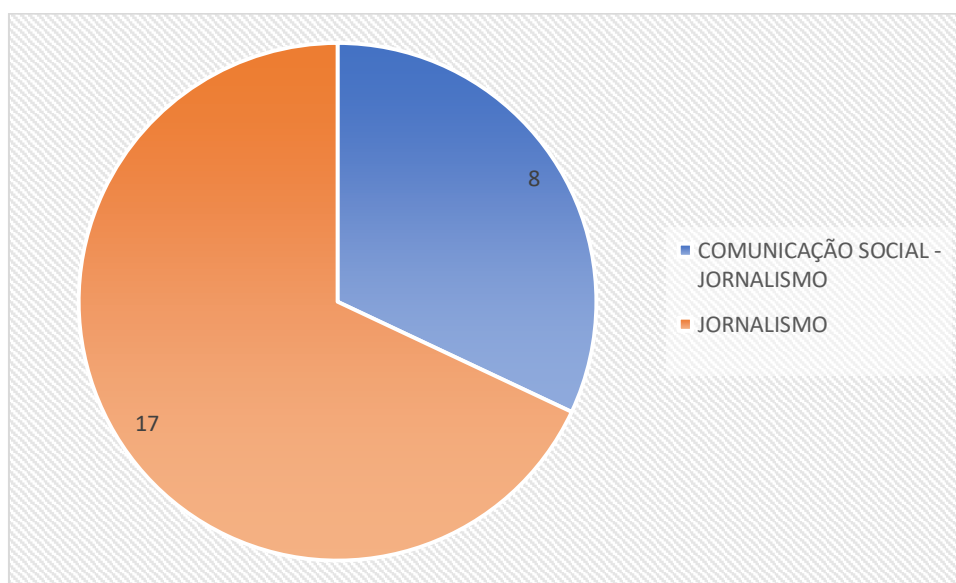
Jornalismo ou Bacharelado em Jornalismo. Através da análise realizada, identificamos que 8 dos 25 cursos (32 %) são cursos de Comunicação com habilitação e 17 (68%) deles são cursos de Jornalismo (Gráfico 5).

GRÁFICO 4- Modalidade dos Cursos do corpus selecionado



Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do e-MEC.

GRÁFICO 5- Nomenclatura dos cursos selecionados



Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do e-MEC.

Em comparação com os dados referentes ao *corpus* analisado e a totalidade de cursos no país, pode-se perceber que na categoria “nomenclatura”, o *corpus* é compatível. Percebe-se que

a maioria dos cursos do Brasil, como do *corpus* são de Jornalismo (e não de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo). Assim como a categoria “modalidade”, em que notou-se que a modalidade presencial é a maioria no *corpus* e na totalidade dos cursos do país. Já em relação a representação relativa à “categoria administrativa” que, em sua maioria, composta por instituições privadas no país, não é totalmente representada no *corpus* dessa pesquisa, que em sua maioria é composto por instituições públicas. Essa diferença é explicada pela maior facilidade em encontrar os documentos analisados nesta pesquisa disponíveis em sites de instituições públicas, principalmente federais e também em retorno dos e-mails enviados para instituições.

Um questionamento pertinente para esse resultado é entender em que medida isso tem relação com a transparência de dados importantes para esta pesquisa - as ementas e as bibliografias das disciplinas de Teorias do Jornalismo-. Em que medida a opção por não transparecer os meandros de escolhas que os gestores e professores optam por fazer na decisão de quais elementos aparecerão na disciplina está relacionado com a fragilidade do campo científico do jornalismo.

QUADRO 1- Comparação quantitativo geral e *corpus*

	Brasil	<i>Corpus</i>
Nomenclatura	Jornalismo	Jornalismo
Modalidade	Privadas	Públicas
Categoria Administrativa	Presencial	Presencial

Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do e-MEC.

Feita a seleção do *corpus* desta pesquisa, foi realizada a Análise de Conteúdo do grupo 1, que corresponde à análise das ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo das 25 instituições selecionadas (tópico 5.2 do capítulo 5), cuja as categorias foram “Teorias do jornalismo”; “Teorias da Comunicação/outras”; “Conceitos” e “Contextualização histórica”. Já na análise das bibliografias básicas e complementares (tópico 5.4 do capítulo 5), foram analisadas separadamente com as mesmas categorias, “Autor” e “Título”.

Já na Análise de conteúdo do Grupo 2, que compreende o conjunto de Matrizes Curriculares (tópico 5.3 do capítulo 5), cujo as categorias analisadas foram o “Título da disciplina”; “Carga horária total”, referente ao total de horas de cada curso selecionado; “Carga Horária da disciplina de Teorias do Jornalismo”, que compreende a percentagem que as horas

da disciplina representam no curso; “Disciplinas obrigatórias” e “Disciplinas optativas”, que identificou o tipo de disciplina que se enquadra a disciplina de Teorias do Jornalismo. A sistematização dessas análises contou com a organização de uma planilha no Excel para a anotação dos resultados encontrados.

A análise das obras mais referenciadas nas bibliografias das disciplinas de Teorias do Jornalismo das 25 instituições selecionadas (tópico 5.4 do capítulo 5), foi realizada através da Pesquisa Bibliográfica. Depois de uma leitura dinâmica das obras, a análise contou com a ajuda de uma planilha no Excel, a fim de identificar quais as teorias mencionadas por esses autores.

A planilha teve como categorias as “teorias mencionadas pelos autores”, o “ano de criação” e “principais agentes das teorias”, de acordo com a classificação de cada autor. Além disso, foram observadas “questões temporais” das obras, a fim de identificar se a apresentação do livro se dá de forma cronológica ou escolas de pensamento, por exemplo.

6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Feitas as considerações acerca dos procedimentos metodológicos, parte-se para a exposição e interpretação dos resultados obtidos. Pretende-se, inicialmente, apresentar uma breve história de criação dos cursos selecionados, a fim de contextualização. Em seguida, a análise das ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo das 25 instituições e as análises das bibliografias, bem como a Pesquisa Bibliográfica das obras mais referenciadas nas bibliografias das disciplinas de Teorias do Jornalismo que fazem um panorama das teorias do jornalismo.

6.1 CONTEXTOS E CENÁRIOS DOS CURSOS DE JORNALISMO

A fim do melhor entendimento de cenários e o contexto histórico do curso, apresenta-se, no Apêndice 1, uma tabela com informações dos cursos que serão analisados.

O curso de bacharelado em jornalismo da Universidade Vale do Rio Doce (Univale)²⁷ foi criado em 1997. Ele oferece dupla habilitação: Jornalismo e Publicidade & Propaganda e fica localizado na cidade de Governador Valadares-MG. Em 2001 o curso foi desmembrado para curso de Jornalismo. O curso é presencial, funciona de modo noturno e oferece 30 vagas por semestre.

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)²⁸, com sede e foro no município de Marabá (PA), foi criada no dia 6 de junho de 2013. A instituição foi a segunda universidade pública criada no interior da Amazônia. O curso de Jornalismo da UNIFESSPA foi criado em 2018²⁹ e fica localizado em Rondon do Pará-PA.

O curso de bacharelado Graduação em Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa (UFV)³⁰, fica localizado em Viçosa, Minas Gerais. E foi criado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), em sua reunião de 12 de julho de 2000, sendo tal deliberação registrada na ata nº360 do referido órgão. A primeira turma ingressou no primeiro semestre de 2001.

Inicialmente vinculado ao Departamento de Artes e Humanidades (juntamente com os

²⁷ Port.SERES Nº 212/2020 de Renovação de Reconhecimento do Curso Jornalismo

²⁸ Lei Federal n.º 12.824, de 5 de junho de 2013

²⁹ Portaria Número 25, de 01/07/2013

³⁰ Portaria do MEC Nº 555 de 25/02/2005

cursos de Dança, Geografia e História)³¹, o curso de Comunicação Social – Jornalismo foi criado por um grupo de professores maioritariamente pertencentes ao Departamento de Extensão Rural. Um importante marco foi a criação, no segundo semestre de 2009, do Departamento de Comunicação Social (DCM), que passou a conferir mais autonomia administrativa e pedagógica para os corpos docente e discente.

O Curso de Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios - Bacharelado da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), localizada em Juazeiro-BA, foi implantado no ano de 2003, como resultado de um conjunto de políticas e iniciativas da UNEB que buscavam responder à demanda crescente de profissionais qualificados, sobretudo, na área de Comunicação Social. Autorizado pelo Conselho Universitário - CONSU, através da Resolução n.º 171/2002, este Curso foi implantado no semestre letivo de 2003, com início das atividades acadêmicas no mês de outubro do mesmo ano. O seu reconhecimento ocorreu no ano de 2010, através do Decreto Governamental nº 12.029, de 26 de março do mesmo ano, subsidiado pelo Parecer CEE nº. 52/2009 publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia.

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) autorizada pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, instituída pelo Decreto nº 98.977, de 02 de março de 1990, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. O curso teve a primeira turma no ano de 2011, com o primeiro Projeto Pedagógico (PPC) criado em 2010, para o curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, e a partir do PPC de 2013 foi reformado e então tornou-se Bacharel em Jornalismo, com a proposta de atender as especificidades da profissão.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) está presente em Imperatriz desde o início da década de 1980. A partir de 2006, o Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) recebeu mais três cursos por iniciativas do Programa de Expansão do Governo Federal, durante o governo Lula, que promoveu um aumento dos cursos de graduação nos diversos campi do continente. Os cursos de Jornalismo³², Enfermagem e Engenharia de Alimentos foram as novas graduações ofertadas nessa época em Imperatriz e são o resultado direto desse processo.

O Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) é um dos mais antigos da Região Nordeste. O curso

³¹ Disponível em: <https://www.dcht23.uneb.br/jornalismo/> Acesso em: 24.jun.2023.

³² Reconhecimento efetivado na Portaria SESU/MEC no 479, de 25/11/2011.

teve sua origem na Lei Estadual no. 2.783, de 10 de maio de 1962. No ano seguinte, o curso foi incorporado à Fundação José Augusto, recém-criada em Natal, com a denominação de Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, em homenagem a um dos mais respeitáveis jornalistas do estado. O Curso de Comunicação Social – Jornalismo teve como data de início de funcionamento em 01/03/1963³³. O Curso de Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), localizado na cidade em Cuiabá-MT, foi criado em 30 de junho de 2008³⁴. O curso foi implementado através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que, além da criação do curso de Jornalismo, proporcionou o surgimento de outros 10 cursos de graduação no Campus do Araguaia, a instituição, na região desde 1970.

A primeira turma de estudantes de Jornalismo iniciou suas aulas em março de 2009, sendo a única turma do curso que ingressou por meio do vestibular. A partir de 2010, a universidade adotou o sistema 100% Enem/Sisu (Exame Nacional de Cursos / Sistema de Seleção Unificada) para todos os cursos.

O curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI)³⁵ foi iniciado no ano de 2005 localizado na cidade de Terezina-PI. A Universidade Federal do Piauí é a maior universidade pública e a única federal do estado, o antigo curso de Comunicação Social existe desde 1984.

O Projeto Pedagógico do curso foi realizado em 2019 de acordo com a Resolução CNE/CSE 1/2013 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais, em que foi alterado o nome do curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo para Bacharelado em Jornalismo.

O Curso de Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo na Universidade Federal de Sergipe (UFS)³⁶ foi criado no ano de 1992. O Curso de Comunicação Social/Jornalismo iniciou seu funcionamento efetivo no primeiro semestre de 1993, quando ingressaram os primeiros 15 alunos por meio de Concurso Vestibular anual, e obteve seu reconhecimento pelo Ministério da Educação em Portaria Nº 611, de 28.03.2001 (D.O.U. 02.04.01).

Na época de sua criação, três cursos compunham este novo perfil de atuação acadêmica da UFS: o Curso de Comunicação Social/Jornalismo (Bacharelado), o Curso de

³³ Conselho Federal de Educação reconheceu o curso em 25 de setembro de 1968, através do Decreto no 82.313.

³⁴ Resolução número 55, do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (Consepe).

³⁵ Resolução nº 41/6-CEPEX

³⁶ Processo Nº 6657/92-46, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEP) da Universidade Federal de Sergipe

Comunicação Social/Radialismo e Televisão (Bacharelado) e o Curso de Arte-Educação (Licenciatura Plena em Artes Plásticas). Estes três cursos foram criados dentro do Departamento de Letras da Universidade, que os recebeu e apoiou integralmente desde o primeiro momento.

O Curso de Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo, das Faculdades Integradas de Fernandópolis (FIFE)³⁷ foi criado em 2003 através de uma solicitação feita pela instituição para o MEC, com a abertura de mais onze cursos. O curso fica localizado na cidade de Fernandópolis, município do Estado de São Paulo.

A primeira turma de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo ingressou em agosto de 2006, marcando o início do funcionamento do curso. Embora tenham sido ofertadas 100 vagas, sendo 50 vagas no diurno e 50 vagas no noturno, o curso começou com apenas 26 alunos matriculados no noturno.³⁸

Criado em 1991, o Curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR) fica localizado em Boa Vista-RR.

A Universidade Federal do Ceará (UFC) iniciou-se por meio de um amplo processo de mobilização da opinião pública, iniciado na década de 1940. O Presidente Getúlio Vargas enviou o projeto de lei para a criação da Universidade do Ceará, que só foi sancionada em 16 de dezembro de 1954 pelo seu sucessor, Café Filho. A instalação ocorreu em 25 de junho de 1955, com a junção da Escola de Agronomia, da Faculdade de Direito, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Farmácia e Odontologia.

A criação do curso de Jornalismo teve início ainda em 1964³⁹ através de reivindicações da Associação Cearense de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Ceará. Assim, naquele ano, foi ofertado o I Curso de Jornalismo para Principiantes. O Curso de Jornalismo funcionou de maneira isolada por três anos, até que em 10 de outubro de 1969, ele se tornou responsabilidade integral da UFC, passando a se chamar Curso de Comunicação Social, com o seu reconhecimento, em 1972, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), e conforme o Decreto nº 71.332, de 08/11/1972.

Àquela época, o curso formava bacharéis em Comunicação Social, os quais podiam atuar em diferentes áreas do campo da Comunicação (Jornalismo, Publicidade, Editoração,

³⁷ Publicado no Diário Oficial no dia 17 de agosto de 2006, portaria nº. 495

³⁸ Disponível em: <https://fef.br/graduacao/1227-comunicacao-social-jornalismo-bacharelado> Acesso em: 24.jun.2023

³⁹ Reconhecido pelo Conselho Federal de Educação (CFE) de acordo com o Decreto no. 71.332 de 8 de novembro de 1972.

Cinema, Relações Públicas etc.). Apenas 10 anos depois, em 1975, o curso se transferiu para o Benfica, no qual funciona até o momento e que, ao se integrar com outros dispositivos do bairro (como a Casa Amarela, a Rádio Universitária e a Gibiteca de Fortaleza), tem contribuído para boa parte da efervescência cultural local. Atualmente o curso é reconhecido como Bacharelado em Jornalismo para adequar-se as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Jornalismo.

O curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), localizado em Juiz de Fora no estado de Minas Gerais, teve seu início na década de 1960 como um departamento da Faculdade de Direito e a partir da década de oitenta a Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora se transformou em Faculdade, abrigando três habilitações: Jornalismo, Relações Públicas e Radialismo.

Em 2011, seguindo orientação do Ministério da Educação (MEC), o curso mudou sua denominação de Comunicação Social para Jornalismo, e iniciou-se o processo da reforma curricular. Conforme o documento, foi ressaltado que a demora desse processo ocorreu porque o curso optou por esperar a publicação pelo MEC das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo, que trouxeram mudanças significativas para o ensino da área no Brasil.

Portanto, além de promover uma ampla reforma no curso de Jornalismo, a Faculdade de Comunicação da UFJF decidiu criar um novo curso: o de Rádio, TV e Internet, ainda em fase de formulação, e reformulou sua estrutura departamental. Os antigos departamentos de Comunicação e Artes (CEA), Jornalismo (JOR) e TV e Rádio (RAD) foram substituídos por outros, que foram organizados por eixos pedagógicos para atender à nova realidade. Os novos departamentos são: Fundamentos, Teorias e Contextos (FTC), Técnicas Profissionais e Conteúdos Estratégicos (TCE) e Métodos Aplicados e Práticas Laboratoriais (MAP).

A Universidade de Brasília (UnB) foi criada em 1962 e fica localizada em Brasília-DF. A Lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília (FUB), n.º 3.998 de 15 de dezembro de 1961, foi idealizada pelo antropólogo e Darcy Ribeiro, responsável pela definição das bases da instituição, e pelo educador Anísio Teixeira, cuja missão foi elaborar o modelo pedagógico institucional.

Situada no campus Universitário Darcy Ribeiro, no Plano Piloto, principal localidade da UnB, a Faculdade de Comunicação é unidade acadêmica que ministra cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Comunicação. A Graduação teve sua origem nos primeiros tempos da UnB, com a implantação das primeiras disciplinas de Jornalismo. Em 1962, começou a ser

oferecida no chamado curso-tronco de Letras a disciplina Técnicas de Redação de Jornal, sob a responsabilidade do jornalista e professor Pompeu de Sousa Oliveira Brasil. No curso de Jornalismo, as disciplinas começaram a ser oferecidas provisoriamente no prédio do Ministério da Saúde, como testemunharam, em diferentes momentos, os professores Pompeu de Sousa e Marco Antônio Rodrigues Dias, nomes de destaque na conformação histórica do curso.

Foi apenas em 1966 que foi criada a Faculdade de Comunicação com os cursos de graduação em Jornalismo; Publicidade; Relações Públicas; Cinema e Rádio e TV. Mas a nova Faculdade durou pouco, menos de oito meses. Ainda em 1966 e tendo à frente o professor Luiz Beltrão, foi transformada em Departamento de Comunicação, com os mesmos cursos, mas dessa vez vinculado à Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, juntamente com os departamentos de Direito, Administração e Biblioteconomia.

Em 1989, o Conselho Universitário da UnB, por fim, aprovou o projeto de recriação da Faculdade de 18 Comunicação (FAC), com os departamentos de Audiovisuais e Publicidade (DAP) e de Jornalismo (JOR). Atualmente, a Faculdade tem um curso diurno de Comunicação Social com três habilitações – Audiovisual, Jornalismo e Publicidade e Propaganda.

A Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas-FBNCTSB, fundada em 1979, é mantida pelo Instituto Bíblico da Assembleia de Deus no Amazonas- IBADAM, as duas instituições são abarcadas pela centenária Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas – IEADAM.

O Curso de Jornalismo da Faculdade Boas Novas (FBN), localizado em Manaus (Amazonas), passou a ofertar vagas para o curso em 6 de fevereiro de 2006, após ter sido autorizada pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria 3.118, autorizado em 09/09/2005, publicado em 12/09/2005.

O curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) fica localizado na cidade de Vitória da Conquista na Bahia, foi criado em 1998⁴⁰.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), criada pela Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro na Cidade de Cruz das Almas e unidades instaladas em outros Municípios do Estado da Bahia, é uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica.

⁴⁰ Disponível em: <https://m.ruf.folha.uol.com.br/2017/ranking-de-universidades/> Acesso em: 14. Abril. 2023

A UFRB possui atualmente 5 centros acadêmicos: Centro de Artes, Humanidades e Letras (Cachoeira), Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (Cruz das Almas), Centro de Ciências da Saúde (Santo Antônio de Jesus), Centro de Formação de Professores (Amargosa), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (Cruz das Almas). O curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo⁴¹ é parte do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) foi implementado em 2006.

Organizado em dezembro de 1946 e reorganizado em março de 1948, foi finalmente inaugurado em abril de 1948, ministrado na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Inicialmente, o curso tinha duração de três anos, divididos em dois primeiros anos de estudo básico, com dez disciplinas obrigatórias, quatro das quais relativas à técnica jornalística, e mais um ano de especialização, com dez disciplinas, sendo duas de caráter mais técnico⁴².

Entre os primeiros professores estavam relevantes jornalistas da imprensa carioca, como Pompeu de Sousa e Danton Jobim, responsáveis por importantes reformas no jornal Diário Carioca nos anos 1950, um marco para a atividade jornalística do país. A cidade do Rio de Janeiro, onde está instalada a Escola de Comunicação da UFRJ, é um dos maiores centros urbanos do Brasil, além de um tradicional polo de empresas de comunicação.

O curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi criado em abril de 1985 e iniciou suas atividades em agosto de 1985. Estruturado inicialmente dentro de um regime de crédito semestral com dois ingressos anuais, o Curso de Jornalismo recebeu, até 1990, nove turmas. No início da década de 1990, o curso passa para o regime seriado anual, com ingresso de 40 alunos.⁴³

Com a consolidação do curso, foi possível a abertura do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da UEPG. A área de concentração Processos Jornalísticos, foi autorizado pela Capes em 2012 (Proposta APCN 7334), iniciando as atividades no primeiro semestre de 2013. O Programa de Mestrado em Jornalismo, primeiro da área no Paraná e segundo do Brasil.

A primeira iniciativa organizada para a criação e implantação do Curso de Jornalismo,

⁴¹ Portaria 454, de 21 de novembro de 2011

⁴² UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo. Rio de Janeiro. 2018. Histórico

⁴³ UNIVERSIDADE ESTADUA DE PONTA GROSSA. Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo. Ponta Grossa. 2020. Histórico

inicialmente denominado Curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), ocorreu em 1981 através de pressão promovida pelo sindicato de jornalistas.

O curso foi criado em 24 de outubro de 1985, o Curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo⁴⁴, da UFMS, foi implantado no primeiro semestre de 1989. O curso fica localizado na capital Campo Grande -MS, sendo semestral, presencial, funciona de modo vespertino e matutino e oferta 50 vagas por ingresso.

O curso de Bacharelado em Jornalismo na Universidade Regional de Blumenau (FURB)⁴⁵ foi criado em 2014, após várias tentativas de abertura por parte dos docentes e da comunidade envolvida. O curso fica localizado na cidade de Blumenau -SC, é noturno e é semestral.

6.2 AS EMENTAS DE TEORIA DO JORNALISMO PARA OS CURSOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL -JORNALISMO/JORNALISMO

Ao analisar o conteúdo das ementas, no decorrer desse processo surgem diversos aspectos relevantes aos nossos objetivos que contribuam com esta pesquisa. Os dados coletados foram agrupados de acordo com suas especificidades. As análises das disciplinas foram feitas isoladamente e, na sequência, foram criadas categorias, a partir de recorrências observadas nas ementas.

As ementas selecionadas foram organizadas em uma planilha no Excel com informações como a identificação das instituições, o texto integral das ementas e as categorias criadas para análise. As categorias que surgiram são: a) Teorias do Jornalismo: criada com o objetivo de identificar se as teorias do jornalismo são estudadas; b) Teorias de Comunicação Social/outras: criada a fim de identificar se teorias de outros campos de conhecimento são estudadas; c) Conceitos: identificar os principais conceitos descritos nas ementas; d) Contextualização Histórica: pretende identificar se existe alguma abordagem histórica.

Na categoria “Teorias do Jornalismo” foi contabilizado o número de teorias e quantas vezes elas foram citadas nas ementas (Quadro 2), assim como as instituições que não citam especificamente quais teorias serão abordadas nas disciplinas, como mostra o Quadro 2.

⁴⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo. Campo Grande. Contextualização.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.furb.br/pt/graduacao/jornalismo> Acesso em: 21.jun.2023

QUADRO 2- Relação das instituições que citam ou não teorias nas ementas

Instituições que citam as teorias	Instituições que não citam ou fazem referências genéricas
UNINOVE; UNIFESSPA; disciplina de Teoria do Jornalismo I da UFC; UFJF; FURB; UNEB, FBNCTSB; FIFE, UNIFAP; as duas disciplinas da UNINTER; UFRN; UFMT	Univale; UFV; UNIBRA; UFMS; disciplina de Teoria do Jornalismo II da UFC; UFRB; UFRJ; UFMA; UFRR; UFPI; UEPG; UNB; UESB; UFS

Fonte: Ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo do *corpus* selecionado.

Das 25 instituições analisadas, duas delas tem duas disciplinas que estudam teoria do jornalismo, a Uninter, com “Teorias Clássicas do Jornalismo” e “Teorias Contemporâneas do Jornalismo” e a UFC com “Teorias do Jornalismo I” e “Teorias do Jornalismo II”. Portanto, em alguns momentos dessa análise, as instituições aparecerão duas vezes ou serão contabilizadas duas vezes.

Das 25 instituições, as únicas que não fazem nenhuma menção a teorias do jornalismo é a UNB e a UESB e 12 delas não citam no texto da ementa quais teorias são estudadas na disciplina de Teoria do Jornalismo, porém fazem uma referência genérica e ampla do conteúdo. Como exemplo, a ementa da Universidade Federal de Roraima que “discute as teorias do jornalismo e da notícia. Diferentes abordagens para a formulação de uma teoria do jornalismo e da notícia” e a Universidade Federal do Piauí que cita apenas “as principais correntes teóricas do Jornalismo” na ementa. Entre as instituições que não citam teorias específicas, mas fazem referências genéricas estão a Univale, UFV, UNIBRA, UFMS, a disciplina de Teoria do Jornalismo II da UFC, UFRB, UFRJ, UFMA, UFRR, UFPI, UEPG e UFS. Portanto, das 25 instituições analisadas, 48% delas não citam ou fazem referências genéricas sobre as teorias abordadas.

Duas instituições não citam nada que remeta as diferentes teorias. A Universidade de Brasília (UNB) cita “Fundamentos epistemológicos para uma teoria do jornalismo” e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) faz referência ao estudo do jornalismo como forma de conhecimento.

Apesar de não citarem especificamente quais teorias serão abordadas, a UNB cita um autor que aparece entre os mais referenciados segundo a análise desta pesquisa, Nelson Traquina em “Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional

Vol. 2” que pretende “consolidar” conceitos para ajudar a compreender as notícias. Estes conceitos passariam pelo conhecimento da cultura jornalística, como aponta a sociologia do jornalismo. E “Teorias, questões e ‘estórias’”, nesta obra os nomes que integram essa compilação, destacam-se o próprio Nelson Traquina, Michael Schudson, Gaye Tuchman, Robert Hackett, Warren Breed, David Manning White, Adriano Duarte Rodrigues e Stuart Hall.

A UESB traz duas obras de Traquina na bibliografia complementar, “Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Vol. 1” e “Teorias do jornalismo: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transacional Vol. 2”. Porém, na bibliografia básica traz um manual de comunicação de Jorge Pedro Sousa “Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media” (2006), de acordo com o prólogo da obra, o livro pretende ser útil aos estudantes de graduação em Ciências da Comunicação, “Trata-se de um trabalho que pretende proporcionar ao estudante uma introdução básica e compreensiva a alguns dos tópicos mais relevantes das teorias da comunicação” (SOUSA, 2006, p. 16). Entre outras obras que estão presentes na bibliografia da disciplina, tem como foco a notícia, também o jornalismo contemporâneo e o jornalismo público.

Treze de todas as instituições analisadas fazem alguma citação de teorias estudadas na disciplina de Teorias do Jornalismo, entre elas a UNINOVE, UNIFESSPA, a disciplina de Teoria do Jornalismo I da UFC, UFJF, FURB, UNEB, FBNCTSB, FIFE, UFS, UNIFAP, as duas disciplinas da UNINTER, UFRN e UFMT, portanto 52% das instituições citam quais teorias do jornalismo são estudadas nas disciplinas.

QUADRO 3- Teorias citadas

(continua)

Instituições	Unidades de registro da categoria Teorias
UNINOVE	Teoria do Newsmaking; Gatekeeping; Teoria do Agenda-Setting
UNIFESSPA	Teoria do Espelho; Gatekeeping; Teoria Organizacional; Teoria Instrumentalista; Teoria Etnográfica; Teoria do Agenda-Setting; Teoria Espiral do Silêncio; Teoria do Newsmaking; Distorção Involuntária
UFC	Teoria do Agenda-Setting; Teoria Organizacional; Espiral do Silêncio; Teorias Construcionistas; Teoria Estruturalista
FURB	Teorias da notícia; Teoria do Agenda-Setting; Teoria da especificidade jornalística
UNEB	Teoria do Newsmaking; Gatekeeping; Teoria do Agenda-Setting; Teoria Espiral do Silêncio

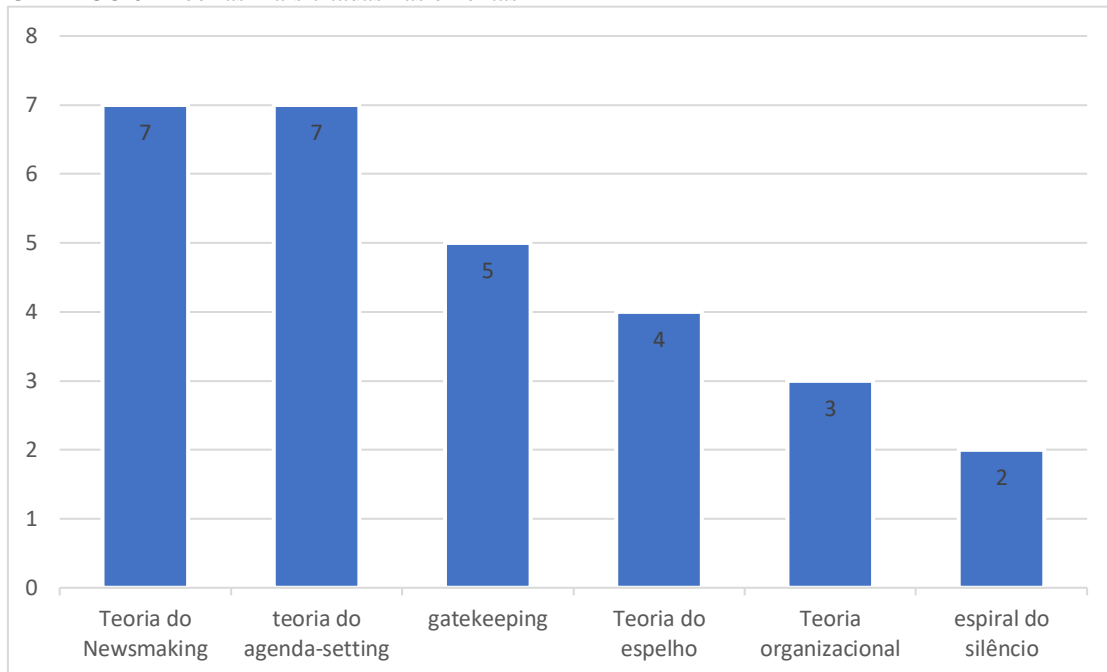
QUADRO 3- Teorias citadas

(continuação)

FBNCTSB	Teoria do Espelho; Teoria do Newsmaking; Gatekeeping; Teoria Organizacional; Teoria Gnóstica, Teoria do Agenda-Setting, Teoria Etnográfica, Teoria dos definidores primários; Teoria Espiral do silêncio; Teoria da Nova História e Teoria dos fractais biográficos
FIFE	Teoria do Newsmaking; Teoria do Agenda-Setting; Priming; Framing; Teoria Espiral do Silêncio
UNIFAP	Teoria do Espelho; Gatekeeping; Teoria organizacional; Teoria da Ação Política; Teoria do Agenda-Setting; Teoria da Tematização; Teoria Espiral do Silêncio; Teoria dos usos e gratificações; Teoria da socialização pelos meios
UNINTER	Teoria do Espelho; Teoria da Ação Instrumental; Definidores Primários; Teoria Espiral do Silêncio; Teoria Organizacional; Teoria do Agenda-Setting; Gatekeeping; Teoria da notícia; Teoria do Newsmaking
UFRN	Teoria do Agenda-Setting
UFMT	Teoria do espelho, Gatekeeping, Teoria Organizacional, Teoria do Agenda-Setting; Teoria do Newsmaking; Teoria Espiral do Silêncio; teorias marxistas
UFJF	Teoria do Agenda-Setting; Teoria do Newsmaking; Framing; Gatekeeping; Gatewatching

Fonte: Ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo do *corpus* selecionado.

GRÁFICO 6 - Teorias mais citadas nas ementas



Fonte: Ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo do *corpus* selecionado.

As teorias mais citadas nas ementas são a Teoria do *Newsmaking* e a Teoria do *Agenda-Setting*. Na análise, os autores como Pena (2008), Souza (1999) e Traquina (1999a, 2001, 2005) classificam o *newsmaking* entre as teorias do jornalismo, e não como Teoria da Comunicação, como o faz Wolf (1994). Traquina (2001), inclusive, enquadra as ideias de Tuchman como

teoria etnoconstrucionista⁴⁶.

A Teoria do *Newsmaking* tem como principais difusores, Nelson Traquina (2005), Mauro Wolf (2009) e principalmente Gaye Tuchman (1983). E ao observar as bibliografias das disciplinas vê-se a presença de alguns desses autores como os mais referenciados, como Traquina e Wolf, porém ao analisar a presença de Tuchman, não a observamos entre os autores mais referenciados.

Nos textos das ementas nenhuma instituição considerou o *Newsmaking* como “hipótese”, a palavra *Newsmaking* foi relacionada com teoria ou apareceu sozinha na citação das respectivas teorias. Porém, essa teoria não aparece dentre as mais citadas pelos autores analisados anteriormente.

O pesquisador português Jorge Pedro Sousa (2000) aponta que esta teoria pode ser considerada uma teoria geral da notícia, portanto, aplicada em qualquer meio produtor de jornalismo, sem esquecer, contudo, de que cada veículo traz uma rotina diferente (LAGE, 2006; PENA, 2008). Isso talvez explique o fato da teoria ser uma das mais citadas entre as disciplinas de Teoria do Jornalismo dos cursos de graduação do país, por ser aplicável a qualquer meio produtor de jornalismo e que pode ser estudada, portando, sendo aplicada a vários exemplos e realidades em sala de aula.

O *Agenda-Setting* é designado como teoria, hipótese, linha de pesquisas, metodologia, conceito ou conceito guarda-chuva. Além disso, Traquina (2000) traduz o “*Agenda-Setting*” por “agendamento”. Outras tradições de pesquisas acrescentam palavras diferente ao termo “agenda”, como por exemplo “*agenda-building*” (NISBET, 2008) para descrever e analisar um fenômeno distinto do *Agenda-Setting*. Nesta análise, o *Agenda-Setting* apareceu ligada a palavras como “hipótese”, “Teoria do Agendamento” e “proposta do *Agenda-Setting*”.

O *Agenda-Setting* se insere na tradição funcionalista dos estudos norte-americanos em comunicação, que tem como ponto nodal a análise e detecção das funções e dos efeitos causados pelos meios de comunicação sobre a audiência, tradição que é designada por alguns autores como *Mass Communication Research* (WOLF, 1999). Mas essa categorização não é consensual. Para discutir a filiação teórica, Colling (2001) se propõe a desatar o emaranhado acerca da posição do *Agenda-Setting* em relação à tradição norte-americana dos efeitos

⁴⁶ Para a teoria etnoconstrucionista, a notícia é uma construção da cultura profissional dos jornalistas, por meio do processo de produção definido como a percepção, a seleção e a transformação de uma matéria-prima (acontecimentos) em um produto (as notícias) (TRAQUINA, 2001).

limitados, analisando os postulados de Traquina (2000), segundo o qual a teoria demonstra os efeitos poderosos da mídia da informação. Além disso, coloca-o em perspectiva com McCombs e Shaw, que preferem enquadrá-lo como pertencendo à teoria dos efeitos indiretos ou limitados, igualmente da tradição funcionalista.

Em uma pesquisa realizada por Kênia Beatriz Ferreira Maia e Luciane Fassarella Agnez (2010), ao analisar a evolução das pesquisas sobre o *Agenda-Setting* no Brasil, avaliam que a teoria ganhou espaço nos anos 1990, especialmente com trabalhos publicados em Portugal ou por portugueses no Brasil, como o livro “Teorias da comunicação”, do italiano Mauro Wolf, e “Poder do Jornalismo” e “O estudo do jornalismo no século XX”, de Nelson Traquina.

Para as autoras, cada vez mais, a hipótese (por vezes tratada como teoria, outras como conceito) é somada aos estudos relativos à rotina jornalística e à produção das notícias, o *newsmaking* e seus critérios de noticiabilidade, além de considerar o papel do *gatekeeper* e até mesmo a espiral do silêncio como reflexo do poder da imprensa em pautar ou calar determinados temas na sociedade (MAIA; AGNEZ, 2010).

Outro fato analisado pelas autoras são os referenciais utilizados nas pesquisas sobre *Agenda-Setting*. Menos da metade (44%) recorreram diretamente aos fundadores, trabalhando com os escritos de McCombs e Shaw. No caso dos artigos brasileiros selecionados neste levantamento, aproximadamente 60% se referenciam nos textos de autoria ou traduzidos por Nelson Traquina, 47% também citam Mauro Wolf em seu livro *Teorias da Comunicação*.

Ao analisar as bibliografias das disciplinas de Teorias do Jornalismo, vemos que a obra “A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública” de Maxwell McCombs é citada mais vezes nas bibliografias complementares da disciplina. E em uma análise geral, a obra aparece 6 vezes, sendo uma das mais citadas, além da obra “Teorias da Comunicação” de Mauro Wolf. Já a obra “O estudo do jornalismo no século XX”, de Nelson Traquina, citada pelas pesquisadoras Maia e Agnez (2010) aparece apenas duas vezes nas bibliografias complementares.

A partir dessa análise, podemos observar que as teoria mais citadas entre as disciplinas correspondem com o que é encontrado nas bibliografias através de obras não-originais, ou seja, por meio de autores que fazem a tradução e revisão dessas teorias. É o caso da Teoria do *Agenda-Setting*, quando observamos as bibliografias referente a teoria, encontramos seus principais difusores, como Mauro Wolf e Nelson Traquina como um dos autores mais referenciados. Analisando a obra original de McCombs e Shaw, não é perceptível um grande número de referências nas bibliografias, apesar de aparecer algumas vezes nas bibliografias complementares.

A Uninter divide as disciplinas em teorias clássicas e contemporâneas do jornalismo. Na disciplina de “Teorias Clássicas do Jornalismo” aborda o surgimento das primeiras escolas de jornalismo no mundo, a teoria de Tobias Peucer, a contribuição de Otto Groth e as primeiras teorias do jornalismo. As teorias que a instituição considera como “clássicas”, como a Teoria do espelho; Teoria da Ação Instrumental; Definidores primários e Espiral do silêncio; Teoria Organizacional; Teoria do Agendamento e a Teoria do *Gatekeeping*, inclusive é a teoria que aparece representada pela obra de Pamela Shoemaker em “Teoria do *Gatekeeping*: seleção e construção da notícia” na bibliografia complementar da instituição.

Já na disciplina de “Teorias Contemporâneas do Jornalismo” aborda a Teoria do *Newsmaking*, cita também a contribuição de Gaye Tuchman e Adelmo Genro Filho. Conceito como práxis, acontecimento, e o jornalismo relacionado aos estudos culturais.

A bibliografia das duas disciplinas são as mesmas, como bibliografia básica aparecem as obras de Roberto Nicolato e Felipe Pena analisadas anteriormente. Na bibliografia complementar aparecem nomes como Eduardo Meditsch e José Marques de Melo. Pode-se observar que a bibliografia corresponde ao que vemos na ementa, pois na bibliografia encontra-se duas obras de Adelmo correspondendo “A contribuição de Adelmo Genro Filho” que é citado na ementa, o estudo do “Jornalismo como forma de conhecimento” com o texto de Eduardo Meditsch em “O jornalismo é uma forma de conhecimento?” e a abordagem das teorias do jornalismo presentes das obras de Felipe Pena e Roberto Nicolato. A instituição é a única que cita a contribuição de Gaye Tuchman, porém não cita a autora nas bibliografias das disciplinas. A única instituição que a cita a autora é a UFMA.

A Universidade Federal do Ceará (UFC) também apresenta duas disciplinas de Teorias do Jornalismo na sua Matriz Curricular, elas são divididas em “Teorias do Jornalismo I” e “Teorias do Jornalismo II”. A disciplina de “Teoria do Jornalismo I” aborda a “origem” do jornalismo, o campo do jornalístico e teorias como Teoria do agendamento; Teoria organizacional; Espiral do Silêncio; Teorias Construcionistas e Teoria Estruturalista.

Na disciplina “Teoria do Jornalismo II” aprofunda conhecimentos da natureza e conhecimento do jornalismo, o jornalismo como campo de conhecimento, as principais abordagens teóricas dos estudos de jornalismo e as perspectivas construcionistas e instrumentalista.

A partir da análise das bibliografias das disciplinas, pode-se perceber que a bibliografia é coerente com o conteúdo das ementas, como bibliografia básica da “Teoria do Jornalismo I” é citado as obras de Felipe Pena, Nelson Traquina, e Mauro Wolf que aparecem como as mais citadas nesse estudo, assim como Bourdieu (1987), que representa a discussão de campo.

A disciplina de “Teoria do Jornalismo II” apresenta uma extensa lista de bibliografia complementar, com 23 obras. Dentre elas pode-se observar obras originais de teorias como Pamela Shoemaker (2009), Maxwell McCombs (2009), Antonio Hohlfeldt (2008).

Outras categorias analisadas foram a utilização de conceitos e se havia alguma contextualização histórica. Das 25 instituições 17 delas fazem alguma menção de conceitos estudados ou pistas de contextualização histórica.

QUADRO 4 – Contexto histórico

Instituição	Unidades de registro da categoria: Contextualização Histórica
UNINOVE	A influência do jornalismo norte-americano no jornalismo brasileiro
UNIFESSPA	Contextualização histórica da prática jornalística. A trajetória do Jornalismo no cenário brasileiro.
UNIBRA	Abordagem histórica das teorias do Jornalismo
UFMS	As contribuições do pensamento filosófico e sociológico europeu e americano para a compreensão do jornalismo. A produção teórica brasileira.
UFRB	O jornalismo como demanda da sociedade contemporânea
UFMA	A constituição do campo histórico e teórico do jornalismo, Os desafios do jornalismo no século XXI.
UFRR	As contribuições das diversas disciplinas e abordagens para a formulação de uma teoria do jornalismo
UFS	História do jornalismo como campo de conhecimento
UFRN	A evolução da produção jornalística aliada à tecnologia e a constituição da sociedade de informação.
UEPG	Abordagens teóricas dos estudos de jornalismo: percurso histórico
UFJR	Desafios para o estudo do jornalismo contemporâneo.

Fonte: Ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo do *corpus* selecionado.

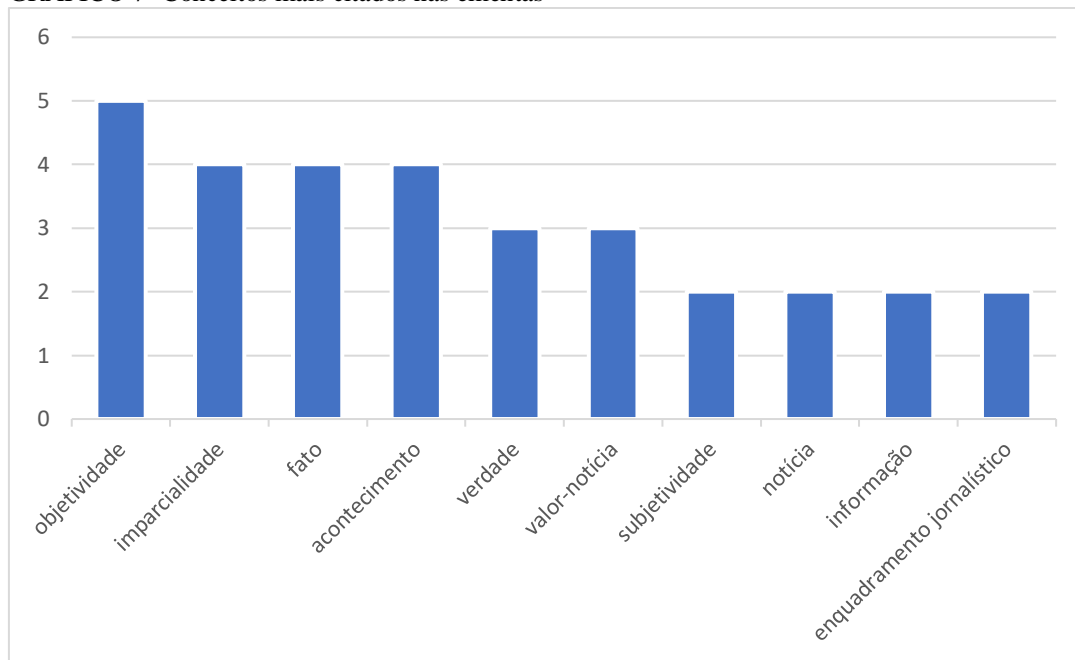
Como contextualização histórica pode-se perceber que as disciplinas fazem um mapeamento histórico do campo do jornalismo ou das Teorias do Jornalismo, em um sentido de contextualização da disciplina, como pode ser visto no quadro 4.

QUADRO 5- Conceitos

Instituição	Unidades de registro da categoria: Conceito
UNIVALE	imparcialidade; objetividade; subjetividade; verdade
UNINOVE	objetividade; subjetividade; imparcialidade
UFV	Fato
UFMS	realidade; sociedade
UFC	Rede noticiosa; Comunidade Jornalística; Campo jornalístico
UNB	fato; acontecimento; notícia; informação; valor-notícia; verdade; verossimilhança
UFRJ	neutralidade; imparcialidade; objetividade
UFMA	ethos profissional; acontecimento
UFRR	acontecimento; enquadramento jornalísticos
UFPI	fato; objetividade
UNINTER	ciência; jornalística; publicística
UFRN	informação; fato; notícia; valor-notícia; acontecimento; enquadramento jornalístico
UFMT	enquadramento; valor-notícia; produção jornalística
UEPG	Conceitos centrais nas teorias do Jornalismo; Autores referenciais nos estudos conceituais em Jornalismo
UFS	objetividade; verdade; relevância; imparcialidade; pluralidade; atualidade.

Fonte: Ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo do *corpus* selecionado.

GRÁFICO 7- Conceitos mais citados nas ementas



Fonte: Ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo do *corpus* selecionado.

Nota-se que o conceito que mais aparece é o de objetividade, citado em 5 ementas da UNIVALE, UNINOVE, UFRJ, UFS e UFPI. A objetividade é entendida como um dos fundamentos do jornalismo, o qual reúne valores e procedimentos orientados à verdade (DEMENECK, 2012). Herdeiro da filosofia e da ciência, o conceito se difundiu a ponto de se transformar numa das referências da comunidade profissional internacional, ainda que seja um dos mais complexos e criticados. Para o autor (2012, p.26), “a objetividade em jornalismo tem a ver com a procura pela verdade, seja como valor ético da profissão, seja como impulso epistemológico”.

Luiz Amaral (1996) acreditava que a objetividade está esgotada como conceito ou, pelo menos, enfraqueceu, o autor assinala uma tendência em crescimento ao interesse público. No entanto, para Demeneck (2012), a leitura de clássicos do campo Jornalismo demonstra como a discussão sobre a verdade (e, por extensão, sobre objetividade) se mantém desde o início do periodismo até a atualidade. O que podemos comprovar através dessa análise, que tem como base a leitura ou releitura de clássicos do jornalismo.

Existem posições a favor de um relato aproximativamente verdadeiro, de acordo com critérios históricos, culturais e organizacionais (objetividade jornalística), que orientam entradas na teoria do conhecimento (objetividade do jornalismo), desde Tobias Peucer, que já tratava de relação da objetividade com o jornalismo (DEMENECK, 2012).

Para a efetividade da análise, escolheu-se substituir expressões pela palavra “objetividade”. Porém, nas ementas a palavra objetividade aparece relacionada a “objetividade

jornalística”, “objetividade no jornalismo”, “objetividade como ritual estratégico” o “paradigma da objetividade” e “conceitos que delimitam o jornalismo”.

Demeneck (2012) cita os principais trabalhos que abordam o tema da objetividade, como os principais trabalhos do sociólogo Michael Schudson e da antropóloga Gaye Tuchman, ambos publicados em 1978. Segundo o autor, essas obras são referenciais para a maior parte das pesquisas que vieram depois sobre objetividade. Esses autores são conhecidos em língua portuguesa apenas pelas traduções de artigos, como aqueles feitos por Nelson Traquina (1999) em seu “Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’”.

Ao analisar as bibliografias mais citadas pelas disciplinas, pode-se observar que a obra de Nelson Traquina “Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’” aparece como o livro mais citado do autor, sendo citado oito vezes, além de outras obras que são citadas, mas não aparecem em destaque nesta análise, como “Opinião Pública” de Walter Lippmann e “Objetividade Jornalística” de Luiz Amaral. Através disso, podemos concluir que o conceito mais citado nas ementas é contemplado nas bibliografias das disciplinas.

Outro recurso utilizado para ter uma visualização clara sobre o que mais se destaca nas ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo do recorte de 25 instituições espalhadas pelo Brasil, foi o software Iramuteq (CAMARGO; JUSTO, 2013) para realizar um tratamento qualitativo aos dados que, depois de processados, foram analisados por meio da nuvem de palavras.

A nuvem de palavras agrupa as palavras e as organiza graficamente em função da sua frequência. Cabe ressaltar que o software Iramuteq só faz registro das palavras que foram mencionadas pelo menos cinco vezes no corpus textual examinado (CAMARGO; JUSTO, 2013). Para formar a nuvem de palavras, foram codificados todos os textos das ementas na íntegra. A Imagem 1, a seguir, apresenta a nuvem de palavras gerada a partir das ementas selecionadas:

IMAGEM 1 – Análise de termos citados nas ementas



Fonte: Programa Iramutec.

As palavras mais recorrentes nas ementas aparecem em maior tamanho e centralizadas. Já as palavras com menor incidência aparecem na periferia da nuvem e com um tamanho menor. Pode-se observar que a palavra em destaque é “jornalismo”, outras palavras também aparecem em destaque como “teoria do jornalismo”, “conhecimento”, “teórico” e “objetividade”.

A palavra conhecimento é relacionada ao Jornalismo como forma de conhecimento, jornalismo como campo de conhecimento, a natureza do conhecimento jornalístico, produção de conhecimento em jornalismo. Já teórico é ligada as abordagens teóricas e pensamento teórico nas ementas. É possível observar a palavra objetividade, sendo o conceito que mais apareceu nas ementas.

Nota-se que na nuvem de palavras não é possível observar de forma evidente os conceitos se destacando dentre outras palavras, como jornalismo, teorias do jornalismo e jornalístico. Porém, é possível observar alguns conceitos, assim como algumas teorias, principalmente as duas mais citadas nas ementas.

6.3 AS MATRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE JORNALISMO E COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO DO BRASIL

De posse das matrizes curriculares de curso das 25 universidades, faz-se aqui uma análise dos elementos que compõem estes documentos dos cursos de Jornalismo e Comunicação Social com habilitação em Jornalismo das universidades de modo a verificar as disposições da disciplina de Teorias do Jornalismo.

No geral, nenhum curso se notabiliza por uma discrepância na carga horária total, visto que sua realização prática poderia implicar num aumento no número de semestres ou períodos letivos.

TABELA 1 – Carga horária total dos cursos

(continua)

Instituição	Título da disciplina	Carga horária total do curso
UNIVALE	TEORIA DO JORNALISMO	3000
UIFESSPA	TEORIA DO JORNALISMO	3054
UNINOVE	TEORIA DO JORNALISMO	3044
UFV	TEORIAS DO JORNALISMO	3090
UNIBRA	TEORIAS DO JORNALISMO	3340
UNIFAP	TEORIAS DO JORNALISMO	3600
UFMS	TEORIAS DO JORNALISMO	3000
	TEORIAS DO JORNALISMO	
UFC	I TEORIAS DO JORNALISMO	3000
	II	
UFJF	TEORIA DO JORNALISMO	3050
FURB	TEORIAS DO JORNALISMO	3672
UNEB	TEORIAS DO JORNALISMO	2910
UNB	TEORIAS DO JORNALISMO	3420
FBNCTSB	TEORIAS DO JORNALISMO	3760
UESB	TEORIAS DO JORNALISMO	3185
UFRB	TEORIAS DO JORNALISMO	3473
UFRJ	TEORIA DO JORNALISMO	3000
UFMA	TEORIAS DO JORNALISMO	3140
UFRR	TEORIAS DO JORNALISMO	3020
FIFE	TEORIAS DO JORNALISMO	3230
UFS	TEORIAS DO JORNALISMO	3000

(continuação)

Instituição	Título da disciplina	Carga horária total do curso
UFPI	TEORIA DO JORNALISMO	3000
UFRN	TEORIAS DO JORNALISMO	3000
UNINTER	TEORIAS CLÁSSICAS DO JORNALISMO	3340
	TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DO JORNALISMO	
UEPG	TEORIA DO JORNALISMO	3008
UFMT	TEORIAS DO JORNALISMO	3056

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Matrizes Curriculares dos cursos selecionados.

Apenas a UNEB não corresponde a carga horária mínima exigida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). O documento presente no site da UNEB foi publicado em 2012, o curso de Comunicação Social – Jornalismo em Multimeios segue as recomendações da Resolução CNE/CES no 2/2007 dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. O documento estabelece uma carga horária de 2.700 horas para os cursos de Comunicação Social.

A Faculdade Canção Nova (FBNCTSB) tem a maior carga horária do *corpus* analisado, com 3.760 horas totais, dentre elas 3.360 horas parciais, 200 horas de estágio supervisionado e 200 horas de atividades complementares. A instituição oferece 2029 horas de formativo teórico no currículo.

Outro ponto observado nas Matrizes Curriculares dos cursos foi a existência da disciplina de Teoria do Jornalismo e sua carga horária em relação à carga horária total do curso, assim como a análise se as disciplinas eram obrigatórias ou disciplinas optativas nos cursos.

TABELA 2- Disciplinas de Teoria do jornalismo

INSTITUIÇÃO	TÍTULO DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PORCENTAGEM	OBRIGATÓRIA OU OPTATIVA
UNIVALE	TEORIA DO JORNALISMO	40	1,33%	OBRIGATÓRIA
UIFESSPA	TEORIA DO JORNALISMO	68	2,23%	OBRIGATÓRIA
UNINOVE	TEORIA DO JORNALISMO	80	2,63%	OBRIGATÓRIA
UFV	TEORIAS DO JORNALISMO	60	1,94%	OPTATIVA
UNIBRA	TEORIAS DO JORNALISMO	80	2,40%	OBRIGATÓRIA
UNIFAP	TEORIAS DO JORNALISMO	60	1,67%	OBRIGATÓRIA
UFMS	TEORIAS DO JORNALISMO	64	2,13%	OBRIGATÓRIA
UFC	TEORIAS DO JORNALISMO I	64	4,27%	OBRIGATÓRIA
	TEORIAS DO JORNALISMO II			OPTATIVA
UFJF	TEORIA DO JORNALISMO	45	1,48%	OBRIGATÓRIA
FURB	TEORIAS DO JORNALISMO	-		OBRIGATÓRIA
UNEB	TEORIAS DO JORNALISMO	60	2,06%	OBRIGATÓRIA
UNB	TEORIAS DO JORNALISMO	60	1,75%	OBRIGATÓRIA
FBNCTSB	TEORIAS DO JORNALISMO	80	2,70%	OBRIGATÓRIA
UESB	TEORIAS DO JORNALISMO	60	2,13%	OBRIGATÓRIA
UBA	TEORIAS DO JORNALISMO	60	2,29%	OBRIGATÓRIA
UFRB	TEORIAS DO JORNALISMO	85	2,45%	OBRIGATÓRIA
UFRJ	TEORIA DO JORNALISMO	60	2,00%	OBRIGATÓRIA
UFMA	TEORIAS DO JORNALISMO	60	1,91%	OBRIGATÓRIA
UFRR	TEORIAS DO JORNALISMO	60	1,99%	OBRIGATÓRIA
FIFE	TEORIAS DO JORNALISMO	60	1,86%	OBRIGATÓRIA
UFS	TEORIAS DO JORNALISMO	72	2,40%	OBRIGATÓRIA
UFPI	TEORIA DO JORNALISMO	60	2,00%	OBRIGATÓRIA
UFRN	TEORIAS DO JORNALISMO	60	2,00%	OBRIGATÓRIA
	TEORIAS CLÁSSICAS DO JORNALISMO			OBRIGATÓRIA
UNINTER	TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DO JORNALISMO	60	3,59%	OBRIGATÓRIA
UEPG	TEORIA DO JORNALISMO	60	1,99%	OBRIGATÓRIA
UFMT	TEORIAS DO JORNALISMO	64	2,09%	OBRIGATÓRIA

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Matrizes Curriculares dos cursos selecionados.

Conforme o quadro a cima, as únicas instituições que possuem duas disciplinas de Teorias do Jornalismo são UNINTER e UFC. Correspondendo 3,59% e 4,27% da carga horária

respectivamente. O curso de habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Ceará é presencial, semestral funcionando a tarde e a noite. O Curso oferece duas disciplinas de Teorias do Jornalismo I e II, respectivamente. A disciplina de Teoria do Jornalismo I é oferecida no sexto semestre e a disciplina de Teoria do Jornalismo II é uma disciplina optativa.

A integralização da carga horária do curso de 3.124 horas se adequa à recomendação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo (Resolução 1/2013 MEC) de 3.000 horas mínimas. Um total de 1.816 hora/aula estão dedicadas às disciplinas obrigatórias a serem cursadas nos oito semestres, ou seja, em relação à representação das disciplinas de Teorias do Jornalismo, a carga horária correspondente é de 3,52% em relação as disciplinas obrigatórias do curso. Há um total de 640 hora/aula, correspondendo a 10 disciplinas de 64 h/a, que são escolhidas pela (o) discente, que pode cursá-las nos semestres que lhe convier, sendo que deste total, ao menos, 384 hora/aula devem ser feitas em disciplinas optativas do Curso e o restante pode ser realizado em disciplinas ofertadas por outros cursos da UFC.

A UNINTER também oferece duas disciplinas de Teorias do Jornalismo, são divididas em Teorias Clássicas do Jornalismo e Teorias Contemporâneas do Jornalismo, com 60 horas cada, correspondendo a 3,49% do total de carga horária do curso.

Visto que todas as instituições oferecem a disciplina de Teorias do Jornalismo, a única instituição que oferece uma disciplina optativa é a Universidade Federal de Viçosa, sendo a única disciplina com este nome na grade. O curso é presencial, semestral e integral. A UFV aprovou a resolução 13/2016 pelo CEPE/UFV, na qual são instituídas diretrizes para os cursos de graduação da Universidade.

Segundo o documento, a matriz curricular proposta a partir do ano de 2018, possui um total de 30 disciplinas obrigatórias oferecidas pelo Departamento de Comunicação Social e por outros departamentos da UFV. Somado, este conjunto de disciplinas totaliza 2.670 horas/aula. A maioria das disciplinas possui 60 horas (quatro hora/aula semanais). Entretanto, algumas disciplinas focadas na produção laboratorial e no aprofundamento de conteúdos jornalísticos específicos possuem 90 horas (seis hora/aula semanais) ou mesmo 120 horas (oito horas semanais).

A disciplina de Teorias do Jornalismo tem 60 horas e é considerada uma disciplina optativa. Por outro lado, oferece a disciplina de Teorias da Comunicação I e II como disciplinas obrigatórias, com 60 horas cada, no primeiro e terceiro ano.

O curso Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) é integral. A disciplina de Teorias do Jornalismo é oferecida no segundo semestre, com 85 horas complementando a carga horaria total de 3476 horas.

O documento da Univale aponta que a disciplina de Teoria do Jornalismo possui 40 horas, é oferecida no terceiro período. Já a disciplina de Teoria do Jornalismo do curso de Comunicação Social: Jornalismo em Multimeios da UNEB é oferecida no segundo semestre, com 60 horas, representado num total de 2910 horas.

O curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) funciona no turno matutino, possui regime semestral, com uma única entrada por ano. O documento presente no site da instituição é de 2009, a disciplina de Teorias do Jornalismo é oferecida no segundo semestre, tem 60 horas e é obrigatória.

O curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR) atende as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Jornalismo, conforme Resolução Nº 1, de 27 de setembro de 2013, O documento realizado em 2015 mostra que o curso é noturno, semestral, presencial, com carga horária de 3020 horas, com 40 disciplinas (38 obrigatórias e 2 optativas). A disciplina de Teorias do Jornalismo tem 60 horas, é apresentada para os alunos no terceiro período do curso.

O curso da UNIFESSPA oferece 40 vagas na modalidade integral de forma presencial com 3.054 horas. O curso se enquadra nas exigências feitas pelas Diretrizes Curriculares Nacional (resolução Nº 01, 27 de setembro de 2013). A duração básica/mínima estabelecida para os cursos de Jornalismo pelas Diretrizes Curriculares Nacional (resolução Nº 01, 27 de setembro de 2013) é de 3.000 horas. A disciplina é ofertada no segundo semestre da graduação e tem 68 horas. Conforme o documento elaborado em 2010, seguindo o que preconiza as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Bacharelado em Jornalismo (Resolução CNE/CES 1/2013, publicada em 1º de outubro de 2013), o curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) conclui-se em 4 anos, com regime seriado semestral. A disciplina é ofertada no terceiro semestre com carga horária de 60 horas e é considerada uma disciplina obrigatória.

O curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFM) funciona presencialmente de modo vespertino. A disciplina de Teoria do Jornalismo é obrigatória no segundo período, com 60 horas. A matriz curricular atual do curso tem um total de 3.140 horas, incluídos os estágios e as atividades complementares, sendo ofertado em regime semestral, com 18 semanas de aula a cada semestre. Fundamentado nas orientações da Resolução 1/2013, que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo, o documento, publicado em 2022.

O projeto da UFRN segue as Diretrizes Gerais para os Bacharelados; as Diretrizes

Curriculares Nacionais para os Cursos de Jornalismo; e o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFRN. A Estrutura Curricular possui um total de 33 disciplinas obrigatórias, correspondendo a 1980h e, sendo 1095h em disciplinas de carga horária teórica e 885 em disciplinas de carga horária prática. As outras horas são reservadas para o trabalho de conclusão de curso, com um total de 3000 horas distribuídas em nove períodos. A disciplina de Teorias do Jornalismo é ofertada no segundo ano, com 60h.

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) funciona em turno integral, tem uma carga horária total de 3005 horas. Na composição da carga horária, 2505 horas são reservadas em disciplinas obrigatórias, 300 horas em Atividades Complementares, podendo ser computadas através de disciplinas opcionais ou de atividades de Flexibilização Curricular, conforme prevê o Regulamento Acadêmico de Graduação, e 200 horas em estágio supervisionado obrigatório. A disciplina de Teoria do Jornalismo é obrigatória, tem 45 horas e é ofertada no terceiro período da graduação.

O curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo na Universidade de Brasília (UNB) é diurno. As disciplinas são classificadas como obrigatórias, obrigatórias seletivas, optativas e módulo livre. Segundo as normas, as disciplinas obrigatórias não podem ultrapassar a 70% da carga horária. O documento foi publicado no ano de 2015 e obedece as orientações de acordo com as novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Jornalismo, em nível de bacharelado.

O curso de Graduação em Jornalismo com duração plena de 228 créditos, o que corresponde 3.420 horas. As disciplinas obrigatórias equivalem a 150 créditos (2.250 horas). Entre as disciplinas obrigatórias, a carga horária destinada às teóricas representa 1.155 (77 créditos) e as práticas 1.305 (87 créditos), incluindo o Estágio Supervisionado de 210 horas. A disciplina de Teorias do jornalismo (60 horas), correspondendo 2,67% da carga horária das disciplinas obrigatórias, e é ofertada no quarto período.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) oferece o curso de Jornalismo integral oferecendo 40 vagas por semestre 3000 horas totais. A disciplina de Teoria do Jornalismo com 60 horas, é uma disciplina do 4º período, é considerada também uma disciplina obrigatória. O documento do projeto pedagógico foi implementado em 2019, assim como a matriz curricular aqui analisada.

O curso de Graduação em Jornalismo da UFS lançou os documentos em 2017 e seguem de acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais. O curso é matutino, com carga horária de 3.000 horas, das quais 2.160 (duas mil cento e sessenta) são componentes curriculares obrigatórios, 360 são componentes

curriculares optativos. A disciplina de Teoria do Jornalismo é oferecida no quinto período do curso, com carga horária de 60 horas, o que corresponde a 2,78% da carga horária das disciplinas obrigatórias.

O Curso de Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo as Faculdades Integradas de Fernandópolis (FIFE) tem uma carga horária total de 3230 horas divididas da seguinte maneira: 2.100 horas em disciplinas presenciais; 360 horas em disciplinas semi-presenciais; 270 horas de Projeto Experimental, 200 horas destinadas ao Estágio Curricular Supervisionado; e 300 horas correspondentes às Atividades Complementares. A disciplina de Teoria do Jornalismo é obrigatória, tem 60 horas e é oferecida no quarto período.

A disciplina de Teorias do Jornalismo da Faculdade Canção Nova (FBNCTSB) é oferecida no quarto período, tem 80 horas e foi a única instituição que separou e descreveu que 60 horas eram teóricas e 20 horas eram separadas para atividades práticas.

Por meio desta análise, foi possível observar que a disciplinas de Teorias do Jornalismo representa pouco comparada a carga horária total dos cursos, cerca de 2% a 3%, representando uma média de 2,21%. Uma média de 68 horas para uma carga horária de 3.100 horas. Frisando, que não se objetiva a uniformidade no oferecimento desses conteúdos nos cursos, nem uma padronização na sua formatação e presença nos currículos. Já que os temas relacionados a teorias do jornalismo podem ser transversais, aparecendo eventualmente em outras disciplinas ou em atividades que envolvem reflexão teórica. Mas as condições evidenciadas nesta pesquisa apontam para um ensino de Teoria do Jornalismo pouco aparente dentro das matrizes curriculares e com uma carga horária pouco representativa.

O objetivo desta pesquisa não é identificar em que momento a Teoria do Jornalismo é estudada ao longo da graduação, já que ela pode aparecer dentro de outras disciplinas que não levam o nome do objeto desse estudo. Porém, o objetivo aqui é entender a representação da disciplina específica em Teoria do Jornalismo e como ela é representada pelos documentos analisados.

Em relação aos períodos que se encontram as disciplinas nas matrizes curriculares, vê-se que gestores e professores têm optado por oferecer essas disciplinas no início da formação dos novos profissionais. Em 75% dos casos, as disciplinas estão localizadas no segundo ou terceiro período, ou semestre do curso, entre o 3º e o 6º semestre.

Essa distribuição parece sinalizar o entendimento de que a discussão de teorias no jornalismo não devem ainda ser vivenciadas pelos estudantes iniciantes, e que seria necessário um processo de amadurecimento para o enfrentamento desta etapa formativa.

Para além da localização dessas disciplinas na matriz curricular, chama a atenção o fato

de que não é claro o esforço de que tais conteúdos possam perpassar toda a formação dos futuros jornalistas através da análise das ementas e matrizes curriculares dos cursos. É possível que diferentes atividades ou iniciativas internas dos cursos promovam essa movimentação e integração, ou que existam outros conteúdos que estão inseridos em outras disciplinas que não a disciplina de Teorias do Jornalismo aqui observado.

6.4 AS BIBLIOGRAFIAS DE TEORIAS DO JORNALISMO PARA OS CURSOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HABILITAÇÃO EM JORNALISMO/JORNALISMO

Faz-se aqui algumas ressalvas ao processo de seleção das bibliografias para as disciplinas antes de expor a análise e os resultados encontrados. Sabe-se que o processo de seleção dos livros referenciais das disciplinas é complexo e muda de acordo com cada instituição, porém, o resultado não deixa de ser uma conjunção entre disputas internas das instituições, com dimensões relativas ao mercado educacional e ao mercado editorial. Essa lista de livros que integram as bibliografias básicas e complementares das disciplinas interessa para esta pesquisa devido a sua qualidade oficial, que traduz um consenso possível diante de várias determinantes.

É necessário, portanto, apontar que a oficialidade dada às bibliografias pelas instituições não significa aceitação no campo científico do Jornalismo das propostas, ideias ou pontos de vistas contidos nos livros. Tem-se consciência de que as divergências internas das instituições faz em com que frequentemente os textos propostos não sejam aqueles que de fato são usados no dia a dia das aulas. Porém, para a presente pesquisa interessa-se em compreender qual Jornalismo e quais qualidades deste estão presentes em uma bibliografia demarcada como “oficial”, que no mínimo se mostra como referencial para as instituições. A oficialidade, além de dar um caráter de suposto consenso para os livros e artigos indicados, aponta também sentidos, conceitos e ideias que se tornaram “referentes” para a formação em Jornalismo, os quais, portanto, não podem ser contornados, mesmo que seja para refutá-los.

Outro ponto que é preciso detalhar na escolha das instituições pelos livros que irão compor a bibliografia básica é a determinação do Ministério da Educação⁴⁷ de que cada disciplina deve ter três livros, no mínimo, como bibliografia básica. Já na escolha da

⁴⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em: 02.jun.2023

bibliografia complementar, pelo menos, 5 títulos por unidade curricular.

Segundo Carvalho (2021), um conjunto de fatores diversos contribuem para a composição da bibliografia básica oficial das disciplinas, como, por exemplo: um livro fora de catálogo tende a não ser escolhido, pois o MEC também exige livros com edições recentes; um sucesso editorial pode ter mais espaço pela facilidade de compra. Escolas mais antigas, e sem visitas regulares de fiscalização do MEC, tendem a não renovar as indicações das bibliografias; possíveis dificuldades orçamentárias das escolas podem inibir trocas de livros (DE PINHO CARVALHO, 2021).

Além disso, as escolas particulares, tem uma tendência em escolher livros do catálogo das bibliotecas virtuais, por permitir um acesso ilimitado aos alunos com custos mais baixos para a instituição. Assim, impõe-se no processo de escolha outros filtros, como o mercado editorial, custos e fiscalização, que, porém, reforçam nas indicações das bibliografias básicas mecanismo de apagamento de textos dissonantes ou pouco aderentes ao consenso da própria rede acadêmica oficial (DE PINHO CARVALHO, 2021).

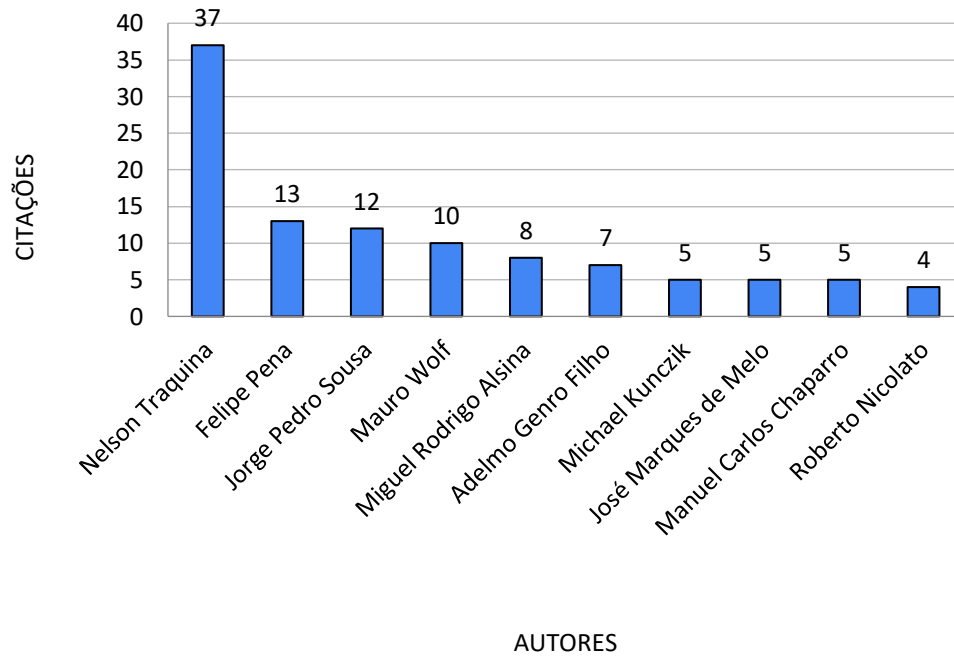
Por último, precisamos comentar sobre os processos de escolha que definem quais livros farão parte das bibliografias e que compõem mais um filtro para o consenso e oficialidade. Eles são diversos: há escolas que fazem consultas a docentes titulares de determinada cátedra; outras consultam o professor que leciona a disciplina naquele semestre de revisão da bibliografia; em outras, o processo de escolha é feito de forma coletiva; em outros contextos – em geral nas escolas particulares –, as escolhas são feitas por um pequeno grupo de professores indicados aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE); ou pelo conjunto de coordenadores do curso de Jornalismo do mesmo grupo educacional; ou até mesmo por grupos externos à instituição contratados para construir planos de ensino e métodos pedagógicos (DE PINHO CARVALHO, 2021).

Para a presente pesquisa, são indiferentes os meandros dos processos de escolha das bibliografias básicas e complementares de cada instituição, pois interessa aqui o resultado. Recorta-se o que é “oficial” e isso é preponderante sobre os diversos filtros e processos que determinam que um dado texto faça parte dos documentos burocráticos das escolas.

A partir dessas ressalvas, descreve-se aqui a organização e a análise das bibliografias básicas e complementares das 25 instituições do *corpus* selecionado. O levantamento contou com o apoio de uma planilha no Excel com as seguintes categorias: instituição, referência, autor e título, considerando separadamente as referências das bibliografias básicas e complementares. A partir dessa planilha foi possível fazer a análise das obras e dos autores mais citados da disciplina de Teorias do Jornalismo das 25 instituições, como pode-se observar no Gráfico 8 e

9.

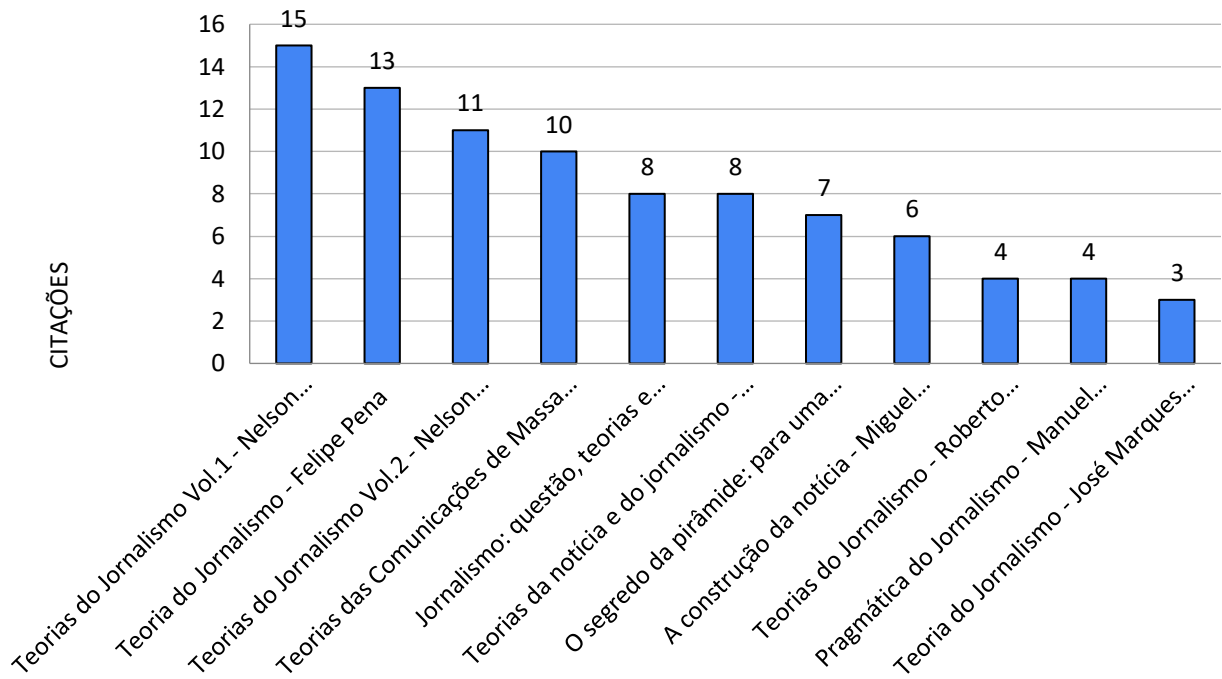
GRÁFICO 08 – Autores mais citados nas bibliografias



Fonte: Organizado pela autora com base nas bibliografias do *corpus* de análise.

A partir desta análise, pode-se perceber que os autores que mais aparecem nas bibliografias dos cursos de graduação em Jornalismo do país, considerando o recorte das 25 instituições, são Nelson Traquina (2005), Felipe Pena (2005), Jorge Pedro Sousa (2002) e Mauro Wolf (1995). Outros autores também aparecem como os mais citados, como Miguel Rodrigo Alsina (2009), Adelmo Genro Filho (1987), José Marques de Melo (2006) e Roberto Nicolato (2019).

GRÁFICO 9- Obras mais citadas nas bibliografias



Fonte: Organizado pela autora com base nas bibliografias do *corpus* de análise.

De acordo com o gráfico, é possível perceber que as obras mais citadas são “Teorias do Jornalismo” Vol.1 de Nelson Traquina (2005), “Teorias do Jornalismo” de Felipe Pena (2005), “Teorias do Jornalismo” Vol.2 também de Nelson Traquina (2008) e Teorias da Comunicação de Massa de Mauro Wolf (1997), entre outras.

A fim de trazer algumas observações da análise feita sobre as diferenças de obras entre as bibliografias escolhidas como básicas e complementares. Pôde-se observar que os professores optam por selecionar obras que fazem um resgate panorâmico e histórico das teorias do jornalismo, assim como fazem os autores clássicos que se destacam nessas bibliografias. Portanto, as obras mais citadas entre as 25 instituições são obras não originais, ou seja, feitas por autores que fazem traduções e compilações de todas as teorias do jornalismo.

Nas bibliografias básicas, o autor mais citado, Nelson Traquina aparece 20 vezes, ao lado de Felipe Pena (11), Jorge Pedro Souza (7). Com as obras “Teorias do Jornalismo” Vol.1 e 2, “Teoria do Jornalismo e Teorias da notícia e do jornalismo” respectivamente. Já nas bibliografias complementares outras obras aparecem, como “A era glacial do jornalismo” de Crista Berger e Beatriz Marocco, “Pragmática do Jornalismo” de Manuel Carlos Chaparro, “A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública” de Maxwell McCombs e “O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo” de Adelmo Genro Filho. Essas obras aparecem em menor escala, por isso não constam nos gráficos de autores mais citados nesta pesquisa, com

exceção de Genro Filho. Porém, pode-se aferir que as obras escolhidas nas bibliografias complementares representam realmente uma leitura complementar, ou seja, são obras consideradas originais, como a obra de Maxwell McCombs que corresponde a teoria mais citada nas ementas.

Apesar de outras obras também tratarem da Teoria do Agenda-Setting nas bibliografias básicas, como as obras de Nelson Traquina e Felipe Pena, pode-se observar que nas bibliografias básicas nota-se uma preferência na escolha de compilações e nas bibliografias complementares tem uma maior liberdade para introduzir outros autores, tanto originais como referente a outros assuntos.

Pode-se justificar parte dessa predominância das obras de Traquina, e dos autores mais citados nessa pesquisa, nas referências bibliográficas devido ao aspecto linguístico, visto que se trata de um autor da língua portuguesa. Além de se tratar de obras que fazem uma revisão das principais teorias do jornalismo, deixando mais acessível, e fácil para a escolha como uma referência bibliográfica de uma disciplina. Já que existem vários fatores que permeiam as escolhas de tais obras - como a disponibilidade dessas obras, a língua e quantidade de referenciais- o que seria mais difícil trazer as obras originais de cada teoria estudada, por exemplo.

Portanto, pode-se aferir que a predominância desses autores seja por uma limitação, tanto linguística, de necessidade de obras traduzidas para o português. Uma limitação de escolha, já que a escolha das bibliografias é limitada de 3 a 5 títulos (3 para bibliografias básicas e 5 para bibliografias complementares), ou da disponibilidade e existência de obras nas bibliotecas das universidades, já que as obras precisam acessar todos os alunos que cursam as disciplinas.

TABELA 3- País de Origem dos autores mais citados

(continua)		
AUTORES	CITAÇÕES	PAÍS
Nelson Traquina	37	Estados Unidos/Portugal
Felipe Pena	13	Brasil
Jorge Pedro Sousa	12	Portugal
Mauro Wolf	10	Itália
Miguel Rodrigo Alsina	8	Espanha
Adelmo Genro Filho	7	Brasil
Crista Berger e Beatriz Marocco	6	Brasil
Michael Kunczik	5	Alemanha
José Marques de Melo	5	Brasil
Manuel Carlos Chaparro	5	Portugal

(continuação)

TABELA 3- País de Origem dos autores mais citados

AUTORES	CITAÇÕES	PAÍS
Roberto Nicolato	4	Brasil
Nilson Lage	4	Brasil
Maxwell Mccombs	4	Estados Unidos
Eduardo Meditsch	4	Brasil
Muniz Sodré	4	Brasil

Fonte: Organizado pela autora com base nas bibliografias das disciplinas de Teorias do Jornalismo.

O quadro acima apresenta os autores mais citados entre as referências bibliográficas básicas e complementares e os respectivos países de origem destes autores. A partir destes dados, é possível aferir que 53% dos autores mais citados são brasileiros. Porém, nota-se uma influência de autores estrangeiros principalmente da Europa.

Daros (2021), em um estudo que analisou as referências bibliográficas de teorias do jornalismo na pós-graduação, critica a supervalorização de autores oriundos das escolas dos Estados Unidos e da Europa. Para o autor, a utilização de trabalhos ancorados em fontes anglo-saxônicas tem aspectos positivos para a formação, já que permite o conhecimento das origens da reflexão sobre imprensa e como o seu campo acadêmico se desenvolveu nos países ocidentais. Por outro lado, essa estratégia também possui efeitos negativos, como a contínua sobreposição das correntes dominantes às demais e a manutenção do desconhecimento das tradições teóricas fora da órbita central (DAROS, 2021).

Como consequência negativa, os trabalhos escritos ou editados em outras regiões estão frequentemente baseados em literatura semelhante aos livros produzidos dentro dessa órbita. Há poucas garantias de que literatura com epistemologia descentralizada esteja sendo discutida entre professores e alunos. A predominância da obra de autores como Traquina no Brasil pode sinalizar essa tendência, apesar de seus tantos méritos como estudioso do jornalismo.

Entretanto, sabe-se que a decolonização dos estudos de comunicação e jornalismo também é um processo complexo para os acadêmicos fora da América do Norte e da Europa Ocidental — embora os desafios estejam longe de serem os mesmos. Do ponto de vista epistemológico, tal complexidade se explica, em parte, porque o campo tem origens na tradição teórica alemã e na pesquisa sociológica norte-americana (HARDT, 1979, *apud* DAROS, 2021). Consequentemente, torna-se impossível compreender a evolução de seus estudos sem considerar a herança do pensamento ocidental (WAISBORD; MELLADO, 2014, p. 362, *apud*

DAROS, 2021).

Pode-se justificar parte dessa predominância das obras de Traquina nas referências bibliográficas devido ao aspecto linguístico, visto que se trata de um autor da língua portuguesa.

Cabe observar, ainda, a relação entre as referências ensinadas pelos professores e as referências trabalhadas posteriormente pelos alunos em suas investigações. Essa apreensão sobre a hegemonia de citações desse autor também foi constatada em estudos bibliométricos de artigos apresentados nos congressos brasileiros de comunicação e jornalismo comprovam a crescente presença das contribuições de Traquina — como interlocutor da sociologia da notícia, em sua vertente norte-americana — no campo nacional. Seus livros foram citados em 23,8% dos artigos nas sessões de jornalismo (MEDITSCH; GUERREIRO, 2020), considerando os encontros nacionais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Ademais, relata-se que a maioria das dissertações e teses sobre jornalismo, no país, a partir de 2000, agregaram ao seu referencial teórico as interpretações ou traduções do autor (BARBOSA, 2012).

No lançamento do primeiro volume da obra “A Tribo Jornalística: uma comunidade Transnacional” (2004), que foi editada pela Insular sob a coordenação de Eduardo Meditsch, que era orientando de Traquina, escreveu o texto “Traquina e a contribuição portuguesa ao Brasil” para o Observatório da Imprensa. Nele inclui o feito editorial à trajetória das teorias do jornalismo no Brasil e destaca as contribuições de Traquina do ensino Universitário em Portugal e no Brasil.

É imprescindível as contribuições de Traquina na copilação e tradução de teorias sobre o jornalismo desenhadas principalmente por autores estadunidenses, embora desenvolva categorias outras de análise dentro da Teoria do *Newsmaking*, especialmente dentro dos estudos sobre os valores notícia. Seu foco é o jornalismo de referência, afetado pelas rotinas produtivas. Sem esse esforço, tanto de Traquina quanto de Meditsch na apresentação da obra para a editora Insular, jamais conheceríamos esse trabalho.

Traquina (2005) e Pena (2005) fazem em seus livros uma revisão das principais “teorias” que analisaram o Jornalismo. Em comum também, os dois autores realizam breves panoramas históricos sobre o Jornalismo que se assemelham nas indicações de alguns “marcos” teóricos, como a deontologia profissional surgida no fim do século XIX, tendo como referência o Jornalismo estadunidense, a Teoria do *Newsmaking*, do *Gatekeeping* e o Novo Jornalismo. A principal diferença entre as duas obras está em certo deslocamento sobre o conceito de teoria. Pena se propõe a estabelecer uma espécie de colagem do que ele considera os principais temas

teóricos do Jornalismo. Seu livro, apresentado no singular, “Teoria do Jornalismo”, não chega a desenvolver de fato um paradigma teórico particular, mas o autor aponta que sua construção sintetizadora está ancorada em sua visão e experiência prática e docente única da área e que esse processo resultaria em uma teoria síntese do Jornalismo.

Já Nelson Traquina (2005) propõe uma revisão histórica e teórica para sustentar a tese do Jornalismo como uma “comunidade interpretativa transnacional”. Seu percurso sobre as teorias do jornalismo (e sua história) serve para fundamentar que o jornalismo no mundo compartilharia valores, técnicas e uma deontologia universais, superando diferenças históricas e culturais de cada país. Esse percurso serve de contexto para a análise de coberturas jornalísticas sobre a aids em três países diferentes, que comprovariam as semelhanças entre “a tribo transnacional”.

Mauro Wolf é um dos mais influentes pesquisadores sobre a comunicação de massa. Discípulo do italiano Umberto Eco, Wolf se interessou pelos estudos sobre o ‘*mass media*’ e seus efeitos sociais. Na obra “Teorias da Comunicação”, a única citada pelas bibliografias dos cursos, Wolf apresenta uma análise crítica das teorias e modelos de análise mais importantes elaborados no decurso de vários anos de investigação.

Mauro Wolf sistematiza as Teorias da Comunicação, assim como Traquina e Felipe Pena (2005), fazem em seus livros uma revisão das principais “teorias” que analisaram o Jornalismo. Importante observar a presença de autores predominantemente da área da comunicação como Mauro Wolf. Que mesmo em sua maioria contendo disciplinas de Teoria da Comunicação, essas discussões ainda são permanentes nas disciplinas de teorias do jornalismo. Os referenciais bibliográficos ligados a essas teorias são os autores Traquina (2005, 2001), Wolf (2009) Tuchman (1983) e McCombs e Shaw.

Também importante notar que a inserção de autores que, embora tenham aparecido na bibliografia da Comunicação, são de outras áreas do saber (Antropologia, Sociologia e Filosofia), como Gaye Tuchman e Mauro Wolf. Obviamente que um campo de pesquisa, como o estudo da teoria do jornalismo, necessita do alicerce teórico-metodológico das ciências auxiliares (o que, no campo da Comunicação, se tornou comum chamar de interdisciplinaridade), “tal como a Sociologia recorre à Economia, a Física à Matemática, a Biologia à Química” (SILVA, 2009, p. 15). No entanto, a questão que levantamos aqui é o destaque conferido a determinados autores de outras áreas da conformação de uma teoria do jornalismo.

A partir da análise pode-se concluir que as teorias mais citadas pelas ementas correspondem ao que se mostra nas bibliografias das mesmas, através dos autores que fazem a

compilação das principais teorias, ou seja, através de obras não originais. Não observamos uma quantidade significativa de obras da Gaye Tuchman, apesar de notar mais referências a obra de McCombs e Shaw nas referências complementares das disciplinas, mesmo não aparecendo como os autores mais citados na análise geral.

Percebe-se, ainda, que apesar de 53% dos autores mais citados serem brasileiros, os estudos europeus e estadunidenses continuam com forte presença nos cursos, o que demonstra uma visão de mundo predominantemente ocidental e que influenciou o modo ser do Jornalismo enquanto prática e área de conhecimento no Brasil. Isso sugere que, apesar do país se aproximar muito dos modelos de jornalismo estrangeiros e, portanto, suas descrições e críticas teóricas provenientes da Europa e Estados Unidos são pertinentes, o Brasil precisa procurar suas especificidades e oferecer visadas mais originais que melhor expliquem o jornalismo praticado aqui.

Porém, não descarta-se aqui as origens na tradição teórica alemã e na pesquisa sociológica norte-americana do campo e o histórico, já que o Brasil estabeleceu vários acordos de intercâmbios culturais com a França, mas também com os Estados Unidos ao longo do século XX. Isso ajuda a explicar a forte influência que se registra, em nossa academia, de certas teorias e metodologias estrangeiras em campos do conhecimento como os estudos de comunicação e jornalismo (DAROS, 2021), o que, conseqüentemente, torna impossível compreender a evolução de seus estudos sem considerar a herança do pensamento ocidental, como já pontuado anteriormente.

6.5 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS TEÓRICOS SOBRE TEORIAS DO JORNALISMO DE ACORDO COM AS BIBLIOGRAFIAS

Visando responder o problema de pesquisa proposto e analisar se a disciplina reflete o que é a teoria do jornalismo, foi realizada uma Revisão Bibliográfica das obras mais referenciadas nas bibliografias das disciplinas de Teorias do Jornalismo. A fim de entender quais teorias esses autores consideram como teorias do jornalismo e quais são as mais citadas entre eles.

Portanto, este levantamento permite, com algum grau de segurança, identificar se o que consta nas ementas e bibliografias dos programas das disciplinas de Teorias do Jornalismo dos cursos selecionados está de acordo com aquilo que se entende por teorias do jornalismo para estes autores. Essa observação inicial é um elemento importante para análise principal, pois indica quais são as teorias que os alunos de graduação têm acesso durante o período de

graduação.

Como já constatado por esta pesquisa, os autores que mais aparecem nas referências das bibliografias são Traquina (2005), Pena (2005), Sousa (2002) e Wolf (1995). Outros autores também aparecem como os mais citados, como Alsina (2009), Genro Filho (1987), Marques de Melo (2006) e Nicolato (2019), Kunczik (2002) e Chaparro (1994).

Estes livros são relacionados a um movimento de legitimidade acadêmica do jornalismo, já que mobilizam um arcabouço teórico. Essas obras auxiliam o ensino e a pesquisa em jornalismo, que se apropria dos seus conceitos e teorias para pensar o fenômeno jornalístico, constituindo, conseqüentemente, novos conceitos e novas teorias.

Seriam, deste modo, nosso “capital teórico”, ou seja, “o material mais prontamente acessível, efetivamente responsável pela formação e que serve de recurso para as atividades de ensino e pesquisa”, utilizando definições de Martino (2006, p. 6) para as Teorias da Comunicação, configurando-se como uma parte das obras (relativo a um domínio específico) em relação ao universo de livros produzidos sobre o jornalismo, é um “patrimônio teórico”.

O critério de seleção das obras para a análise considerou aquelas obras que se propõem fazer um copilado das teorias de jornalismo. Ainda que tenhamos consciência de que existem outras teorias, como a de Genro Filho (1987), o objetivo aqui proposto foi analisar apenas os autores que fazem uma organização das teorias do jornalismo, de forma que fosse possível contabilizar e servir de base para a análise principal desta pesquisa. Portanto, essa análise considerou as seguintes obras: “Teorias do jornalismo- porque as notícias são como são”, de Nelson Traquina, “Teorias da notícia e do jornalismo”, de Jorge Pedro Sousa, “Teorias da Comunicação”, de Mauro Wolf e “Teorias do Jornalismo”, de Roberto Nicolato.

Esses livros – que compõem nosso corpus de análise – atendem, com algumas ressalvas⁴⁸, à designação “teorografos”, proposto por Martino (2006; 2007) empregada nas obras de Teorias da Comunicação. Esse neologismo é resultado da junção dos termos “teoria” e “grafia” e refere-se a autores e obras que fazem uma sistematização de teorias relacionadas a um determinado domínio de estudos, e não necessariamente produzem as teorias.

As obras selecionadas são referências do estudo de teorias do jornalismo, são essas teorias que determinam o que os autores consideram como principais teorias e que aparecem

⁴⁸ Dentre as características dos livros que serão analisados aqui estão a proposta de um modelo teórico (J. P. SOUSA, 2002), os resultados de uma pesquisa empírica (TRAQUINA, 2005) e a inserção de uma teoria do próprio autor (PENA, 2005), o que não os colocam como textos “teorografos”, mas com características teorográficas.

para os alunos da graduação. Por isso, este levantamento me permite, com algum grau de segurança, identificar se o que constam nas ementas e bibliografias dos programas das disciplinas de Teorias do Jornalismo dos cursos selecionados está de acordo com aquilo que se entende por teorias do jornalismo para estes autores.

Para a análise das obras, foi criada uma segunda planilha no Excel com as seguintes categorias: título, autor, questão temporal, objetivo da obra, teorias citadas, ano da teoria, principais agentes da teoria. Uma segunda também tabela foi criada a fim de fazer uma análise das bibliografias citadas por estas obras, com as categorias: autor, título, biografia. A partir da leitura fluente dos livros, a leitura da introdução, e dos principais capítulos dos livros, foi possível reunir as informações que permitiram uma análise que será apresentada nesse capítulo.

Em relação a criação das categorias de análise para a leitura das obras, foi observado como os autores faziam a organização temporal das teorias a fim de identificar as escolhas e não escolhas priorizadas por cada autor, por exemplo, se o autor optou por fazer um recorte cronológico das teorias ou se a obra está dividida pelas teorias que mais incidiram na concepção do autor.

O objetivo de cada obra, que aparecia nas introduções das mesmas, nos permitiu entender o que permeou a escolha das teorias citadas. Por exemplo, se a escolha do autor foi pelas “teorias consideradas ‘clássicas’”, na categoria “teorias citadas” foi possível identificar quais eram as teorias clássicas na classificação de determinado autor (NICOLATO, 2019). Foi observado também os principais agentes das teorias, ou seja, quais foram os autores considerados criadores de cada teoria, assim como os revisores, que são autores que revisitaram as teorias, autores com obras não originais.

Essa categorização nos permitiu fazer uma leitura de modo igualitário das obras a fim de identificar como cada autor observa as teorias, quais são as diferenças entre eles e quais as teorias mais citadas, a fim de identificar possíveis semelhanças com o que foi visto na análise das ementas e bibliografias das disciplinas. A seguir, apresenta-se a análise das obras selecionadas para essa análise, ao final tem-se algumas considerações acerca dos resultados encontrados.

6.5.1 “Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são” por Nelson Traquina

Com dois volumes, a obra é resultado de uma parceria entre a Editora Insular (Florianópolis/SC) e o curso de especialização em Estudos de Jornalismo da UFSC que fez a encomenda para Nelson Traquina, com quem tem relações estreitas (Eduardo Meditsch foi orientado por ele no doutorado em Portugal). O próprio Meditsch, aliás, é quem assina a

apresentação deste primeiro volume. É a obra mais citada do autor nas referências bibliográficas das 25 instituições analisadas. A obra de Nelson Traquina, “Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são” foi lançada em 2004 e pretende fornecer uma compreensão teórica do jornalismo, de forma cronológica, através das diversas teorias elaboradas ao longo do tempo para explicar porque as notícias são como são, a fim de refletir a evolução que as diversas abordagens oferecem para o jornalismo.

A segunda edição “Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística” lançada em 2005 também aparece como uma das mais citadas das bibliografias das instituições analisadas. Porém, não foi considerado para esta análise pois o autor mobiliza conceitos e noções teóricas para ajudar a compreender as notícias e não faz uma compilação das teorias do jornalismo como em seu primeiro volume.

“Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são” organiza-se em sete capítulos. O primeiro procura definir o jornalismo, manifestando tal propósito como pergunta no título. O segundo faz uma incursão pela história do jornalismo a partir do século XIX, quando a atividade começou seu processo de profissionalização. O terceiro, quarto e quinto capítulos discutem o jornalismo como profissão: respectivamente, aspectos institucionais de sua profissionalização, a perspectiva da sociologia das profissões e a constituição de um ethos e uma cultura profissional. O último capítulo elenca todas as teorias desenvolvidas no século passado. Iniciando com a mais antiga delas que é a teoria do espelho.

O pesquisador português Nelson Traquina investiga de forma detalhada as pesquisas realizadas em torno da comunicação midiática noticiosa do século XX. No capítulo “Teorias das notícias: o estudo do jornalismo no século XX”, Traquina discorre brevemente sobre as tendências em pesquisa jornalística desde a década de 1950 há década de 1990, para então adentrar em um aspecto fundamental: a discussão sobre os valores-notícia.

Traquina (2005, p.28) apresenta uma postura construcionista, percebendo as notícias como uma construção social, ou seja, “resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol das suas estratégias de comunicação”. Ele pontua o conceito de “campo jornalístico” baseado no sociólogo Pierre Bourdieu, como um grupo de profissionais que reivindicam possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados, como o que é notícia e a sua construção (TRAQUINA, 2005).

Ao elencar as denominadas teorias do jornalismo, o autor questiona o próprio uso da palavra “teoria” para falar dos estudos feitos sobre o jornalismo: “a utilização do termo ‘teoria’ é discutível, porque pode também significar aqui somente uma explicação interessante e

plausível, e não um conjunto elaborado e interligado de princípios e proposições” (TRAQUINA, 2005, p. 146).

Nelson Traquina era docente aposentado da Universidade Nova de Lisboa, de Portugal. Sua formação acadêmica foi realizada nos Estados Unidos, na Universidade de Denver, com passagem pela França, na Universidade de Paris, onde cursou doutorado, com sua tese sobre agências internacionais de informação. No Brasil, foi conferencista da edição de 2004 do FNPJ e no ano seguinte do congresso da SBPJor (ANUNCIACÃO, 2019). A seguir foram elencadas as teorias citadas pelo autor, o período de início dessas teorias e os principais agentes das teorias segundo considerações do autor.

QUADRO 6- Teorias e principais agentes de Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são por Nelson Traquina

TEORIA	ANO	AGENTES
Teoria do Espelho	Séc. XIX	W. Read (1976)
Teoria da Ação Pessoal ou Teoria do “Gatekeeper”	1950	David White (1950)
Teoria Organizacional	1955	Warren Breed (1955/1993)
Teorias de Ação Política	1970	Kristol (1975); Efron (1971); Lichter, Rothman e Lichter (1986); Chomsky e Herman (1979)
As Teorias Construcionistas	1970	Shudson (1982/1993); Gaye Tuchman (1976/1933); Stuart Hall (1984); Roeh (1989)
Teoria Estruturalista	-	Herman e Chomsky (1979); Stuart Hall (1973)
Teoria Interacionista		Gaye Tchman (1973)

Fonte. TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

6.5.2 “Teorias da Comunicação” por Mauro Wolf

No livro *Teorias da Comunicação*⁴⁹ de Mauro Wolf, publicado pela editora Presença⁵⁰ com 4 edições (1987, 1992, 1994, 1995), o autor faz uma análise dos principais modelos teóricos do *mass media* que não segue apenas uma ordem cronológica (que, por vezes, podem ser coexistentes), mas estão ordenadas segundo um contexto social, o tipo de teoria pressuposta pela teoria do *mass media* e o modelo de processo comunicativo que cada teoria apresenta.

Mauro Wolf⁵¹ foi um sociólogo italiano, desenvolveu importantes trabalhos no campo da sociologia da comunicação e da mídia, sendo referenciado pela comunidade científica da área. Discípulo do também italiano Umberto Eco, Wolf se interessou pelos estudos sobre o ‘*mass media*’ e seus efeitos sociais — o que resulta em algumas de suas principais obras.

Em “*Teorias da Comunicação*”, Wolf apresenta “uma análise crítica extremamente completa das teorias e modelos de análise mais importantes elaborados no decurso de vários anos de investigação” (WOLF, 1995, p.12). Nas suas diferentes versões em língua portuguesa, essa obra tem sido referência bibliográfica básica em diferentes cursos da área de Comunicação Social no país (CUNHA, 2016).

A obra aparece como uma das mais referenciadas na disciplina de Teorias do Jornalismo, mesmo sendo uma obra localizada no campo da Comunicação. Porém, é preciso reconhecer que Wolf se apresenta como paradigmático e mesmo originário, indispensável para compor uma certa linearidade histórica das teorias.

A obra é dividida em duas partes, nas quais Wolf apresenta um panorama e uma evolução da pesquisa sobre comunicação de massa. Na primeira parte do livro o autor discute as principais teorias do *mass media* desenvolvidas no século XX e suas abordagens, escolas, representantes, conceitos. Os estudos sobre Mass Communication Research surgiram após a Primeira Guerra Mundial nos Estados Unidos, na década de 1920, e abordaram o poder de influência da comunicação. A corrente de estudos de comunicação de massa é fundamentada no comportamento do indivíduo em relação aos estímulos que recebe, dessa forma, utiliza muito da psicologia para explicar a eficácia de técnicas comunicacionais usadas nos meios de comunicação de massa.

Muito embora, cronologicamente, as diferentes teorias tenham emergido

⁴⁹ Também traduzido como *Teorias das comunicações de massa*, a depender da edição.

⁵⁰ Rua Augusto Gil, Lisboa.

⁵¹

Disponível

em:

<https://docuver.se/mirrors/www.mediamente.rai.it/mmold/english/bibliote/biografi/w/wolf.htm.html> Acesso em: 16. Abril. 2023

sucessivamente, Wolf enfatiza que não existem fronteiras definidas entre elas, mas uma trama, uma rede que faz com que as diferentes perspectivas se entrecruzem, complementem, renovem, se choquem e se alinhem. Já a segunda parte do livro é destinada às tendências de pesquisa emergentes na época sobre os estudos da comunicação de massa. A seguir foram elencadas as teorias citadas pelo autor, o período de início dessas teorias e os principais agentes das teorias segundo considerações do autor.

QUADRO 7- Teorias e principais agentes de As Teorias do Jornalismo no Brasil por Mauro Wolf

TEORIA	ANO	AGENTES
Teoria do Espelho	-	
Teoria Hipodérmica	1930	Smith; Lasswell; Casey (1946)
Teoria da sociedade de massa	-	
Modelo de Lasswell		
Teoria da Persuasão	ano 1940	
Teoria dos efeitos limitados		
Teoria funcionalista	Pós Segunda Guerra	Lasswell
Teoria de usos e gratificações		Katz, Gurevitch e Haas
Teoria Crítica		Horkheimer, Pollock, Löwenthal, Adorno
Teoria Culturoológica	1960	
Teoria da Agenda-Setting		Shaw
Teoria do Gatekeeping	1950	White, Breed
Teoria do Newsmaking		Garbarino

Fonte: WOLF, Mauro. Teorias da comunicação de massa. 6.ed. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2012.

6.5.4 “Teoria do Jornalismo” por Felipe Pena

O livro “Teoria do Jornalismo” escrito por Felipe Pena, foi publicado em 2005 com outra edição publicada em 2008 pela editora Contexto⁵², traduzido na Espanha como *Teoría del Periodismo* (Ed. Comunicación Social).

Para o autor, teoria do jornalismo é o aprofundamento de um tópico da teoria da

⁵² Rua José Elias, Alto da Lapa. São Paulo-SP

comunicação e objetiva contribuir para a bibliografia dessa especificidade. O objetivo do livro é sistematizar as principais respostas das questões que circundam as teorias do jornalismo, que são: porque as notícias são como são e os quais são os efeitos das notícias.

Nota-se a existência de discussões que remetem aos livros de teorias do jornalismo editados anteriormente, mesmo que Pena não os mencione. Apesar disso, ele chega a citar Nelson Traquina, pesquisador que já se encontrava mais conhecido no Brasil pelas duas obras de “Teorias do jornalismo” e “O estudo do jornalismo no século XX”. Ao final de cada tópico denominado “Para ler mais”, Pena faz referência a textos que se debruçaram teoricamente sobre o jornalismo, dentre eles Adelmo Genro Filho, Ciro Marcondes Filho, Gaye Tuchman, José Marques de Melo, Nilson Lage e Sylvia Moretzsohn. O autor também alude, em algumas passagens, a Mauro Wolf e sua obra Teorias da comunicação.

Por meio de uma abordagem histórica, ética e epistemológica do jornalismo, o autor organiza, segundo suas interpretações, as principais teorias e críticas direcionadas a algumas novas abordagens, como, por exemplo, a teoria dos fractais biográficos.

Pena propõe teorizar o jornalismo a partir do ideal de conjugar teoria e prática, baseando-se na produção crítica e na reflexão permanente, considerando a necessidade de coexistência obrigatória destas duas dimensões. Pena se apresenta como crítico da dicotomia teoria/prática que distingue os profissionais que se dedicam à academia e aqueles que se limitam à labuta nas redações.

Ainda no último tópico do livro, o pesquisador diz acreditar que há outros assuntos a serem incluídos na “Teoria do Jornalismo”(2005, p.208): as técnicas de narração da notícia; os aspectos semiológicos do discurso jornalístico; o estudo das funções do profissional jornalista; e análise das editorias. Ele afirma que, para constituir uma teoria unificada do jornalismo, “é preciso incorporar outros saberes pertinentes e dialogar com as teorias análogas” (2005, p. 217), numa visão interdisciplinar, tais como abordagem histórica, debate ético, discussões estilísticas e de gênero e aspectos semiológicos.

Felipe Pena⁵³ é brasileiro, doutor em literatura pela PUC, com pós-doutorado em semiologia da imagem e professor de Jornalismo e roteiro na Universidade Federal Fluminense. A seguir apresenta-se as teorias citadas pelo autor - que estavam organizadas em formas de subcapítulos - assim como a apresentação do período de início dessas teorias e os principais

⁵³ Disponível em: <http://www.felipepena.com/> Acesso em: 15/ Abril. 2023

agentes das teorias segundo considerações do autor.

QUADRO 8- Teorias e principais agentes de Teoria do Jornalismo por Felipe Pena

TEORIAS	ANO	AGENTES
Teoria do Espelho	Séc. XIX	Walter Lippman
Teoria do Newsmaking	-	Gaye Tuchman (1978)
Teoria do Gatekeeper	1947	David White (1950)
Teoria Organizacional	-	Warren Breed (1955)
Teoria Gnóstica	-	Ericson, Chan e <u>Baranek</u>
Teoria do Agendamento	1970	Walter Lippmann (1922)
Teoria Instrumentalista	-	Chomsky; <u>Traquina</u> (2005)
Teoria Etnográfica	-	Roberto DaMatta (1987); Alfredo Vizeu (2000)
Teoria dos definidores		
Primários	-	Stuart Hall (1973)
Espiral do Silêncio	1972	Elisabeth Noelle-Neuman (1977)
Teoria da Nova História	-	Michhel de Certeau (1982)
Teoria dos Fractais Biográficos ou a Biografia		
Sem-fim	1999	Felipe Pena (2004)

Fonte: PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto. 2007

6.5.5 “Teorias da notícia e do jornalismo” por Jorge Pedro Sousa

Lançado em 2002, numa co-edição da edição Argos⁵⁴ (Chapecó/SC) com a editora Letras Contemporâneas (Florianópolis/SC), é o primeiro livro editado no Brasil que apresenta uma sistematização dos estudos (realizados nos Estados Unidos) em torno da produção noticiosa, comumente chamados de *Newsmaking*.

⁵⁴ Rua Senador Atilio Fontana, Chapecó-SC.

“Teorias da notícia e do jornalismo” foi publicado primeiro em Portugal, em 2000, sob o título, “As notícias e seus efeitos: as ‘teorias’ do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos”, na obra de Jorge Pedro Sousa propõe uma “interpretação de várias correntes e tendências da teoria da comunicação, explicando aos jornalistas e a todos os profissionais ligados à mídia, a função da notícia e do jornalismo” e faz um mapeamento das principais teorias do ponto de vista do autor, através das escolas de pensamento (SOUSA, 2002, p.117).

“Teorias da notícia e do jornalismo” está dividido em duas partes: na primeira, são apresentados seis fatores que influenciam a produção noticiosa, abarcando o que a literatura chama de *Newsmaking*; na segunda, aborda teorias sobre os efeitos dos meios de comunicação – firmadas na tradição estadunidense.

Sousa (2002, p.9) assume já na apresentação da obra “intenções predominantemente pedagógicas”. O sentido que emprega o termo “pedagogia” extrapola o âmbito do ensino universitário de comunicação/jornalismo, configurando-se como “uma espécie de pedagogia social”, pois ele pretende que o livro alcance “todos os que se interessam pelos meios de comunicação jornalística” (SOUSA, 2002, p. 9). Sua preocupação é com a crítica que se faz ao jornalismo. Deste modo, o livro contribuiria “para afastar a crítica fácil do campo dos media jornalísticos, e, em contrapartida, contribuindo, igualmente, para permitir uma crítica fundamentada e pertinente do jornalismo” (SOUSA, 2002, p. 9).

Atento aos efeitos da "comunicação social jornalística", o autor aborda as “teorias” desde as primeiras hipóteses Behavioristas e funcionalistas até as recentes “teorias” como Espiral do Silêncio, passando por correntes como escola de Frankfurt (SOUSA, 2002, p.117).

Sousa (2002) considera “teorias” com hipóteses explicativas, não no sentido efetivo do termo. O autor deixa claro que muitas das teorias sobre os efeitos dos meios jornalísticos que ele aborda, não se aplicam ao meio jornalístico, como não nasceram associadas ao jornalístico, mas sim a Comunicação Social.

O autor emprega aspas, em alguns momentos, para grafar o termo teoria, assim como nas expressões “teoria da notícia” e “teoria do jornalismo”, com a seguinte justificativa:

quando falo de “teorias”, não pretendo que se confundam as hipóteses explicativas que aqui referencio com teorias científicas no sentido efetivo do termo, já que quaisquer teorias científicas pressupõem uma validade e uma abrangência que as hipóteses que exploro neste livro não me parece que atinjam. Porém, designar essas hipóteses por “teorias” da comunicação social já entrou no próprio jargão científico, sendo assim justificável a utilização do termo. (SOUSA, 2002, p. 117)

Segundo Anunciação (2019), esta postura é recorrente nas pesquisas em comunicação. Mauro Wolf (1999) emprega o termo “hipótese” (em vez de “teoria”) para falar do agenda-

setting. Hohlfeldt (2012, p. 189) argumenta que uma teoria “é um paradigma fechado, um modo acabado e, neste sentido, infenso a complementações ou conjugações, pela qual traduzimos uma determinada realidade segundo um certo modelo”. Já a hipótese é “um sistema aberto, sempre inacabado, adverso ao conceito de erro característico de uma teoria” (HOHLFELDT, 2012, p. 189), configurando-se sempre uma experiência, algo a ser comprovado.

Segundo Anunciação (2019), como obra central para a elaboração do livro está a obra *Mass Communicatio Theory* de Denis Mc Quail (1987) e *La Información periodística y su influencia social* de María Dolores Montero (1993).

Jorge Pedro Souza⁵⁵ é português, doutor em Ciências da Informação pela Universidade de Santiago de Compostela (USC). Professor-associado da Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal) e do ICNova - Instituto de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, em Portugal. Interessado por teoria e história do jornalismo, produtos jornalísticos e produção jornalística. A seguir, apresenta-se as teorias citadas pelo autor, o período de início dessas teorias e os principais agentes das teorias segundo considerações do autor.

⁵⁵ Disponível em: <https://jorgepedrosousa.ufp.edu.pt/> Acesso em: 15abril2023

QUADRO 9- Teorias e principais agentes de “Teorias da notícia e do jornalismo” por JorgePedro Sousa

TEORIA	ANO	AGENTES
Teoria das Balas Mágicas ou da Agulha Hipodérmica (“pré”-estruturalista)	1930	<u>Harold Laswell</u> (1927)
Teoria do Agenda-Setting	1970	Maxwell <u>McCombs</u> e <u>Shaw</u> (1972)
Teoria da Tematização	-	<u>Nicklas Luhmann</u> (1978)
Teoria da Espiral do Silêncio	1972	Elisabeth <u>Noelle-Neumann</u> (1977)
Teoria dos Usos e Gratificações	1944	<u>Herta Herzog</u> (1944); <u>Schramm, Lyle</u> e <u>Parker</u> (1961)
Teoria das Diferenças de Conhecimento (<u>Knowledge Gap</u>)	1970	<u>Tichenor, Donohue</u> e <u>Olien</u> (1970)
Teoria da Dependência	1976	<u>Ball-Rokeach</u> e <u>DeFleur</u> (1976)
Teoria do Cultivo	1968	<u>Gerbner</u> (1977)

Fonte: SOUSA, Jorge Pedro. Teorias da notícia e do jornalismo. Chapecó: Argos, 2005

6.5.6 “Teorias do Jornalismo” por Roberto Nicolato

O livro “Teorias do Jornalismo” de 2019, organizado por Roberto Nicolato, apresenta, em nove capítulos, as teorias consideradas “clássicas” do campo do saber e como elas se relacionam com o fazer profissional. Segundo o autor, o livro busca “entender como as teorias clássicas do jornalismo podem ser aplicadas à prática jornalística contemporânea” (NICOLATO, 2019, p.7).

A obra foi publicada pela editora InterSaberes⁵⁶, com sua primeira edição lançada em 2019, que contempla textos de Matias Peruyeira, Daniel Neves, Alexsandro Ribeiro, Guilherme Carvalho, Mario Messagi Jr., Marcelo Fernando de Lima, José Carlos Fernandes, Mônica Fort, Paula Melani Rocha, Gisele Barão e Camila Gino Costa. Nicolato foi um

⁵⁶ Disponível em: <https://abrir.link/bgcze> Acesso em: 15.Abril.2023

brasileiro e professor do curso de Jornalismo do Centro Universitário Internacional Uninter. Atua nas áreas de jornalismo e literatura, teorias da comunicação e do jornalismo, redação jornalística, jornalismo especializado, planejamento gráfico e literatura brasileira e paranaense.

A obra apresenta, de forma cronológica, a história do surgimento do jornalismo como profissão, abordando as teorias consideradas “clássicas”, relacionando-as com aos avanços tecnológicos e às rotinas de trabalho da profissão. Segundo o autor, essas teorias “clássicas” tem sido expandidas com os estudos das mídias digitais. O Quadro 1 mostra as Teorias clássicas citadas no livro e os principais agentes considerados pelos autores.

Um exemplo de como o livro consegue trazer as teorias clássicas em conjunto com uma discussão atual, é a comparação, feita por Alessandro Ribeiro, da Teoria do *Gatekeeper* com a noção de “novos *gatekeepers*” (CANAVILHAS, 2010) que interagem e selecionam as notícias através das redes sociais (NICOLATO, 2019). A seguir foi elencada as teorias citadas pelo autor, o período de início dessas teorias e os principais agentes das teorias segundo considerações do autor.

QUADRO 10- Teorias e principais agentes Teorias do Jornalismo por Roberto Nicolato

TEORIAS CITADAS	ANO	PRINCIPAIS AGENTES DA TEORIA
Teoria do espelho	Séc XIX	
Teoria do gatekeeper	1950	Pamela J. Shoemaker; Tim P. Vos
Teoria organizacional	1955	Warren Breed
		Roberto Darnton
Teoria instrumentalista	-	Noam Chomsky; Edward Sid; Pierre Bourdieu; Perceu Abramo; Linda Lichter; Stanley Rothman
Teoria dos definidores primários	-	-
Teoria espiral do silêncio	-	Elizabeth Noelle-Neuman
Teoria do Agendamento	1970	Maxwell McCombs
Teoria do Newsmaking	1970	Gaye Tuchman
Teoria estruturalista	1960/70	Hall et al (73/93)
Teoria interacionista	1960/70	Tuchman

Fonte: NICOLATO, Roberto. Teorias do Jornalismo.

6.5.7 Principais teorias e referenciais para os clássicos

Neste tópico pretende-se mostrar os dados das análises através do levantamento de informações descrito no tópico 5.5. A primeira análise compara quais as teorias mais citadas entre os quatro autores selecionados anteriormente. No gráfico 11 pode-se analisar que as teorias que mais apareceram nas obras foram a Teoria do Espelho, Teoria do *Gatekeeper* e a Teoria do Agendamento ou Agenda *Setting*.

As teorias da Agulha Hipodérmica e da Bala Mágica, citada pelos autores Mauro Wolf (1995), e Jorge Pedro Sousa (2002) não foram consideradas nesta pesquisa como teorias do jornalismo, mas sim como teorias da comunicação, de acordo com a definição dos autores.

Para Sousa (2002), muitas das teorias citadas no livro são sobre os efeitos dos meios jornalísticos e não se aplicam ao meio jornalístico, como também não nascem associadas ao campo do jornalístico, mas sim ao da Comunicação Social.

Já na obra de Wolf (1995), que faz um panorama e uma evolução da pesquisa sobre comunicação de massa, como é identificado conforme o próprio título da obra “Teorias das Comunicações de Massa”.

GRÁFICO 10- Teorias mais citadas entre os livros da análise



Fonte: Organizado pela autora com base nos livros selecionados.

Uma possível explicação para o fato dessas teorias aparecerem com mais recorrência nas obras é a consideração, pelos autores, dessas teorias como clássicas e principais para o estudo da Teoria do Jornalismo.

Fazendo uma comparação com as teorias mais mencionadas nas ementas das disciplinas de Teoria do Jornalismo das 25 instituições analisadas, que foram a Teoria do *Newsmaking* e a Teoriado *Agenda-Setting*, pode-se aferir que há uma coerência das teorias que aparecem nas ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo e as teorias levantadas pelos autores, fazendo as devidas ressalvas de autores que tratam também de teorias do campo da comunicação.

A partir da análise das bibliografias das obras selecionadas, pode-se perceber que os livros e textos que mais foram citados foram Gaye Tuchman (1973), Warren Breed (1955), Leon Sigal (1973) e Mauro Wolf (1987). Conforme o quadro 11.

QUADRO11- Obras mais citadas entre os livros da análise

VEZES CITADO	AUTOR	OBRA	ANO
9	Gaye Tuchman	Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected	1973
9	Warren Breed	Social control in the newsroom: A functional analysis	1955
8	Leon Sigal	Reporters and Officials: the Organization and Politics of Newsmaking	1973
6	Mauro Wolf	Teorias da Comunicação	1987

Fonte: Organizado pela autora com base nas bibliografias das obras selecionadas.

Gaye Tuchman é mestre e doutora em Sociologia pela Brandeis University, atualmente é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Connecticut, nos Estados Unidos. Suas áreas de interesse são Sociologia da Cultura, gênero e educação superior (UNIVERSITY OF CONNECTICUT, 2012).

Sua principal obra na área de Comunicação é o livro *Making news: a study in the construction of reality* (TUCHMAN, 1978). O trabalho é resultado de sua tese de doutorado (TUCHMAN, 1969), e ainda não foi traduzido para a Língua Portuguesa. A versão em Espanhol recebeu o título *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*

(TUCHMAN, 1983).

Segundo Pena (2008, p. 129), “A socióloga Gaye Tuchman é uma das mais respeitadas pesquisadoras do *Newsmaking*.” Essa corrente teórica “procura descrever como as exigências organizativas e a organização do trabalho e dos processos produtivos influenciam na construção da notícia” (PEREIRA JÚNIOR, 2002, p. 8).

Wolf (1994) sinaliza que as conexões e as relações existentes entre a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos constituem o ponto central desse tipo de pesquisa.

Para Pimentel e Temer (2012), *Newsmaking* é uma hipótese, e não uma teoria. Lakatos e Marconi explicam que teoria é “um conjunto de princípios fundamentais, que se constituem em instrumento científico apropriado na procura e, principalmente, na explicação dos fatos” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 89) e hipótese é “um enunciado geral de relações entre variáveis (fatos, fenômenos).

Dentro do vasto campo do *Newsmaking*, Leon Sigal (1973, *apud* RIBEIRO 2010), defendeu a ideia de que os conteúdos das notícias dependem daquilo que as fontes transmitem e do tipo de fontes consultadas (oficiais e não oficiais), apesar da mediação dos *news media* e dos jornalistas. Para este autor, as notícias resultam não tanto do que os jornalistas efetivamente pensam, mas da informação que as fontes transmitem – embora esse caudal informativo sofra a mediação das organizações noticiosas e respectivas rotinas e convenções jornalísticas. Neste sentido, a notícia depende das fontes que a alimentam, que, por seu turno, dependem da forma como o jornalista procura e/ou recebe a informação (RIBEIRO 2010).

Warren Breed foi um sociólogo norte-americano, que se especializou no estudo das relações de trabalho e controle nas redações. Em seu artigo *Social control in the newsroom: A functional analysis*, Warren Breed desenvolve as premissas do que se denomina “Teoria Organizacional”. No texto citado, aplica ao jornalismo as regras de funcionamento de políticas dentro das empresas. Para ele, é o diretor de redação ou editor-chefe ou publisher o responsável por determinar as diretrizes do que deve ser feito pelos jornalistas, que denomina *staffers* (FIGUEIREDO, 2016).

O autor argumenta que os jornalistas não costumam aceitar as políticas editoriais em um primeiro momento e a interiorização ocorre de forma sutil em processos corriqueiros do dia a dia de uma redação.

Já o autor Mauro Wolf, desenvolveu importantes trabalhos no campo da sociologia da comunicação e da mídia, sendo referenciado pela comunidade científica da área, seus livros são considerados textos clássicos em pesquisas teóricas sobre comunicação de massa. O livro

“Teorias da Comunicação”, segundo o Ranking Universitário Folha (RUF)⁴³, aparece no acervo de 18 das 20 melhores universidades do país.

Podemos notar que apesar das teorias mais citadas nos livros analisados serem a Teoria do Agenda-*Setting* e a do *Gatekeeper*, a referência mais citada na análise das bibliografias das obras foi a socióloga Gaye Tuchman (1978), uma referência nos estudos sobre *Newsmaking*. Sendo uma das teorias que mais recorrentes nas ementas das disciplinas analisadas.

Pode-se concluir que existe uma coerência entre as teorias que estes autores consideram importantes, e as mais mencionadas nas ementas, com o resultado da Teoria do Agenda-*Setting*, ou Agendamento. Mesmo que não haja coerência em outras teorias, também aparecem como as mais citadas nas ementas e pelos autores selecionados, como a Teoria do *Newsmaking* e a Teoria do *Gatekeeper*, respectivamente.

Importante fazer uma ressalva para o fato de que a teoria que aparece mais citadas nas ementas e pelos autores que fazem essa compilação de teorias do jornalismo, não é considerada unanimemente como uma teoria, também considerada como uma hipótese. Mostrando uma fragilidade e falta de consenso do campo do jornalismo.

7. CONCLUSÕES

Buscou-se nesta pesquisa uma reflexão sobre ensino de jornalismo em um olhar sobre a disciplina de Teorias do Jornalismo nos cursos de graduação no Brasil. Onde as circunstâncias ajudam a compor um cenário bastante complexo no ensino de jornalismo no país: as escolas são recentes; a disciplina de Teorias do Jornalismo mostra-se como uma disciplina acidental nos cursos superiores e existem poucas referências de pesquisa e reflexão sobre o tema. Ao mesmo tempo, que se percebe, ao longo dos últimos anos o crescimento do campo científico com o aumento da produção científica e encontros de pesquisadores da área.

A questão central da pesquisa nos conduziu a investigar como o ensino de Teorias do Jornalismo contribui para a formação dos futuros profissionais dessa área, buscando compreender se essa disciplina é capaz de refletir adequadamente as bases teóricas do jornalismo e se está em conformidade com as referências bibliográficas estabelecidas. Através desse exame minucioso, buscamos decifrar qual compreensão de jornalismo emerge desse conjunto acadêmico, considerado como uma fundação oficial para as instituições.

De modo geral, essa investigação aponta tendências de se valorizar estudos específicos sobre o jornalismo por meio da oferta das disciplinas de Teorias de Jornalismo nos cursos de graduação, e não apenas apresentá-los junto aos estudos teóricos da Comunicação. Porém, a disciplina tem uma média de representação de 2,21% em relação a carga horária total dos cursos, revelando uma baixa representatividade em relação à carga horária total dos cursos. Essa constatação reflete uma desproporção entre a ênfase na prática jornalística e a escassez de espaço dedicado ao estudo das teorias que sustentam essa prática.

Verificamos também que das 25 instituições, 48% delas não citam ou fazem referências genéricas sobre as teorias abordadas. Isso pode ser resultado de fatores referentes a criação das ementas, como a indicação de ter um texto curto e com frases que resumam o conteúdo de uma disciplina. O que pode fazer com que professores optem por frases mais genéricas sobre o conteúdo proposto, já que são muitas teorias e conceitos que envolvem as teorias do jornalismo.

Esse resultado do fazer prático do jornalismo e aponta fragilidades em relação a teoria nos cursos. Ou, que mesmo que ainda haja discussões sobre teorias do jornalismo transversais às disciplinas, como nas disciplinas de deontologia, teorias da comunicação e dentro de disciplinas práticas -indagações que não puderam ser respondidas pela presente pesquisa-, as ementas ainda não trazem de maneira clara o que é estudado na disciplina e quais teorias pertencem ao estudo específico do jornalismo.

O processo de construção do jornalismo como uma disciplina específica e uma profissão

autônoma foi, desde os primórdios, complexo e cheio de ambiguidades. Com este debate, acentuou-se a visão dicotômica entre um “saber teórico”, que só a academia garantiria, e um “saber prático”, que só o trabalho nas redações poderia dar. Ao mesmo tempo, qualquer destas perspectivas desenvolveu um discurso negativo e crítico sobre a outra, provocando algum afastamento entre acadêmicos e profissionais. Esta dicotomia foi revelando as suas insuficiências à medida que se tornou mais complexo o contexto social, económico e laboral.

E mesmo depois dos avanços conseguidos através das discussões das Diretrizes Curriculares Nacionais parece que não há um real avanço nas discussões sobre a dicotomia entre teoria e prática nos cursos de Jornalismo do país. Parece que o limite das ementas no uso das teorias é um reflexo da natureza do fazer prático que não encontrou força epistêmica para aplicar a disciplina. A questão que fica é: será que essa dicotomia foi superada? Ou estamos apenas reproduzindo o discurso das DCNs sem um olhar mais atento ao que está sendo estudado nas graduações.

Além disso, a análise das teorias mais mencionadas nas ementas das disciplinas revelou que a Teoria do *Newsmaking* e a Teoria do *Agenda-Setting* se destacam. No entanto, é essencial ressaltar a falta de consenso no campo jornalístico, visto que algumas teorias são debatidas quanto à sua validade e classificação, revelando assim a complexidade e a evolução em curso no âmbito teórico do jornalismo.

Assim, concluímos que a disciplina de Teorias do Jornalismo enfrenta desafios significativos em relação à sua representatividade, abordagem e escolha de teorias a serem estudadas. Para atender às necessidades de uma formação jornalística abrangente e adaptada às exigências contemporâneas, é necessário um reexame crítico dos programas acadêmicos, a fim de assegurar um equilíbrio adequado entre a prática e a teoria, bem como uma atualização constante para refletir a dinâmica do campo jornalístico em constante evolução.

Em um olhar mais atento sob as bibliografias das disciplinas, nota-se que o que se entende por teoria do jornalismo corresponde ao que se é encontrado nas ementas e nas bibliografias, porém os estudos das teorias são baseados em obras que fazem um apanhado geral das Teorias do Jornalismo, ou seja, obras não originais.

Percebe-se, ainda, que apesar de 53% dos autores mais citados serem brasileiros, os estudos europeus e estadunidenses continuam com forte presença nos cursos, o que demonstra uma visão de mundo predominantemente ocidental e que influenciou o modo ser do Jornalismo enquanto prática e área de conhecimento no Brasil. Essa inclinação aponta para uma visão predominantemente ocidental do jornalismo, destacando a influência global dessas correntes teóricas na formação dos estudantes brasileiros. Essa presença revela a importância de uma

análise mais profunda para compreender as razões subjacentes a essa predominância e sua relevância no contexto da educação jornalística.

A ausência de originais pode ser um problema como a contínua sobreposição de correntes de pensamento oriundas de outras realidades, esquecendo das especificidades do jornalismo no Brasil. Porém, não se pode esquecer da importância dessas obras que fazem um compilado de teorias e traduções já que permite o conhecimento das origens da reflexão sobre imprensa e como o seu campo acadêmico se desenvolveu nos países ocidentais, assim como movimenta mais reflexões e desenvolvimento do campo acadêmico no Brasil.

A identificação de Nelson Traquina e sua obra "Teorias do Jornalismo" Vol.1 como a principal referência dentre as bibliografias destacou não apenas a relevância de suas contribuições teóricas, mas também a sua habilidade em apresentar esses conceitos de maneira acessível e didática aos estudantes brasileiros.

O fato de autores como Felipe Pena, Jorge Pedro Sousa e Mauro Wolf também figurarem de maneira significativa nas referências bibliográficas, evidencia a busca por obras que proporcionam uma abordagem abrangente e crítica das teorias do jornalismo. Esses autores, além de Traquina, oferecem aos estudantes uma visão panorâmica e aprofundada das perspectivas teóricas que moldaram o campo jornalístico.

A predominância desses autores pode ser justificada, em parte, pela língua compartilhada entre Brasil e Portugal, tornando suas obras mais acessíveis. Além disso, a disponibilidade e a natureza concisa dessas obras facilitam sua seleção como referências bibliográficas em disciplinas de graduação, visto que a análise detalhada das obras originais de cada teoria poderia ser mais complexa devido a fatores como a língua e a quantidade de materiais disponíveis.

Porém, não descarta-se aqui, as origens na tradição teórica alemã e na pesquisa sociológica norte-americana do campo e o histórico, já que o Brasil estabeleceu vários acordos de intercâmbios culturais com a França, mas também com os Estados Unidos ao longo do século XX. Isso ajuda a explicar a forte influência que se registra, em nossa academia, de certas teorias e metodologias estrangeiras em campos do conhecimento como os estudos de comunicação e jornalismo (DAROS, 2021). O que conseqüentemente, torna-se impossível compreender a evolução de seus estudos sem considerar a herança do pensamento ocidental, como já pontuado anteriormente.

Entretanto, a pesquisa também revelou uma carência preocupante de estudos e obras brasileiras sobre jornalismo presentes nas referências. Isso aponta para uma lacuna no desenvolvimento teórico jornalístico nacional, ressaltando a importância de fomentar e

reconhecer as contribuições acadêmicas brasileiras no campo.

Portanto, os resultados dessa pesquisa oferecem uma visão valiosa sobre as preferências bibliográficas nas disciplinas de teorias do jornalismo, destacando a influência de autores lusófonos como Nelson Traquina, ao mesmo tempo em que levantam a necessidade de um maior investimento e reconhecimento das perspectivas brasileiras no desenvolvimento teórico do jornalismo.

Não foi possível aferir se as teorias do jornalismo estão sendo realmente trabalhadas em sala, já que esse estudo foi de caráter documental, ou seja, olhou para documentos oficiais das instituições, não pretendeu-se aqui saber de que forma esses saberes são passados em sala de aula. Nem foi possível analisar se discussões sobre teorias do jornalismo aparecem de forma transversal, em outras disciplinas ou em atividades que envolvem reflexão teórica, para isso seria necessário olhar o conteúdo de todas as disciplinas dos cursos analisados, movimento que não foi possível nesta pesquisa.

Há pouca recorrência de teorias referentes ao campo da comunicação já que os estudos definidos como teorias do jornalismo vieram de diversos campos do saber, como da filosofia e da ciência política, da sociologia (especialmente da sociologia do conhecimento), da *Comunicatio Research* (principalmente da escola de Frankfurt) e dos estudos culturais. Aqui no Brasil, a teoria do jornalismo geralmente sem sido estudada no campo da Comunicação.

O que pretendeu-se com esse estudo foi pensar como a Teoria do Jornalismo se insere na graduação do Brasil. Já que entende-se que, antes problematizar o estudo nas pós-graduações, a questão do ensino do jornalismo perpassa as graduações. Como nos faz pensar Silva (2009, p.25), estudar a Teoria do Jornalismo nos possibilita “abrir o jornalismo”, ou seja, um maior investimento conceitual, teórico e metodológico, realizando enfrentamentos no sentido de romper com o espontaneísmo, que vê o jornalismo unicamente como prática profissional.

Em última análise, esta pesquisa lança luz sobre o desafio contínuo de equilibrar a prática e a teoria no ensino de jornalismo, ao mesmo tempo em que busca uma abordagem mais diversificada e contextualizada das teorias do jornalismo. A exploração desses resultados não só enriquece a compreensão do papel da disciplina de Teorias do Jornalismo, mas também contribui para o diálogo em andamento sobre a formação jornalística no contexto brasileiro, incentivando uma visão crítica e atualizada sobre o campo.

REFERÊNCIAS

ABEJ. Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo. Brasília. [2004?]. Disponível em: <https://abejor.org.br/> Acesso em:20.jun.2023

ADGHIRNI, Zélia Leal. **O lugar do jornalismo na comunicação**. LÍBERO, n. 17, p. 51-62, 2016.

ADGHIRNI, Zelia. O Lugar do Jornalismo na Comunicação. Libero,v. 9, nº 17, p. 51-62, São Paulo, **Casper Líbero**, jun. 2006. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/748> . Acesso em: 24.jun.2013

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 1996. Disponível em: <https://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf> Acesso em:16.jun.2023

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Propostas curriculares em questão: saberes docentes e trajetórias de formação**. In: CUNHA, Maria Isabel da (Org.). Reflexões ePráticas em Pedagogia Universitária. Campinas, SP: Papirus, 2007.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **O Papel da Formação Pedagógica do Docente para Efetivação de uma Mudança Curricular**. Paraná, USPRP, 2010. (Palestra).

ANASTASIOU, L.; ALVES, L. P. **Processos de Ensino na Universidade: Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 8.ed. Joinville: UNIVILLE, 2009.

ANUNCIAÇÃO, Cristiano Pinto. **Dos estudos sobre Jornalismo às teorias do Jornalismo reflexões epistemológicas**. 2019.

BARBOSA, Marialva Carlos. Nelson Traquina e as pesquisas em jornalismo no Brasil. **Pesquisa em Media e Jornalismo**, p. 12, 2012. Disponível em: https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20121127-jorgepedrosousa_homenagem_traquina.pdf#page=20 Acesso em: 24.jun.2023

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições Setenta.2011

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições, v. 70, p. 229, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1 de 27 de setembro de 2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: [Resoluções CES 2013 - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/resolucoes-ces-2013). Acesso em: 12.jun.2023

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field**. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik. Bourdieu and the journalistic field. Malden, Cambridge: Polity Press, 2005. p. 29-47.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. 5. ed., São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRASIL **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 39/2013**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo. Disponível em: . Acesso em:22.jun.2023

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **IRAMUTEQ: a free software for analysis of textual data**. Temas em psicologia, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CARVALHO, Gabriel Ferreira. Paraíso em Chamas: construção midiática do movimento Black Metal. 9º Encontro Nacional da SBPJOR. **Anais...** Rio de Janeiro, Uerj, 2011.

CUNHA, F. Teorias da Comunicação para Mauro Wolf. 2016. Disponível em: <https://midiaeduca.wordpress.com/2017/02/13/livro-para-download-teorias-da-comunicacao/> Acesso em: 21.jun.2023

DAROS, Otávio. **Um olhar decolonial sobre a disciplina de teorias do jornalismo**. In: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2021. Virtual.

DAROS, O. French theoretical and methodological influences on Brazilian journalism research. **Media, Culture & Society**, p. 1–12, 2021.

DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade jornalística: o debate contemporâneo do conceito**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Jornalismo, Florianópolis. 2012.

DE PINHO CARVALHO, João Luís. **Vocação ou técnica?: a formação jornalística em documentos acadêmicos-institucionais**. 2021.

DE OLIVEIRA, Michelle Roxo. **Diretrizes curriculares e o posicionamento de agentes do campo acadêmico: antecedentes históricos de um debate**. Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, v. 10, n. 26, p. 3-15, 2020.

Dias, P. R. **Gênese do ensino de Jornalismo no Brasil: Influências norte-americanas (1908-1985)**. 2012. Letras Contemporâneas.

DOS SANTOS CARVALHO, Edwin. **Contribuições de Pierre Bourdieu para o Campo Jornalístico** In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2017, Curitiba-PR.

FONSECA, Virginia Pradelina. **Questões sobre a identidade do jornalista contemporâneo**. Estudos em jornalismo e mídia, v. 5, n. 2, p. 129-140, 2008.

FRIGHETTO, Maurício. **Uma Escola de Jornalismo: o poder e o saber na história do projeto pedagógico do curso da UFSC**. 2016.

FRIGHETTO, Maurício. **Dos estudos sobre Jornalismo às teorias do Jornalismo reflexões epistemológicas**. 2019 Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade de Brasília. Brasília. 2023

GADINI, Sérgio Luiz. **O ensino jornalístico nas instituições universitárias do Sul do Brasil: presença de Teorias do Jornalismo na grade curricular**. Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 15, n. 29, 2016.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 1987. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONÇALVES, Gean Oliveira. **Por uma autoria solidária no Jornalismo: o ensino de Teorias do Jornalismo e de epistemologias de alteridade**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. São Paulo. Edusp, 1992.

KANT, Imanuel. **O conflito das faculdades**. Tradução de Artur Mourão. Covilhã: Universidade da Beira Inferior, 2008.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Ética, deontologia, formação e profissão: observações sobre o Jornalismo**. Estudos em jornalismo e mídia, v. 1, n. 1, p. 118-130, 2004.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LOPES, M. I. V.; ROMANCINI, R. **História dos estudos em comunicação no Brasil: a institucionalização de um campo interdisciplinar**. In: COUTINHO, I.; PEREIRA, A. (org.). Intercom 40 anos: comunicação, memórias e historicidades. São Paulo: Intercom, 2018. p. 117-144.

- LOPES, Fernanda Lima. **Política e epistemologia no debate sobre implantação das primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil**. Parágrafo, v. 2, n. 2, p. 98-116, 2014.
- LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. - São Paulo: EPU, 1986.
- MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MARQUES DE MELO, José . **Metodologia da Pesquisa em Comunicação: Itinerário Brasileiro**. Anuário ININCO , v. 1, p. 143-157, 2004.
- MELO, José Marques de. **O campo acadêmico da comunicação: história concisa**. _____.(org.). **Pedagogia da Comunicação: matrizes brasileiras**. São Paulo: Angellara, p. 13-30, 2006.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. **Jornalismo: o melhor ofício do mundo. Eu não vim fazer um discurso**, p. 88-100, 2011.
- MACHADO Marli; BLATTMANN Ursula. A Biblioteca Universitária e sua relação com o projeto pedagógico de um curso de graduação. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v.25, n.1, p.9-20, jan./jun. 2011.
- MAIA, Kênia Beatriz Ferreira; AGNEZ, Luciane Fassarella. **O agenda-setting no Brasil: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos**. In: E-compós. 2010.
- MARTINO.L. C. Teorias da comunicação: o estado da arte no universo de língua espanhola. **XXIX Intercom**. Anais... Brasília, 2006.
- MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.
- MEDITSCH, E. Adeus Ciespal: Ruptura brasileira no ensino de Jornalismo in KUNSCH, M. M. K. **O ensino de comunicação: análises, tendências e perspectivas**. São Paulo: ABECOM, ECA/USP, 1992b. p. 198-206.
- MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: A função da Universidade e os obstáculos para a sua realização**. Florianópolis: Insular, 2012.
- MEDITSCH, Eduardo. **As diretrizes críticas e a crítica das Diretrizes: o “conflito das faculdades” na área acadêmica de Comunicação**. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 22-26, jan./junho. 2015.
- MEDITSCH, Eduardo. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência proferida nos cursos da Arrábida, Universidade de Verão, 1997. Disponível em: . Acesso em: 24.jun.2023

MEDITSCH, Eduardo. Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização. **Florianópolis: Insular**, 2012.

MEDITSCH, E.; GUERREIRO NETO, G. O impacto da obra de Nelson Traquina nos estudos em jornalismo do Brasil: estudo sincrônico e diacrônico a partir de anais de eventos científicos nacionais. **Media & Jornalismo**, v. 20, n. 37, p. 29–44, 2020. DOI: 10.14195/2183-5462_37_2.

NISBET, Matthew C. **Agenda building**. The International Encyclopedia of Communication, 2008. Disponível em: <http://147.9.1.95/docs/agenda.pdf>. Acesso em: 24.jun.2023

NICOLATO, Roberto (org.). **Teorias do Jornalismo**. Curitiba: InterSaberes, 2019

OLIVEIRA, Michelle Roxo de. **Sobre fronteiras no jornalismo: o ensino e a produção da identidade profissional**. Niterói, RJ. 2011. Tese de Doutorado. PPGCOM/UFF.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

PEUCER, Tobias. **Os relatos jornalísticos**. Tradução de Paulo da Rocha Dias. Estudos em Jornalismo e Mídia, São Bernardo do Campo, v. 1, n. 2, p. 13-29, jul./dez. 2004.

PINHO, Bárbara Bianca Bronzo de; LAROCCA, Priscila. Saberes docentes e autonomia dos professores. **Práxis Educativa**, v. 3, n. 01, p. 100-102, 2008.

DA SILVA PIMENTEL, Aldenor; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. **Indústria da notícia e execuções sumárias: Gaye Tuchman e jornalismo criminal**. 2012. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/centrooeste2013/resumos/R36-0407-1.pdf> Acesso em: 24.jun.2023

PONTES, F. S. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2015.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. Decidindo o que é notícia. **Os bastidores do telejornalismo**. 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. São Paulo: Artmed, 2000. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4258202/mod_resource/content/1/Gimeno%20Sacrist%C3%A1n-aula%204.pdf Acesso em: 17.jun.2023

SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 9ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 4 – 22

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando?. **Matrizes**, v. 3, n. 1, p. 197-212, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. Teorias da notícia e do Jornalismo. Chapecó: UniChapecó. **Argos**, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis. Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade transnacional**. 2004.

TRAQUINA, N. Teorias do Jornalismo Vol. II: A tribo jornalística—uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

TUCHMAN, Gaye. Making news by doing work: Routinizing the unexpected. **American journal of Sociology**, v. 79, n. 1, p. 110-131, 1978.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

APÊNDICE A – CURSOS SELECIONADOS PELA PESQUISA

Instituição(IES)	Sigla	Categoria Administrativa	Nome do Curso	Modalidade	Data início funcionamento	Data Ato de Criação	Situação	Estado	CIDADE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	Pública Federal	COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO	Presencial	03/04/2001	12/07/2000	Em Atividade	MINAS GERAIS	Viçosa- MG
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	Privada sem fins lucrativos	COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO	Presencial-EAD	02/02/1998	26/11/1997	Em Atividade	SÃO PAULO	São Paulo- SP
UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	UNIVALE	Privada sem fins lucrativos	COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO	Presencial	02/02/1998	20/10/1997	Em Atividade	MINAS GERAIS	Governador Valadares- MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	Pública Federal	COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO	Presencial	22/09/1976	22/09/1976	Em Atividade	MARANHÃO	São Luís- MA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	Pública Estadual	COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO	Presencial	02/03/1998	24/12/1997	Em Atividade	BAHIA	Candeias- BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	Pública Federal	COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO	Presencial	01/03/1991	26/11/1991	Em Atividade	RORAIMA	Boa Vista- RR
FACULDADE BOAS NOVAS DE CIÊNCIAS TEOLÓGICAS, SOCIAIS E BIOTECNOLÓGICAS	FBNCTSB	Privada sem fins lucrativos	COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO	Presencial	06/02/2006	12/09/2005	Em Atividade	AMAZONAS	Manaus- AM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	Pública Federal	COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO	Presencial	16/10/2006	18/10/2007	Em Atividade	BAHIA	Cachoeira- BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	Pública Federal	JORNALISMO	Presencial	30/01/1990	02/12/1990	Em Atividade	MATO GROSSO	Cuiabá-MT
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	Pública Federal	JORNALISMO	Presencial	01/08/1971	01/08/1971	Em Atividade	DISTRITO FEDERAL	Brasília- DF
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	Pública Federal	JORNALISMO	Presencial	22/03/1993	08/09/1992	Em Atividade	SERGIPE	São Cristóvão- SE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	Pública Federal	JORNALISMO	Presencial	01/01/1982	29/11/1983	Em Atividade	PIAUI	Teresina- PI
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	Pública Estadual	JORNALISMO	Presencial	Não iniciado	20/07/2021	Em Atividade	BAHIA	Juazeiro- BA
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	Pública Municipal	JORNALISMO	Presencial	14/10/2013	14/10/2013	Em Atividade	SANTA CATARINA	Blumenau- SC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	Pública Federal	JORNALISMO	Presencial	01/03/1963	10/02/1976	Em Atividade	RIO GRANDE DO NORTE	Natal- RN
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	Pública Federal	JORNALISMO	Presencial	02/01/1958	01/10/1958	Em Atividade	MINAS GERAIS	Juiz de Fora- MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	Pública Federal	JORNALISMO	Presencial	02/03/1966	12/11/1965	Em Atividade	CEARÁ	Fortaleza-CE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	Pública Federal	JORNALISMO	Presencial	11/04/1931	11/04/1931	Em Atividade	RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro- RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	Pública Federal	JORNALISMO	Presencial	10/03/1989	20/04/1998	Em Atividade	MATO GROSSO DO SUL	Três Lagoas-MS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	Pública Estadual	JORNALISMO	Presencial	01/08/1985	06/09/1984	Em Atividade	PARANÁ	Ponta Grossa- PR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	Pública Federal	JORNALISMO	Presencial	14/02/2011	-	Em Atividade	AMAPÁ	Macapá- AP
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS	FIFE	Privada sem fins lucrativos	JORNALISMO	Presencial	20/08/2006	18/08/2006	Em Atividade	SÃO PAULO	Fernandópolis- SP
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER	Privada com fins lucrativos	JORNALISMO	A Distância	06/02/2017	24/09/2015	Em Atividade	PARANÁ	Curitiba- PR
CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO	UNIBRA	Privada com fins lucrativos	JORNALISMO	Presencial	07/08/2017	23/06/2017	Em Atividade	PERNAMBUCO	Recife- PE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	UNIFESSPA	Pública Federal	JORNALISMO	Presencial	13/08/2018	27/12/2013	Em Atividade	PARÁ	Rondon do Pará- PA